

2º Ciclo

MESTRADO EM TURISMO

# Um projeto de patrimonialização e desenvolvimento turístico da Roça Agostinho Neto – São Tomé e Príncipe

Maria Manuela Costa Trindade

# M

2017



**Maria Manuela Costa Trindade**

**Um projeto de patrimonialização e desenvolvimento  
turístico da Roça Agostinho Neto – São Tomé e Príncipe**

Dissertação realizado no âmbito do Mestrado em Turismo, orientada pela Professora  
Doutora Inês Amorim

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Setembro de 2017



# **Um projeto de patrimonialização e desenvolvimento turístico da Roça Agostinho Neto – São Tomé e Príncipe**

**Maria Manuela Costa Trindade**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Turismo orientada pela Professora Doutora  
Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva

## **Membros do Júri**

Professor Doutor Luís Paulo Saldanha Martins  
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professor Doutor Jorge Ricardo Pinto  
Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo

Professora Doutora Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva  
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 15 valores

## **Dedicatória**

A toda a minha família, em especial a minha mãe Augusta Costa, ao meu pai Albino Trindade e a minha irmã Eludmila Trindade, pelo grande apoio, e por acreditarem no meu potencial. Também dedico esta dissertação ao meu país, São Tomé e Príncipe.



# Sumário

Agradecimentos.....	9
Resumo.....	10
Abstract.....	11
Índice de figuras.....	12
Índice de tabelas.....	13
Índice de gráficos.....	14
Índice de abreviaturas e siglas.....	15
Introdução.....	16
1. Justificação do Tema.....	18
2. Fontes e Metodologia.....	20
CAPÍTULO I - Caraterização da Republica Democrática de São Tomé e Príncipe.....	22
1.1. A estrutura administrativa de São Tomé e Príncipe.....	22
1.2. Breve contextualização histórica das Ilhas.....	24
1.3. Caraterização demográfica e social.....	27
1.4. Caraterização administrativa.....	30
1.5. Caraterização económica.....	31
1.6. Caraterização cultural.....	32
1.7. Caraterização ambiental.....	33
1.8. Turismo em São Tomé e Príncipe .....	35
CAPÍTULO II – Entre Património e Turismo.....	41
2.1. Património e Identidade(s).....	41
2.2. Turismo: a realidade africana.....	43
2.3. Novas formas de turismo.....	48
2.4. Desenvolvimento e Desenvolvimento comunitário .....	51
CAPÍTULO III – As roças de S. Tomé e Príncipe: uma herança .....	57
3.1. Contextualização histórica das roças em São Tomé e Príncipe.....	57
3.2. Caraterização das roças e o espaço envolvente.....	61

CAPÍTULO IV – Capítulo IV – A Roça Agostinho Neto (antiga Roça Rio do Ouro): entre a herança e a identidade.....	67
4.1. Da criação ao abandono da Roça Agostinho Neto.....	67
4.2. O quadro social: população, educação, emprego, saúde, habitação e infraestruturas.....	70
4.2.1. O quadro demográfico.....	71
4.2.2. A educação.....	72
4.2.3. O emprego, o trabalho e as empresas familiares.....	72
4.2.4. Habitação e Infraestruturas.....	73
4.3. A administração política e económica.....	74
4.4. Uma herança que quer ser património.....	75
CAPÍTULO V – Proposta de Intervenção para o desenvolvimento do Turismo Comunitário na Roça Agostinho Neto.....	78
5.1. A Roça Agostinho Neto – entre dificuldades e oportunidades.....	78
5.2. Da pertinência de um projeto de turismo comunitário.....	81
5.3. Requalificação e ordenamento da zona edificada.....	83
5.3.1. Criação de edifícios de habitação.....	83
5.3.2. Melhoramento das infraestruturas.....	84
5.3.3. A criação de equipamentos.....	86
5.4. Ganhar consciência comunitária – um difícil caminho.....	89
Considerações finais.....	91
Sítios eletrónicos .....	93
Bibliografia citada .....	99
Bibliografia citada por outros autores.....	103
Anexos.....	105
Anexos 1. Resposta a carta da Diretora Geral do Turismo e Hotelaria de STP.....	105
Anexo 2. Entrevista (áudio) ao responsável pelo Museu na Roça Agostinho Neto.....	106
Anexo 3. Fotografias tiradas por Zenilda de Deus e Reginaldo Neves.....	110
Anexo 4. Fotografias das Roças em São Tomé e Príncipe.....	114



## **Agradecimentos**

Primeiramente, agradeço à minha orientadora, Professora Doutora Inês Amorim, pela paciência, pela compreensão, pela dedicação, pelo incentivo, pela motivação e acima de tudo por ter sido mais que uma orientadora, um ombro amigo ao longo de todo este processo.

Agradeço também a alguns colegas de turma, com quem eu convivi durante os anos do mestrado e que me ajudaram e me ensinaram a olhar melhor para o outro, apesar das diferenças.

Agradeço a todos os professores que lecionaram o Curso de Mestrado em Turismo, pela transmissão de saberes e valores, que me ajudaram a fomentar e a enriquecer o conhecimento sobre a área do estudo em questão.

E por último, não menos importante, agradeço à minha família, a minha mãe Augusta Costa, ao meu pai Albino Trindade e a minha irmã Eludmila, por tudo aquilo que fizeram e continuam a fazer ao longo da minha vida, e durante o percurso académico, e também um agradecimento especial aos meus amigos Dulce Pereira, Zenilda de Deus e Reginaldo Neves, pelo incentivo e fornecimento de informações acerca do projeto.

## Resumo

Este estudo aborda a temática das Roças em São Tomé e Príncipe, um património que tem vindo a desaparecer ao longo dos anos, devido ao esquecimento por parte dos santomenses. As empresas agrícolas, designadas por “roças”, foram, em tempos, importantes espaços de natureza cultural, social, económica e ambiental e contribuíram para a fundação e desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.

Deste modo, neste estudo evidenciam-se os aspetos importantes que marcaram as roças, desde o seu contexto histórico, social e urbanístico, como também as causas que levaram à sua degradação e esquecimento até aos dias de hoje. Não se pode falar de património em São Tomé e Príncipe, sem mencionar as roças. Apesar do abandono por que têm passado, também existem algumas delas que têm sido alvo de desenvolvimento, por parte de empresas internacionais, em prol do turismo comunitário/solidário/sustentável/rural.

O estudo irá fazer uma abordagem da Roça Agostinho Neto, localizada no distrito de Lobata. Considerada a maior e uma das mais lucrativas, no passado, atualmente encontra-se num estado lastimável, sendo que muitos edifícios importantes estão-se a deteriorar. É feita uma abordagem relativamente aos problemas de natureza económica, social, urbanística, infraestrutural e saneamento básico como também a aspetos positivos como a flora, a fauna e a agricultura que a podem potenciar.

Em busca de melhores condições para a roça e para o melhoramento das condições de vida da sua comunidade, é feita uma proposta de patrimonialização e desenvolvimento do turismo e da agricultura na Roça Agostinho Neto. Esta proposta visa evidenciar ações para o seu desenvolvimento sustentável, através da valorização do espaço roceiro, da flora e da fauna, da preservação e revitalização do património construído, a criação e manutenção de equipamentos e de infraestruturas. O desenvolvimento do turismo e da agricultura são meios para manter o sustento da roça e da sua população, de forma a dar mais visibilidade ao espaço e ao país, a nível nacional e internacional.

**Palavras-chave:** Património, roças, turismo comunitário, desenvolvimento sustentável, S. Tomé e Príncipe

## Abstract

This study deals with the “Roças” (cacao farms) of São Tomé and Príncipe, a heritage that has disappeared over the last years, due to the forgetfulness of the people of São Tomé. The agricultural enterprises, known as “roças”, were once important cultural, social, economic and environmental spaces and could contributed to the development of São Tomé and Príncipe.

In this way, it is evident the important aspects that marked the roças, from its historical, social and urban context, as well as the causes that led to its degradation to the present day regarding serious physical and social problems, which gives us a special attention to this cause.

Despite the abandonment of many of them there are also some that have been explored by international companies in favor of community / solidarity / sustainable / rural tourism.

The study will make an approach to “Roça Agostinho Neto”, located in the district of Lobata. Considered the largest and one of the most profitable in the past, it is currently abandoned and many important buildings are deteriorated. In this context, our approach aims to propose a project that take in account economic, social, urban, infrastructure and sanitation problems and explore the positive aspects such as flora, fauna and agriculture.

In searching better conditions for the improvement of the living conditions of its community, we propose a project of patrimonialization and the development of tourism and agriculture in Roça Agostinho Neto. This proposal aims to highlight actions for sustainable development, through the enhancement of “Roça” space with its preservation and heritage revitalization and the maintenance of equipment and infrastructures. The development of tourism and agriculture are important to maintain the livelihood of the farm and its population in order to give more visibility to the “Roça Agostinho Neto” in national and international levels.

**Key-words:** Heritage, “roças”, community tourism, sustainable development, S. Tomé e Príncipe

## Índice de Figuras

Figura 1. Mapa de São Tomé e Príncipe.....	22
Figura 2. Serviçais cabo-verdianos a trabalhar na Roça Nova Cuba, Príncipe.....	25
Figura 3. Mapa da Ilha de São Tomé e Príncipe.....	35
Figura 4: Mapa de São Tomé e Príncipe com a localização das 84 Roças.....	57
Figura 5: Planta da Roça Agostinho Neto.....	62
Figura 6. Roça Agostinho Neto.....	63
Figura 7. Local onde se faz a secagem do cacau na Roça Diogo Vaz.....	65
Figura 8. Armazém onde se guardam toneladas de cacau na Roça Diogo Vaz.....	66
Figura 9. Roça Agostinho Neto.....	66
Figura 10. Hospital Agostinho Neto.....	68
Figura 11. Comércio na Roça Agostinho Neto.....	74
Figura 12. Zona de esgoto e escola básica na Roça Agostinho Neto.....	85

## Índice de Tabelas

Tabela 1. Indicadores do Turismo em São Tomé e Príncipe.....	37
Tabela 2. Entrada por país de origem de turistas em São Tomé e Príncipe.....	38
Tabela 3. Infraestruturas de apoio ao Turismo em São Tomé e Príncipe.....	39
Tabela 4. Evolução das chegadas internacionais de turistas da AC.....	48

## Índice de Gráfico

Gráfico 1. Total da população residente e estrutura demográfica.....	28
Gráfico 2. Total da população por distrito.....	29
Gráfico 3. Evolução do fluxo de turistas estrangeiros no mundo 2010/2020.....	46

## **Índice de Abreviaturas e Siglas**

ADI – Ação Democrática Independente

CNN – Cable News Network

CST – Companhia Santomense de Telecomunicação

DGTH – Direção Geral do Turismo e Hotelaria

EFMA – Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva

EMAE – Empresa de Água e Eletricidade

ENPAB – Estratégia e Plano de Ação sobre a Biodiversidade

FNRSTP – Frente Nacional de Resistência de São Tomé e Príncipe

HBD – Sustainable and Responsible Development

MARAPA – Mar Ambiente e Pesca Artesanal

MLSTP – Movimento de Libertação de São Tomé Príncipe

NET – Nova Forma de Turismo

ONU – Organização das Nações Unidas

PCD – Partido de Convergência Democrática

PDA – Programa de Desenvolvimento Agrário

PNADD – Plano Nacional do Ambiente para o Desenvolvimento Durável

PSD – Partido Social Democrata

STP – São Tomé e Príncipe

SWOT – Strengths Weaknesses Opportunities Threats

UDD – União Democrática e Desenvolvimento

UNWTO – World Tourism Organization

ZRDL – Zona Rural do Distrito de Lobata

## Introdução

O trabalho que aqui apresentamos toma a forma de projeto, porque é esse o seu propósito. “ – Um projeto de patrimonialização e desenvolvimento turístico da Roça Agostinho Neto – São Tomé e Príncipe” é o seu título, porque procura vir a ser concretizado, observando as potencialidades culturais, patrimoniais e turísticas das roças de São Tomé. Surge, em grande medida, porque, tendo nascido em São Tomé e Príncipe, senti a necessidade de dar o meu contributo, pensar num projeto relacionado com algo que tem muito da identidade Santomense. Apesar de estar longe das ilhas há já alguns anos, ou talvez por isso, aquela roça de Agostinho Neto, anteriormente designada por “Roça Rio do Ouro” simboliza S. Tomé. A prova desta constatação reside no facto da sua imagem ser repetidamente divulgada através das notas da dobra (dinheiro oficial), por isso circula, torna-se visível a quem as usa e é, em certa medida, um fator de identidade.

O meu país de nascimento, São Tomé e Príncipe, situado no Golfo da Guiné, junto à linha do Equador, é considerado um dos países mais pobres do continente Africano. Apesar da pobreza, possui inúmeras riquezas naturais e culturais (desde 2012, é reserva mundial de Biosfera<sup>1</sup>) que o fazem ser considerado um paraíso por descobrir, como procuraremos demonstrar, entre as potencialidades e as fragilidades.

O cacau foi motor de dinamização de uma exploração intensiva da terra, em resposta aos mercados internacionais, tendo sido, de 1900 a 1910, a maior produtora mundial daquele produto, usando uma mão-de-obra cujo estatuto era escravo ou de servidão (Santos, 2002:181).

Na sequência deste passado, a paisagem agrícola é caracterizada pelos vestígios daqueles complexos produtivos onde se cultivava, explorava, reunia mão-de-obra e se vivia. Hoje, nela estão contidas mais de 122 propriedades agrícolas, designadas por “Roças” (Pape, Andrade, 2013:13).

As roças, em São Tomé e Príncipe, têm sido alvo de algumas discussões, não apenas por parte dos santomenses, como também por outros, devido à sua degradação e acerca das

---

<sup>1</sup> Ilha do Príncipe é Reserva da Biosfera mundial. Disponível em <http://www.dw.com/pt-002/ilha-do-pr%C3%ADncipe-%C3%A9-reserva-da-biosfera-mundial/a-16094358>. Consultado a 31-8-2017.



vantagens da sua possível recuperação. Elas representam o passado de trabalho de um povo que, ao longo dos anos, foi ganhando a sua liberdade e alguma autonomia social, económica, financeira e cultural. A maioria desses espaços, atualmente, encontra-se em estado de ruínas, correndo o risco de desaparecer. Por tudo isso, e sabendo da importância da possível perda deste património, senti a necessidade de desenvolver uma dissertação com vista a despertar a consciência dos santomenses para o valor patrimonial daquelas estruturas, a partir do estudo, análise e proposta de recuperação de uma só roça que representa, pelas razões que irei apresentar, um símbolo do seu tempo, entre uma função inicial e a que poderá vir a ter.

A roça escolhida, hoje chamada Agostinho Neto, antigamente era conhecida como Roça Rio de Ouro. Uma das mais antigas roças do país, possuía um grandioso hospital que se encontra abandonado e é moradia de alguns habitantes. A importância que atribuo a este estudo e projeto prende-se com a necessidade de analisar o estado em que se encontra a roça, o porquê deste abandono e soluções para a sua recuperação, num processo de valorização/patrimonialização de algo que tanto tem de material como de, em especial, imaterial, pelos sentimentos e ações que a tantos mobilizou.

O turismo comunitário aparece como um caminho integrador dos interesses da população local e dos ganhos e contributos para o desenvolvimento da roça e para a sua preservação como espaço histórico, cultural e social. O turismo tem sido um fator de grande importância para o desenvolvimento dos pequenos estados insulares, uma fonte de rendimento financeiro e propaganda para o desenvolvimento desses países, e São Tomé e Príncipe não é exceção.

Se, o turismo, neste país, era caracterizado por uma procura de apenas sol e praia, no entanto, atualmente, tem-se dado destaque ao turismo ecológico, de aventura, comunitário, entre outros, ou seja confere-se um maior realce ao uso das potencialidades patrimoniais, quer da fauna, flora e cultura locais como atração para os viajantes.

A participação por parte da população torna-se o elemento fundamental, porque não só é participante como deverá ser beneficiária dos recursos existentes. Em São Tomé e Príncipe, o Estado parece estar ausente do investimento e da atenção pela valorização do património, apesar de, no caso das roças, a participação estatal como proprietária ser dominante. Por isso, este estudo tem como objetivo chamar a atenção dos habitantes e parceiros investidores para o melhoramento do futuro das roças.

As roças em São Tomé e Príncipe foram inspiradas nas fazendas típicas do Brasil, como se verá. No entanto, estes espaços são únicos e raros e isso desperta curiosidade. Todo o processo de produção do café, do cacau e do açúcar eram feitos aí, desde a sua plantação até ao produto final. Para além disso, existem muitas outras atratividades quer em termos de paisagens diversificadas culturalmente trabalhadas e nas quais se inclui a flora e a fauna existentes, paisagens naturais que devem ser preservadas.

## **1. Justificação do tema**

As roças em São Tomé e Príncipe são, hoje, maioritariamente, imagens de um passado cujo futuro ainda se esboça. São vistas como dotadas de um potencial turístico dado o seu grande património arquitetónico, social e cultural. Em 1987, o *Inventario do Património Edificado de São Tomé e Príncipe*, realizado por João Abreu Lima, Manuel Sousa Guedes e Sebastião Sousa Guedes, nunca publicado, dava conta de 112 empresas agrícolas, cada uma das quais com a sua localização, implantação, altitude, uma breve descrição, o estado de conservação e o levantamento fotográfico, à época. Este inventário foi retomado em 2012, no âmbito de um estudo que preconizava a sua regeneração e potencial para o desenvolvimento das Ilhas de São Tomé e Príncipe (Fernandes, Sá, Póvoas, 2012:157-176). Entre as várias perspetiva defendidas, sublinhe-se a de que esses espaços fossem vividos, evitando-se a “tentação de musealizar, privatizar para uma elite ou congelar no tempo vestígios de uma memória (ou da construção dessa memória) ”.

Já em 2016, um estudo que segue de perto o atrás indicado, refere-se às cerca de duzentas roças (embora não faça uma lista sistemática), descrevendo o complexo orgânico que representam, ao incluírem “sedes e suas dependências [...] os fundamentos do seu sistema social e programático (habitação e produção). Assim, a implantação das roças obedeceu a um programa, composto por elementos habitacionais (casas dos administradores, trabalhadores europeus e sanzalas), agroindústrias (secadores, armazéns e edifícios de suporte à atividade produtiva) e assistenciais (áreas de saúde, educação e apoio social). Este programa evoluiu significativamente, impulsionado por três fatores fundamentais: a constante procura de estratégias para o aumento da produtividade agrícola, a necessidade de

autossuficiência e a alteração da condição do trabalhador, de escravo a serviçal contratado”. O seu significado reside, assim, no seu conjunto, como um legado arquitetónico, mas também um legado identitário e cultural, dada a herança multiétnica que aqui se instalou, como mão-de-obra proveniente de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau ou Cabo Verde (Pape; Andrade, 2016:1-18).

Na nossa perspetiva, o turismo pode ser uma forma de valorizar essa herança porque obrigará os próprios a avivarem a sua riqueza identitária e a apostarem na requalificação destes espaços, não só em prol do turismo como também na perspetiva da memória, identidade e cultura do povo santomense.

Apesar de já haver certas roças, como a Roça dos São João dos Angolares, a serem reabilitadas, tornando-se, como aquela, numa roça cultural, artística e turística, a meu ver ainda há muito a fazer e existem muitas roças que necessitam desta mesma intervenção, de forma a criarem condições para o bem-estar e a permanência das comunidades. Atualmente já se organizam roteiros turísticos que incluem as roças, mas os turistas deparam-se com algumas roças requalificadas e muitas outras em estado de degradação. A meu ver, há que transmitir uma boa imagem aos turistas, sem retirara o sentido genuíno do espaço turístico. É o caso de estudo que pretendo realizar, dado que a Roça Agostinho Neto/Rio do Ouro, sendo uma das mais antigas e das maiores, está em estado de degradação.

A verdade é que o tema “as roças” tem sido alvo de destaque devido a algumas divulgações, feitas a nível televisivo (Programa “Na Roça com os Tachos”, apresentado pelo João Carlos da Silva, na RTP África) e também o livro, cujo título é *As Roças de São Tomé e Príncipe*, de Rodrigo Rebelo de Andrade e Duarte Pape (2013), que fez despertar não só aos santomense como eu própria, para esta causa.

O que pretendo com este estudo é mostrar que as roças são um património muito importante, uma grande fonte de rendimento potencial para as comunidades que nelas habitam, exigindo a participação da comunidade em torno dessa valorização, condição essencial para que o desenvolvimento aconteça.

De que forma irei demonstrar isso? Irei focar o meu estudo apenas na Roça Agostinho Neto, de alguma forma seguindo estudos anteriores que reconstituem a sua evolução histórica e potencial, porque, do meu ponto de vista, o objetivo de requalificar as roças não é somente arquitetónico como também social, ou seja, torná-la ativa e produtora, de forma a fixar

comunidades. O turismo entra como forma de atratividade e de rendimento financeiro. O turismo irá ser uma forma de promoção destes espaços a nível internacional e isso irá trazer mais desenvolvimento ao país, sobretudo se tivermos em consideração as condições gerais que promovem e atraem visitantes.

## **2. Fontes e Metodologia**

De forma a completar o plano do trabalho, foi realizado um levantamento de todas as informações relacionadas com o turismo e as roças em São Tomé e Príncipe. Primeiro foi feita uma investigação em sítios eletrónicos relacionados com o serviço turístico em São Tomé e Príncipe, que nos permitiram aceder a informação de carácter qualitativo e quantitativo.

Depois foi feito um levantamento dos relatórios e planos de desenvolvimentos do turismo em São Tomé e Príncipe, de forma a analisar o estado em que o país se encontra e em que patamar o turismo está, relativamente, ao desenvolvimento da economia das ilhas.

Também foram realizadas leituras de obras que se mostraram essenciais, de que se destacam alguns títulos, ligados ao turismo, cultura e planeamento: *As Roças em São Tomé e Príncipe* de Rodrigo Rebelo de Andrade e Duarte Pape (2013); *Atlas da Lusofonia São Tomé e Príncipe*, de Dir. Pedro Cardoso, Textos de Augusto Nascimento (2008) e *São Tomé e Príncipe Elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades* de Heitor Alberto Coelho Barras Romana (1996); *Turismo Cidade e Cultura: Planeamento e Gestão Sustentável* de Cláudia Henrique (2003); *Viagens e Turismo: Manual de Gestão* (s.d) de Douglas Foster; *Lazer e Turismo Cultural* de Mário Jorge Pires (2001).

A informação oral obteve-se a partir de uma entrevista realizada ao responsável do museu da roça Agostinho Neto, Sr. Bento, com diversas perguntas enviadas previamente (ver anexo 2), entrevista essa realizada pela Zenilda de Deus. Também foi enviada uma entrevista à Excelentíssima Senhora Diretora do Turismo do Ministério da Economia e Cooperação Internacional, da República Democrática de São Tomé e Príncipe, Doutora Mirian Barroso Daio, embora nunca tivéssemos obtido resposta. No entanto, o Ministério da Economia e

Cooperação Internacional - Direção Geral do Turismo e Hotelaria, respondeu à minha carta (ver anexo 1) e facultou-me dados estatísticos acerca do turismo em São Tomé e Príncipe.

As entrevistas seriam uma excelente forma de obter informação à distância, mas não tiveram os resultados desejados. Socorremo-nos de informação estatística disponível, que foi tratada de forma sistemática, suportando a avaliação de tendências da população, recursos e possibilidade de aplicar uma metodologia de recuperação da roça Agostinho Neto.

Do ponto de vista da estrutura da dissertação, ela está dividida em cinco capítulos. O primeiro capítulo faz uma descrição de São Tomé e Príncipe, em termos de associação da visão histórica, social, económica, cultural e natural, no sentido de se entender a que espaço nos referimos, o potencial demográfico, e de recursos e bem-estar social, e as suas limitações.

O segundo capítulo faz uma breve contextualização teórica acerca das palavras-chaves gerais da temática, como o património, o turismo comunitário/solidário e sustentável, porque direcionam o estudo, localizam-no no âmbito das relações entre o património ambiental e o turismo, ambiental e o turismo, centrando-se na ação e transformação do ambiente e dos recursos locais pelo trabalho revelador das potencialidades ambientais.

O terceiro capítulo irá focar a questão das roças, de uma forma geral de modo a introduzir o capítulo quarto, especificamente sobre a Roça Agostinho Neto, a atualidade e as suas possíveis potencialidades. E por último, no capítulo quinto é apresentada uma proposta para o desenvolvimento da roça em questão.

# Capítulo I - Caracterização da República Democrática de São Tomé e Príncipe

De acordo com os objetivos deste estudo, este capítulo tem como finalidade caracterizar o espaço que nos serve de objeto de estudo, São Tomé e Príncipe. Procurar-se-á apresentar a sua estrutura territorial, breve evocação das suas raízes históricas, atividades económicas, potencial demográfico, económico, cultural, ambiental e também turístico.

## 1.1. A estrutura administrativa de São Tomé e Príncipe



**Figura 1.** Mapa de São Tomé e Príncipe

**Fonte:** Disponível em <http://www.cp-africa.com/2015/12/18/equatorial-guinea-to-extend-fibre-link-to-principe/>, consultado a 12-9-2017.

São Tomé e Príncipe é considerado o mais pequeno país de África Continental, formado por duas pequenas ilhas, São Tomé e Príncipe e por alguns ilhéus tais como: ilhéu das Rolas, das Cabras, de Bom Bom, Caroco e Pedras Tinhosas. O ilhéu das Rolas é atravessado pela linha do Equador.

O arquipélago localiza-se entre as latitudes de 7° 44' Norte e 0° 1' Sul entre as longitudes de 7° 28' Este e 6° 27' Oeste<sup>2</sup>. Situadas no Golfo da Guiné, a 380 km da Costa da África Ocidental, as ilhas estão banhadas pelo oceano Atlântico. O arquipélago abrange uma extensão de 1001 km<sup>2</sup> entre o Equador e o Gabão e possui uma superfície de cerca de 850 km<sup>2</sup>.<sup>3</sup>

A ilha do Príncipe teve a sua origem na atividade vulcânica e está situada a 150 km a norte de São Tomé. Este estado insular faz fronteira com o Gabão (a 350 km para leste), Nigéria (a 400 km para norte da ilha do Príncipe), Guiné Equatorial e Camarões (a 250 km nordeste).

São Tomé e Príncipe é um país dotado de um clima tropical húmido, com a temperatura média anual de 26° C e a humidade relativa atinge 75%. O país tem apenas duas estações ao longo do ano, a estação de «gravana» que é entre o mês de junho até setembro e a estação chuvosa que vai desde setembro até junho (dura nove meses). A sua insularidade permitiu o desenvolvimento de uma diversidade biológica única, com ecossistemas singulares<sup>4</sup>.

O arquipélago encontra-se dividido em sete províncias, cada uma com sua própria administração e divididas em aglomerações, ou seja, em cidades e vilas. Em São Tomé temos o distrito de Água Grande, Cantagalo, Caué, Lembá, Lobata, Mé-Zochi e no Príncipe o distrito do Pague.

A nível populacional, com cerca de 200 mil habitantes, de acordo com o Censo de 2012 existiam cerca de 178 781 pessoas que representam a população residente e 119 781 a população urbana.

A língua oficial é o português e também existem outras línguas faladas na região, como os chamados dialetos, tais como, forro, lunguye, angolár e crioulo de Cabo Verde<sup>5</sup>, reflexo das sucessivas imigrações de população de várias proveniências, ao longo do tempo. O PIB total do país ronda por volta 263,3 milhões de dólares (em 2012) e a moeda é a dobra<sup>6</sup>.

---

<sup>2</sup> Informação disponível em <http://www.ppa.pt/wp-content/uploads/2014/06/06-Estudo-Sao-Tome-e-Principe-Elaborado-pela-CGD.pdf>, consultado 30-10-2015.

<sup>3</sup> Informação disponível em <http://www.ine.st/pais.html>, consultada a 27-1-2016.

<sup>4</sup> Informação disponível em <http://www.ine.st/pais.html>, consultada a 27-1-2016.

<sup>5</sup> Informação disponível em <http://www.ceso.pt/pdfs/GolfoGuine.pdf>, consultado a 23-05-2017.

<sup>6</sup> Informação Disponível em <http://www.ppa.pt/wp-content/uploads/2014/06/06-Estudo-Sao-Tome-e-Principe-Elaborado-pela-CGD.pdf>, consultado 30-10-2017.

## **1.2. Breve contextualização histórica das Ilhas**

Descobertas entre 21 de dezembro de 1470 (a ilha de São Tomé) e 17 de Janeiro de 1471 (a Príncipe) pelos navegadores João de Santarém, Pêro Escobar e João de Paiva, foram o resultado de um período de progressão ao longo da costa africana. Resultou, em grande medida, do contrato de arrendamento que o rei D. Afonso V, em 1469 realizou com o comerciante Fernão Gomes, de modo a que explorasse, anualmente, cem mil léguas da costa africana a partir da Serra Leoa, no Golfo da Guiné, durante cinco anos (Nascimento, 2008:17).

Segundo alguns autores, as ilhas eram desabitadas, ou seja, os portugueses foram os primeiros a chegar e a dar início à colonização. Esta teve início em 1473, com os portugueses e alguns escravos africanos, mas só em 1485 é que a ilha começou a ser povoada. Contudo, São Tomé e Príncipe foi declarada «cidade» através de carta de foral, em 1524, à imagem do que se fazia a outras no Reino de Portugal (Nascimento, 2008:17).

No início houve algumas dificuldades de povoamento, tais como: a vegetação densa e também a insalubridade perante as altas temperaturas. Chegaram alguns europeus, fundamentalmente degredados, mas a mortalidade era bastante alta devido as doenças e dificuldades de alimentação. Com o passar dos anos, os sobreviventes atingiam as seiscentas pessoas e o movimento de chegada de degredados portugueses que viriam em busca de ascensão social e riqueza acelerou-se. Mas tarde, esses viriam a tornar-se proprietários das roças, empregando escravos e ocupando cargos públicos (Nascimento, 2008:18). Estas vagas de imigrantes trouxeram conflitos pela disputa de propriedades (Nascimento, 2008:20).

O cultivo da cana-de-açúcar foi um dos produtos de elevado rendimento. Por volta de 1517, 1528 a 1535, estimou-se cerca de 100 000, 123 000 e 135 000 arrobas de produção de açúcar. Muitos desses produtos eram exportados para o reino, Flandes e cidades italianas. No entanto, por volta de 1580, houve um declínio da produção do açúcar, passando este a situar-se entre 20 000 a 24 000 arrobas e, ao longo do tempo, foi decaindo drasticamente. Apesar de a terra ser própria para o cultivo da plantação, as condições climáticas não ajudaram na sua produção e conservação do açúcar, levando a que fossem construídas estufas para a secagem do produto (Nascimento, 2008: 21).



Para além, da produção e comercialização do cacau, açúcar e de escravos, a ilha tornou-se numa base para as trocas comerciais devido à sua localização estratégica e estas eram o suporte às embarcações em viagens para o Oriente, tornando a ilha numa base para as trocas comerciais (Nascimento, 2008:21)



**Figura 2.** Serviçais cabo-verdianos a trabalhar na Roça Nova Cuba. Príncipe

**Fonte:** Disponível em <https://br.pinterest.com/pin/401242648037485388/>, consultado a 12-9-2017.

A nível social, a ilha incluía os governadores, clientes e funcionários, comerciantes (na sua maioria eram estrangeiros) e a crescente fração de africanos, escravos. Haveria um processo de miscigenação intra-africano. Com o passar do tempo, e com o aumento do comércio negreiro, os escravos eram, na sua maioria, dedicados aos trabalhos agrícola. Eram considerados bens monetários, servindo, por vezes, como meio de pagamento. Os diferentes momentos de entrada de escravos, desde os inícios da colonização, foram suscitando

movimentos sociais, alguns conhecidos e historicamente polémicos, como a revolta do escravo Amador, em 1595<sup>7</sup>.

Durante longos anos, São Tomé e Príncipe ficou sob a vigilância de Portugal, por ser alvo dos ataques dos corsários franceses e holandeses, que destruíram por completo a ilha e os engenhos (Nascimento, 2008:30).

O século XIX foi o século de grandes mudanças na ilha, como a aposta na comercialização do café, trazido do Brasil pelo governador João Baptista Silva e Lagos. Houve uma recolonização do arquipélago. A maioria da população, durante esse período, era constituída por negros e a seguir os mestiços e poucos brancos.

A maioria dos santomenses vendeu as suas terras aos europeus recém-chegados, o que contribuiu para o renascimento da agricultura e da plantação do cacau e do café. Com a total abolição da escravatura, os senhores viram-se obrigados a contratar mão-de-obra estrangeira. O cacau gerou o maior rendimento, relativamente, ao café<sup>8</sup>. O boom do cacau contribuiu para o aumento demográfico, devido ao amplo afluxo de mão-de-obra.

São Tomé e Príncipe tornou-se independente devido aos movimentos nacionalistas, após a II Guerra Mundial, que se iam introduzindo, e também da independência das outras colónias portuguesas. Esses movimentos foram surgindo no arquipélago pelo MLSTP Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe. Para além do MLSTP, também foram criadas uma Frente Popular e a Associação Cívica Prós-MLSTP, cujo objetivo era o de fazer propaganda do partido e consciencializar a população. O MLSTP, a 8 de julho de 1975, tomou posse sob a forma de uma Assembleia Constituinte, com 17 deputados, mas a assembleia foi dissolvida, aprovando, mais adiante, uma constituição de um regime único que durou até 1990 (Nascimento, 2008: 38, 39). Em 1981 foi criada a FNRSTP – Frente

---

<sup>7</sup> “Amador, o líder da grande revolta de escravos de 1595, é uma figura emblemática da história de São Tomé e Príncipe. Desde 1976, quando o escudo português foi substituído pela nova moeda *dobra*, as notas bancárias do país retratam a efígie de Amador, concebida pelo artista são-tomense Protásio Pina (1960-1999). Em *O Manual do Pioneiro* da Organização dos Pioneiros de São Tomé e Príncipe (OPSTEP), produzido em Cuba para o então regime socialista são-tomense, Amador foi apresentado como um precursor da luta pela libertação que “libertou uma grande parte do território nacional.... Era um nacionalista que desafiou o sistema colonial. Ver Buala, disponível em <http://www.buala.org/pt/a-ler/rei-amador-historia-e-mito-do-lider-da-revolta-de-escravos-em-sao-tome-1595>, consultado a 3-01-2017. Ainda A verdade da História. Os equívocos sobre rei Amador, disponível em <http://www.telanon.info/cultura/2017/09/20/25329/a-verdade-da-historia-os-equivocos-sobre-rei-amador1/>, consultado a 3-01-2017.

<sup>8</sup> Ver o que é referido no Boletim Oficial, relatado pelo intitulado Barão de Agua Izé, em 1858 (Nascimento, 2008:33).

Nacional de Resistência de São Tomé e Príncipe. Em 1991 o grupo PCD – Partido de Convergência Democrática, Grupo de republicano liderado pelo Miguel Trovoada ganha as eleições (Nascimento, 2008:40).

Atualmente, a República Democrática de São Tomé e Príncipe é liderada por Manuel Pinto da Costa (eleito em Agosto de 2011), o primeiro-ministro é Patrice Trovoada (eleito em novembro de 2014)<sup>9</sup>. Os principais partidos políticos são: ADI – Ação Democrática Independente, presidido por Patrice Trovoada (33 lugares na Assembleia Nacional); MLSTP-PSD – Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe, Partido Social Democrata (com 16 lugares); PCD – Partido Convergência e Democrática (com 5 lugares) e UDD – União Democrática e Desenvolvimento (com 1 lugar).

### **1.3. Caraterização demográfica e social**

São Tomé e Príncipe é um país em vias de desenvolvimento, caraterizado, como se disse, em termos sociais, pela miscigenação de diversos povos. Desde o início da sua descoberta o arquipélago foi fortemente povoado por portugueses e mais tarde por outros nativos vindo da Costa do Golfo da Guiné, do Congo, de Cabo Verde, de Angola e de Moçambique.

Com o término da escravatura, nos meados do século XIX, vieram para o arquipélago trabalhadores contratados para as plantações. Com o passar do tempo esses povos foram-se misturando, dando origem aos chamados místicos ou “forro”<sup>10</sup>. Para além dos forros também existem os angolares (descendentes dos angolanos que vieram trabalhar na agricultura) e também os tongas (descendentes dos colonos de Angola, Cabo Verde e Moçambique)<sup>11</sup> e os moncós (descendentes dos escravos, principalmente, vindo de Cabo Verde, que se instalaram na ilha do Príncipe ). Toda essa mistura de cultura fez com que o povo santomense ganhasse uma grande riqueza em termos culturais.

---

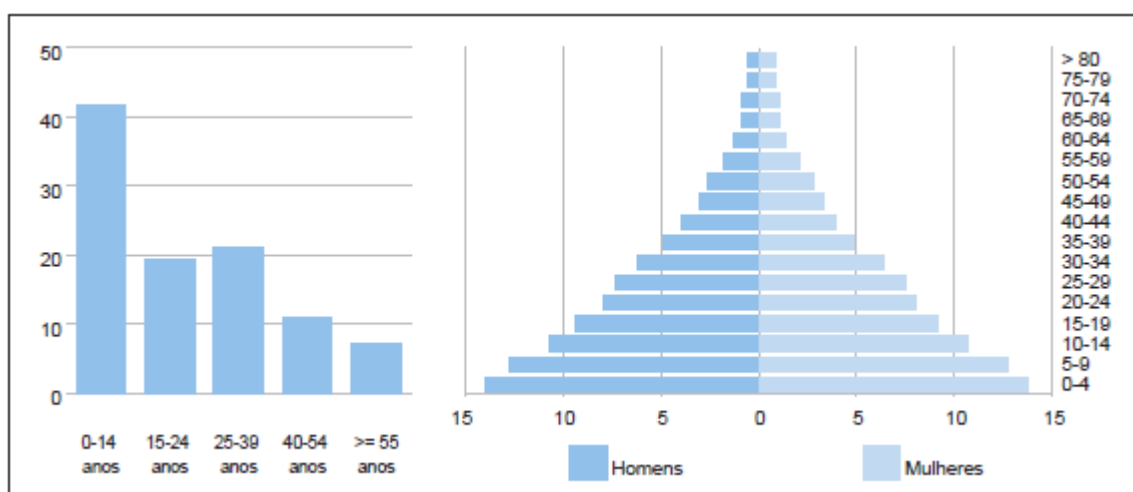
<sup>9</sup> Informação disponível em <https://www.publico.pt/2014/10/13/mundo/noticia/partido-de-patrice-trovoada-reclama-vitoria-nas-legislativas-de-sao-tome-e-principe-1672719>, consultado a 12-05-2017.

<sup>10</sup> Ver sítio «São os primeiros habitantes que ocuparam a ilha». Disponível em <http://www.ppa.pt/wp-content/uploads/2014/06/06-Estudo-Sao-Tome-e-Principe-Elaborado-pela-CGD.pdf>, consultado 30-10-2015.

<sup>11</sup> Informação disponível em <http://www.ppa.pt/wp-content/uploads/2014/06/06-Estudo-Sao-Tome-e-Principe-Elaborado-pela-CGD.pdf>, consultado a 30-10-2015.

Ao longo dos anos, a maioria da população santomense estavam mais concentrada nas zonas urbanas e periurbanas, resultado do êxodo rural e também das atividades desempenhadas pela população (agropecuária, a pesca e extração de matérias primas).

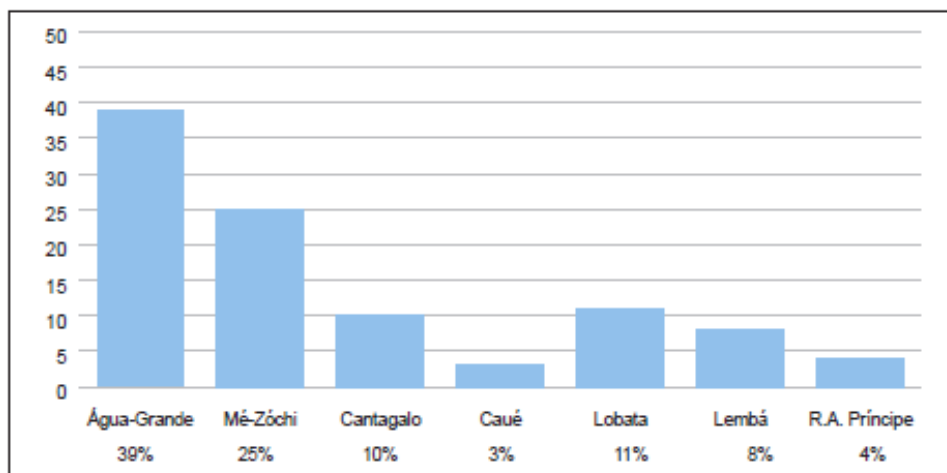
De acordo com o Censo de 2012, os santomenses rondam os 178 739 habitantes, em que o número de homens e mulheres se equilibra. Segundo o gráfico 1, a maioria da população (41,7%) encontra-se entre os 0-14 anos, o que demonstra que a população é jovem, a seguir encontra-se o grupo de idades entre os 25-39 anos (cerca de 24%) e apenas com 7% os maiores de 55 anos. “A taxa de crescimento médio anual da população ronda os 2% e a esperança de vida à nascença é de 65 anos. O índice sintético de fecundidade é de 3,5 partos por mulheres”<sup>12</sup>.



**Gráfico 1.** Total da população residente e estrutura demográfica, distribuição por faixa etária  
**Fonte:** Disponível em <http://www.ppa.pt/wp-content/uploads/2014/06/06-Estudo-Sao-Tome-e-Principe-Elaborado-pela-CGD.pdf>. consultado a 30-10-2017.

O número total de habitantes, distribuído por cada distrito, pode ver-se no gráfico 2. Constatase que o distrito com maior número de habitantes é o de Água -Grande (39%), no qual está localizada a capital. A seguir Mé-Zóchi (25) e depois, com menor percentagem, o distrito de Lobata (11%), Cantagalo (10%), Lembá (8%), R.A. Príncipe (4%) e por último, com apenas 3%, o distrito de Caué. Tudo isso demonstra que existe uma centralização da população e um grande abandono nas zonas mais rurais.

<sup>12</sup>“São os primeiros habitantes que ocuparam a ilha”. Ver São Tomé e Príncipe, Oportunidades e Potencial de Desenvolvimento. Caixa Geral de Depósitos Disponível em <http://www.ppa.pt/wp-content/uploads/2014/06/06-Estudo-Sao-Tome-e-Principe-Elaborado-pela-CGD.pdf>., consultado 30-10 2015.



**Gráfico 2.** Total da população por distrito

**Fonte:** Disponível em <http://www.ppa.pt/wp-content/uploads/2014/06/06-Estudo-Sao-Tome-e-Principe-Elaborado-pela-CGD.pdf>. Consultado a 30-10-2015

Relativamente às infraestruturas, o país possui cerca de 25 km<sup>2</sup> de estradas asfaltadas, algumas delas estão em mau estado, e já na ilha do Príncipe existem cerca de 18 km<sup>2</sup> de vias. O caminho para se deslocar para as roças<sup>13</sup> é feito através de trilhos, muitos deles invadidos pela densa vegetação, o que impede a passagem dos transportes e da população.

No que toca aos transportes terrestres públicos estes são muito escassos. A maioria das pessoas desloca-se a pé ou de automóvel.

As mercadorias são transportadas por veículos das próprias empresas. Já os transportes marítimos encontram-se poucos desenvolvidos. O transporte das pessoas e cargas realizadas de uma ilha para outra é feita através de pequenas embarcações de pesca ou lanchas. As empresas portuguesas e holandesas é que asseguram as ligações marítimas regionais e internacionais e a chegada de mercadorias não é frequente e de alto custo. Atualmente, em São Tomé e Príncipe existem quatro portos, o porto de São Tomé situado na baía de Ana Chaves; o porto de Santo António na ilha do Príncipe; o molhe das Neves e os pontões localizado em Porto Alegre, Santa Catarina e Água-Izé<sup>14</sup>.

A empresa responsável pela produção e distribuição de energia elétrica e água é a EMAE- Empresa de Agua e Eletricidade. No entanto esta empresa apresenta algumas falhas

<sup>13</sup> “As linhas ferroviárias da época colonial, que asseguravam o escoamento das produções de roças para o porto marítimo de S. Tomé, já não existem” Disponível em <http://www.ppa.pt/wp-content/uploads/2014/06/06-Estudo-Sao-Tome-e-Principe-Elaborado-pela-CGD.pdf>., consultado 30-10 2015.

<sup>14</sup> Informação disponível em <http://www.ppa.pt/wp-content/uploads/2014/06/06-Estudo-Sao-Tome-e-Principe-Elaborado-pela-CGD.pdf>., consultado 30-10 2015.

na distribuição de energia, devido à difícil situação financeira, o aumento do preço dos combustíveis, o alto custo na manutenção dos equipamentos, a dificuldade em cobrar aos consumidores e também devido à reduzida dimensão do mercado e de armazenamento de combustíveis. O mesmo acontece com a distribuição da água, porque apenas um terço da população beneficia de água potável em suas casas.

Quanto às telecomunicações, esta é da responsabilidade da CST - Companhia Santomense de Telecomunicação, cujo 51% do capital pertence à Portugal Telecom e o restante ao estado santomense. Os hotéis, *resorts* e os cibercafés do país beneficiam das chamadas internacionais e também do serviço de *internet*. Também pode-se obter cartões de cabines de telefone e recargas de telemóveis na loja da CST.

#### **1.4. Caraterização administrativa**

Em termos políticos, como se disse atrás, São Tomé e Príncipe tornou-se independente a 12 de julho de 1975 e foi adotado um regime político e económico de orientação socialista de partido único (MLSTP), chefiado por Manuel Pinto da Costa, que durou 15 anos. No início foi adotado um modelo administrativo, de molde a que a ilha de São Tomé ficasse dividida em dez freguesias e a do Príncipe apenas numa. No entanto, ocorreram diversas mudanças e, ainda na década de 70, a organização das ilhas passou a ser por distritos e subdivididos em cidades e bairros. Esta estrutura manteve-se até à atualidade, tendo a ilha de São Tomé 6 distritos, Água Grande, Mé Zochi, Cantagalo, Caué, Lembá e Lobata e na ilha do Príncipe o distrito de Pagué.

Após a nacionalização das roças, em 1990, 92% das terras ficaram sob tutela do estado e a população residente passou a explorá-las. Também foram criadas as chamadas “Comissões Administrativas Provisório”. Pela mesma data foi aprovada uma nova Constituição, que estabeleceu o pluripartidarismo<sup>15</sup>.

O país é membro de várias organizações, tais como: o Banco Africano de Desenvolvimento, Organização das Nações Unidas, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, União Africana, Comunidade Económica dos Estados da África Central e

---

<sup>15</sup> “Sistema político que admite a existência legal de vários partidos”. Disponível em <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/pluripartidarismo> consultado a 13-6- 2016.

também da Organização Mundial do Turismo. O país não é membro da Organização Mundial do Comércio, no entanto tem o estatuto de observador<sup>16</sup>.

### **1.5. Caraterização económica**

O arquipélago é influenciado por um conjunto de caraterísticas que o definem como limitativos do desempenho interno, fazendo com que o país se tornasse mais dependente, economicamente, da ajuda externa: «...a insularidade arquipelágica, a pequena dimensão, a distancia em relação aos principais centros internacionais, o isolamento e a vulnerabilidade face ao meio»<sup>17</sup>.

Efetivamente, a economia santomense é de pequena dimensão, caraterizada pela produção e exportação de alguns bens. Esta baseia-se na agricultura, na pesca, no comércio, no turismo e em algumas unidades transformadoras. A exploração agrícola em São Tomé e Príncipe, que originou as roças, emprega cerca de um terço dos habitantes.

Os santomenses vivem muito à base da agricultura e pescas. Com solos férteis, água abundante e boa drenagem, a agricultura foi e continua a ser um grande fator principal para a economia do país, e melhorar a segurança alimentar das ilhas. Veio substituir as importações, criar emprego, reduzir a pobreza e fixar as populações que residem nas roças. Contudo, houve uma crise na produção agrícola, após a independência, pois as terras foram distribuídas pela população residente com o objetivo de rentabilizá-las, mas tiveram dificuldades, devido à falta de experiência e de apoios financeiros.

Se, como vimos atrás, no início começou-se com a plantação de cana-de-açúcar e, mais tarde, o café (em 1800) e o cacau (desde 1822, e de 1900 a 1910 o arquipélago foi o maior produtor mundial (Santos, 2002)), atualmente a agricultura é, essencialmente, de subsistência, em que o cacau é o produto principal com mais de 80% total das exportações. Para além desses produtos também cultivam café, coco, flores, pimenta, entre outras especiarias, mas com uma percentagem mais baixa no total das exportações. A criação de

---

<sup>16</sup>Informação disponível em <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detalhe.aspx?documentId=4c9cf57f-4bee-4085-b04a-5cd222c9807e>. Consultado em 22-2-2016.

<sup>17</sup> Informação disponível em [http://www.juristep.com/boletim/12\\_Buletin%20juriSTEP\\_Ab.Jun\\_2007.pdf](http://www.juristep.com/boletim/12_Buletin%20juriSTEP_Ab.Jun_2007.pdf). Consultado a 27-12-2015.

gado e o cultivo de tubérculos, feijão, batata e outros legumes e frutas, na maior parte são para o consumo da população.

A atividade piscatória contribui com cerca de 4,7% para a economia do país e emprega cerca de 15% da população. Esta atividade artesanal é mais praticada nas comunidades costeiras, como é óbvio. A pesca é realizada em canoas feitas pelos próprios pescadores e as pescas semi-industriais são feitas com barcos de maior porte, impulsionadas a motor. Para além do atum, também capturam diversas espécies de mariscos, corvina, garoupa, pargo, cherne, badejo entre outras.

Relativamente às atividades comerciais, estas não se encontram devidamente estruturadas. Para além disso, existe pouco poder de compra por parte da população. Nota-se um obstáculo relativamente às trocas comerciais com os países vizinhos, devido ao custo dos transportes. Com a descida do preço do cacau nos mercados internacionais, e a diminuição da sua produção, o governo deu mais destaque ao desenvolvimento do turismo como a principal opção e fonte de rendimentos.

O turismo tem sido uma grande aposta para o desenvolvimento da economia do país. Embora ainda em fase de lançamento, as ilhas possuem grandes potencialidades ambiental e natural, a paz e a baixa criminalidade, a alegria e o bom acolhimento por parte da população e também o genuíno comportamento em termos culturais. O número de turistas tem estado a aumentar de ano para ano, apesar da existência de poucas unidades de alojamento. Para além destas atividades, foram descobertas jazidas de petróleo nas águas do país, mas ainda não está a ser exploradas.

Assim, São Tomé e Príncipe continua a depender em cerca de 85% do orçamento de parcerias externas. A economia do país é bastante vulnerável e frágil, devido à suficiência alimentar, aos custos da insularidade e uma elevada taxa de desemprego, principalmente para a faixa etária mais jovem, dado a composição da sociedade santomense.

## **1.6. Caraterização cultural**

Culturalmente, São Tomé e Príncipe possui, para além da língua, diversas manifestações culturais e patrimoniais. A oralidade é a principal forma de transmissão do património imaterial, como os contos, as fábulas e relatos, passados de geração em geração.



No que diz respeito à língua e crioulos, estes são o resultado de um processo histórico que foi evoluindo ao longo dos anos. Atualmente, em São Tomé e Príncipe falam-se cinco línguas, o português, o forro, o lunguyé, o cabo-verdiano e o angolano. É de realçar que o forro é a língua que representa a identidade nacional de resistência, pois foi através dela que se passavam clandestinamente as mensagens políticas entre a população, ou seja tinha um papel estratégico na luta pela independência (Abreu, 2012: 53).

Relativamente às manifestações culturais, sinalizam-se várias tipologias do folclore, que vão desde a dança, música e teatro. As danças santomenses nasceram da mistura das danças de outros povos que lá se fixaram. A *puíta* é uma dança que resultou da mistura da dança angolana *semba*, tal como a *ússua* que resultou da *rebita*, uma da dança com ritmo mais lento ao contrario da *puíta*, também temos o *socopé* e *bulawé*. Relativamente ao teatro, indicam-se algumas peças tradicionais como *A Tragedia do Marquês de Mântua e do Imperador Carloto Magno* (mais conhecido pelo *Tchiloli*), o *Auto da Floripes*, o *Danço Congo* ou a *Dança do Capitão do Congo*, o *tlundú* e a *stleva* (Abreu, 2012: 60).

No que diz respeito ao património material, vejam-se as construções de natureza religiosa, tais como a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, a Sé Catedral e a Igreja da Madre Deus, entre outras. De natureza militar temos o Forte de Santo António, Fortaleza de São Sebastião (atualmente é o Museu Nacional de São Tomé e Príncipe), Forte do Jerónimo, entre outras. Também se sinalizam outras edificações históricas do século XX, como o Liceu Nacional, o Arquivo Histórico, o Mercado Municipal, entre outras (Abreu, 2012: 66). E, naturalmente, objeto do nosso estudo, o conjunto de instalações agroindustriais, as roças criadas durante o século XIX para o cultivo, principalmente, do cacau e do café.

### **1.7. Caraterização ambiental**

A natureza parece ter aqui um peso fundamental «...caracterizada pela abundância, pela biodiversidade e pelo endemismo de flora e de fauna em meio florestal, fluvial, costeira e marinho, evidenciando-se assim diversidade paisagística»<sup>18</sup>, devido ao relevo e recorte da costa. A flora e a fauna é luxuriante, fruto de microclimas diversos, com diferentes tipos de

---

<sup>18</sup> Informação disponível em [http://www.juristep.com/boletim/12\\_Buletin%20juriSTEP\\_Ab.Jun\\_2007.pdf](http://www.juristep.com/boletim/12_Buletin%20juriSTEP_Ab.Jun_2007.pdf). Consultado a 27-12-2015.

vegetação. Existem quatro rios em São Tomé, o rio Yo Grande (o maior do país); o rio Do Ouro; o rio Manuel Jorge e rio Abade e na ilha do Príncipe existe apenas um rio o Papagaio.

No arquipélago de São Tomé existe três tipos florestas, a Ôbo, a floresta húmida de montanha e a floresta secundária. A floresta húmida tem cerca de 100 metros de altitude e as «...árvores são altas, de copa cerrada, com plantas que vivem na casca de outras (samambaias, begónias e orquídeas), numa densidade tropical em busca de luz» e as «árvores de sombra refrescam as culturas de cacau e café, a par de bananeiras e coqueiros.<sup>19</sup> A floresta de nevoeiro Ôbo esta situado acima de 1 400 metros de altitude, com árvores de pequeno porte tais como, «...pinheiro de são tomé, fetos, cataÔbo, cacau d'ôbo, quebra-machado, teia teia, cola macaco, pau formiga, pau três e muitas outras espécies»<sup>20</sup>. A floresta secundária está localizada a norte e nordeste do arquipélago de São Tomé, e mais precisamente junto à costa marítima, que vai desde o aeroporto à Praia das Conchas e Lagoa Azul. Esta floresta serve para o cultivo e nela pode-se ver a madeira, plantas curativas e também comestíveis<sup>21</sup>. Já na ilha do Príncipe pode-se observar apenas um tipo de floresta, situada no litoral, em solos planos. Esta é uma floresta virgem, húmida com espécies tais como, os mangais e os coqueiros. Existem algumas leis de proteção do meio ambiente<sup>22</sup>, mas o galardão da sua qualidade foi o facto de a Ilha do Príncipe ser classificada como Reserva Mundial da Biosfera pela Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNWTO)<sup>23</sup>.

---

<sup>19</sup> Informação disponível em <http://www.ppa.pt/wp-content/uploads/2014/06/06-Estudo-Sao-Tome-e-Principe-Elaborado-pela-CGD.pdf>, consultado 30-10 2015.

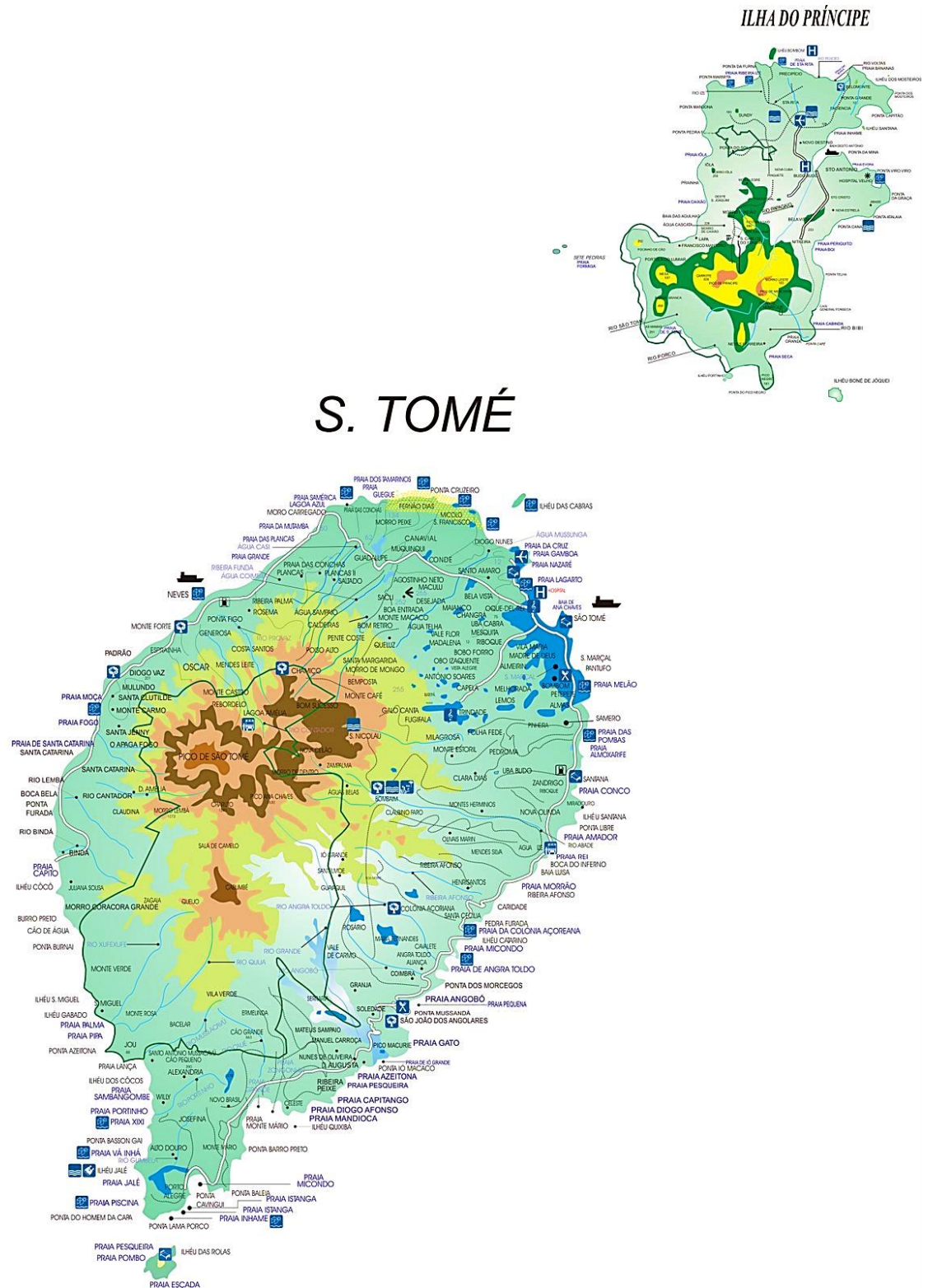
<sup>20</sup> Informação disponível em <http://www.ppa.pt/wp-content/uploads/2014/06/06-Estudo-Sao-Tome-e-Principe-Elaborado-pela-CGD.pdf>, consultado 30-10 2015.

<sup>21</sup> Informação disponível em <http://www.ppa.pt/wp-content/uploads/2014/06/06-Estudo-Sao-Tome-e-Principe-Elaborado-pela-CGD.pdf>, consultado 30-10 2015.

<sup>22</sup> Tais como: “lei nº 5/2001 – Lei de Floresta – Direção Geral do Ambiente/Direção das Florestas; lei nº 9/2001 – Lei das Pescas e Recursos Haliêuticos – Direção Geral do Ambiente/Direção Geral das Pescas; lei nº 10/1999 – Lei de Bases do Ambiente – Direção Geral do Ambiente; lei nº 6/2006 – Lei do parque natural Ôbo de São Tomé; lei nº 7/2006 – Lei do parque natural de Ôbo do Príncipe; Decreto nº 35/1999 – Decreto sobre a Extração de Inertes – Direção Geral do Ambiente; Decreto nº 36/1999 – Decreto sobre Resíduos – Direção Geral do Ambiente; Decreto nº 37/1999 – Regulamento sobre o Processo de Avaliação do Impacto Ambiental; PNADD – Plano Nacional do Ambiente para o Desenvolvimento Durável; ENPAB – Estratégia e Plano de Ação sobre a Biodiversidade e o Plano de intervenção para a proteção dos Parques Naturais de S. Tomé e Príncipe”. (Viana, 2011:23)

<sup>23</sup> Informação disponível em <http://www.stpdigital.net/sociedade/793-bom-bom-island-e-o-1-hotel-em-africa-a-obter-certificacao-biosphere-responsible-tourism.html> consultado a 2-5-2017.

## 1.8. Turismo em São Tomé e Príncipe



**Figura 3.** Mapa da Ilha de São Tomé e Príncipe

**Fonte:** Disponível em [http://atlas.saotomeprincipe.eu/1\\_atlasstp\\_situacao.htm](http://atlas.saotomeprincipe.eu/1_atlasstp_situacao.htm), consultado a 21-9- 2017.

São Tomé e Príncipe é ainda um paraíso pouco explorado, com grandes potencialidades em termos turísticos. A aposta neste setor será um grande contributo para o desenvolvimento económico e social do país, pois trará benefícios tais como: criação de postos de trabalho; retenção de divisas; requalificação de mão-de-obra; modernização das infra estruturas; investimentos e valorização do meio ambiente (Brito, 2004:191). Insere-se na imagem que se atribui ao turismo realizado em países insulares, o serem vistos como espaços de férias e de lazer, lugares de descanso fora do meio urbano, com ambientes paradisíacos e naturais, com paisagens ricas em espécies exóticas, quer a fauna como a flora, e também pela cultura e pelo genuíno.

O turismo em São Tomé e Príncipe começou a ganhar uma maior importância em 1990, porque se passou a ver o turismo como uma fonte de riqueza e de desenvolvimento da economia. Durante o período do partido único o turismo era visto como uma atividade sem importância, em que o regime achava que não havia necessidade de desenvolver o turismo, dado que os seus destinatários não se encontravam entre os santomenses (Neto, 2011:54). O turismo começou a desenvolver-se por volta dos anos 80, quando começaram a surgir alguns hotéis no país como o hotel Marlin Beach, a atual Omali Lodge, Club Santana e Residencial Avenida (Lima, 2011:31). Todas essas unidades hoteleiras surgiram através da aposta do Estado no desenvolvimento da economia com o contributo do sector privado.

À medida que o turismo em STP foi evoluindo em termos de infraestruturas, entradas de visitantes e turistas, os hotéis também foram aumentando, principalmente na zona central do país. Entre 1996 e 2000 houve uma pequena evolução no número de alojamentos, de 15 para o total de 18 e de 394 camas para 495. Em 2001, o país disponibilizava no total 249 quartos, sendo 81.5% localizados na ilha de São Tomé e os 18.5% na ilha do Príncipe (Brito, 2001:197).

Na tabela 1 verifica-se que, em 2013, o país disponibilizava 44 estabelecimentos turísticos e 341 275 camas e, em 2014, houve uma evolução para 55 no total de estabelecimentos e 380 695 camas. Este aumento deve-se aos vários investimentos estrangeiros realizados no país, como a empresa Island Resources Foundation que tem desenvolvido pequenos hotéis e pousadas, com vista ao desenvolvimento do turismo no interior da ilha; o grupo HBD tem transformado a ilha do príncipe num paraíso através do

ecoturismo. Também muitas das roças estão a ser recuperadas em prol do turismo, como a Roça São João, Roça Bombaim, Roça Chamiço e a Roça Monte Forte.

O GSTC (Concelho Global para o Turismo Sustentável) e a UNWTO (Organização Mundial de Turismo) atribuíram o certificado de “*Biosphere Responsible Tourism*” ao hotel Bom Bom Island Resort situada na ilha do Príncipe (o primeiro hotel do continente africano a obter o certificado) a seguir foi o hotel OMALI Lodge Boutique Hotel na ilha de São Tomé (o segundo a obter o certificado em 2014)<sup>24</sup>, aproveitando o facto da Ilha do Príncipe ter sido classificada como Reserva Mundial da Biosfera pela Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNWTO)<sup>25</sup>.

Indicadores do Turismo	Ano	
	2013	2014
Camas Disponíveis/Ano <sup>1</sup>	341.275 Camas	380.695 Camas
Entradas Totais <sup>2</sup>	20.699	25.898
Entradas de Turistas	11.258	18.187
Ent. de Excursionistas	2.550	2.361
Permanência Média Anual	7 dias <sup>3</sup>	7 dias
Dormidas Totais	78.806	127.309
Tx. Ocupação média Anual	23%	33,4 %
Nº de Quartos	601	664
Nº de Estabelecimentos	44	55

**Tabela 1.** Indicadores do Turismo em São Tomé e Príncipe - tabela realizada pela Direção Geral do Turismo e Hotelaria de STP.

**Fonte:** Dados estatísticos fornecidos pela Direção Geral do Turismo e Hotelaria de STP

No que diz respeito à entrada de turistas, de acordo com os dados fornecidos pela DGTH, podemos verificar, através da tabela 2, que o número de visitantes foi aumentando, ao longo dos 5 anos indicados (2010 a 2014). De 2013 para 2014 houve um “boom” se tivermos em consideração que o número total subiu quase 5 000 turistas, salto nunca

<sup>24</sup>Informação disponível em <http://www.telanon.info/destaques/2014/12/29/18323/hotel-omali-lodge-conquista-certificado-internacional-de-turismo-responsavel/>. Consultado a 20-10-2015.

<sup>25</sup>Informação disponível em <http://www.stpdigital.net/sociedade/793-bom-bom-island-e-o-1-hotel-em-africa-a-obter-certificacao-biosphere-responsible-tourism.html> consultado a 2-5-2017.

verificado anteriormente. Em 2014, mais de 18 mil turistas visitaram as ilhas, ou seja, houve um aumento de 24,6 por cento face ao ano anterior, que obteve 13.708 turistas. Para além de turistas, em 2014 recebeu 2.361 excursionistas<sup>26</sup> provenientes de cruzeiros, que perfazem um total de 20 mil entradas neste ano.

A maior parte dos turistas, em 2014, vieram de Portugal, com cerca de 7.462, a seguir Angola com 3.051, depois França, 1.190, Gabão, 443 e EUA 410. Tudo isso deve-se ao aumento de voos internacionais por semana de e para São Tomé; a isenção de vistos de entradas para alguns países<sup>27</sup>; a forte promoção no turismo e o grupo CNN Travel, em 2014, que elegeu São Tomé e Príncipe como um dos dez destinos de sonho a nível mundial.

Cinco Maiores Emissores de Turistas nos últimos 5 Anos									
2010		2011		2012		2013		2014	
Portugal	3578	Portugal	4385	Portugal	5811	Portugal	5447	Portugal	7.462
Angola	1105	Angola	1475	Angola	1866	Angola	1403	Angola	3.051
França	514	França	673	França	843	França	765	França	1.190
EUA	280	Nigéria	555	Cabo Verde	494	Cabo Verde	327	Gabão	443
Reino Unido	229	Cabo Verde	409	Nigéria	396	Espanha	195	EUA	410
Total	5.706	Total	7.497	Total	9.410	Total	8.137	Total	12.556
Total Geral	7.963	Total Geral	10.319	Total Geral	12.743	Total Geral	13.708	Total Geral	18.187

**Tabela 2.** Entrada por país de origem de turistas em STP

**Fonte:** Dados estatísticos fornecidos pela Direção Geral do Turismo e Hotelaria em STP

Esse aumento de entradas de turistas também se deve aos fatores que atrás referimos, nomeadamente, ao seu riquíssimo património natural, quer da flora (com mais de 85 espécies endémicas) como da fauna<sup>28</sup> (com 58 espécies de animais únicos); com ricas praias banhadas por águas límpidas e quentes, de tons azuis e verdes; a natureza montanhosa propícia para passeios pedestres, passeios de canoas, observação das aves, das baleias e das tartarugas; o

<sup>26</sup> Informação disponível em <http://www.stp-press.st/08.htm>. Consultado a 27-12-2015.

<sup>27</sup> A isenção de visto de entrada com duração de 15 dias para os cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), da União Europeia (EU), Estados Unidos da América. A mesma isenção de visto pode ser concebida para cidadãos de qualquer país, mas têm de ter o passaporte com validade superior a três meses ou podem possuir o visto Schengen ou dos Estados Unidos da América. Disponível em <http://www.stpairways.st/antes-de-viajar-2/informacoes-ao-viajante/>. Consultado a 20-11-2017.

<sup>28</sup> “São Tomé e Príncipe participou em estudos sobre o “ecoturismo”, em 2008, conduzida por a Organização Mundial de Turismo, o Banco Mundial, e Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, com que teve uma avaliação mais realista sobre as oportunidades e riscos encontrados por São Tomé e Príncipe nesse tempo difícil”. Disponível em [Http://stpdigital.net/opiniao/755-ambiente-natural-de-sao-tome-e-principe.html](http://stpdigital.net/opiniao/755-ambiente-natural-de-sao-tome-e-principe.html) consultado a 22-11-2015.

seu património histórico, a paz social, a baixa criminalidade e a simplicidade e simpatia do seu povo.

Relativamente às infraestruturas e serviços de apoio ao turismo, estes têm vindo a evoluir ao longo dos anos. O país possui dois aeroportos, um deles recebe voos internacionais, localizado em São Tomé, com uma pista de asfalto com 2.200 m por 45m e a outra pista, que foi alargada em 2014<sup>29</sup>, situada na ilha do Príncipe, que recebe aviões de médio porte, e possui uma pista de 1750 metros. Na tabela 3, verifica-se que de 2013 para 2014 manteve-se o número de companhias e também o número de voos locais por semana, mas houve um aumento de números de voos internacionais, de 8 para 10.

Quanto os serviços de apoio ao Turismo, como rent-a-cars, empresas de animação, restaurantes e bares, também houve um aumento em 2014, o que demonstra que há algumas iniciativas e investimentos relativamente ao setor de turismo em São Tomé e Príncipe.

<b>Infra-estruturas e Serviços de Apoio ao Turismo</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Nº Campanhas aéreas	5	5
Nº voos locais/semana	5	5
Nº de voos Internacionais/Semana	8	10
Ag. Viagens e Operadores Turísticos	7	9
Rent-a-Cars	7	9
Empresas de Animação Turística e Eventos	4	5
Restaurantes	22	25
Bares	9	10
Discotecas	9	9
Museus e Centros Interpretativos	3	3
Lojas de Artesanato e de Produtos Locais	10	10

**Tabela 3.** Infraestruturas e serviços de apoio ao turismo em STP

**Fonte:** Dados estatísticos fornecidos pela Direção Geral do Turismo e Hotelaria em STP (onde se lê Campanhas, leia-se Companhias)

Apesar dos vários investimentos estrangeiros efetuados no sector do turismo em STP, este representa cerca de 5% do PIB, em 2015, o que demonstra que o turismo tem ficado

<sup>29</sup> O projeto foi parceria entre o Governo, a empresa HBD do milionário sul-africano Mark Shuttleworth e a empresa que opera os aviões da África Connexion do empresário holandês Rowmbont Swarbont. Ver Príncipe já pode receber aviões de médio porte. Téla Nón disponível em [Http://www.telanon.info/sociedade/2015/10/27/20340/principe-ja-pode-receber-avioes-de-medio-porte/](http://www.telanon.info/sociedade/2015/10/27/20340/principe-ja-pode-receber-avioes-de-medio-porte/) consultado a 1-5-2017.

aquém no desenvolvimento económico do país<sup>30</sup>. Infelizmente ainda existem riscos que podem prejudicar o desenvolvimento do turismo no país, tais como: a pouca divulgação do destino internacionalmente; a carência de infraestruturas, como água potável, esgotos, energia, entre outros; a falta de preservação do património arquitetónico; a falta de mão-de-obra qualificada; a insularidade; doenças como a malária e a febre-amarela. Além do mais, observa-se que o setor do turismo constitui uma fonte de receitas crescente, mas está fortemente dependente de bens importados. Ou seja, trata-se de uma economia muito dependente da ajuda externa e, mais recentemente, dos rendimentos provenientes do petróleo<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> Informação disponível em [www.portugalglobal.pt](http://www.portugalglobal.pt) consultado a 27-5-2015.

<sup>31</sup> Informação disponível em <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/LivrariaDigital/SaoTomePrincipeFichaMercado.pdf>, consultado a 27-5-2015.



## **Capítulo II – Entre Património e Turismo**

A temática do presente trabalho de Mestrado está ligada ao conceito de património que se interliga com o turismo, dado que o primeiro pode ser um recurso a usar e a alimentar o turismo. É sobre esta perspetiva que nos debruçaremos de seguida.

### **2.1 Património e Identidade (s)**

A palavra património “...estava, na origem, ligada às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Requalificada por diversos adjetivos (genético, natural, histórico...), que fizeram dela um conceito “nómada”, prossegue hoje em dia um percurso diferente notório” (Choay, 2011:11).

Mas, nem todas as manifestações culturais do passado podem ser consideradas património. “O património não é só o legado que é herdado, mas o legado que, através de uma seleção consciente, um grupo significativo da população deseja legar ao futuro” (Silva, 2000:218), isto é, um indivíduo ou um determinado grupo considera que aquele legado lhe pertence e tem um valor importante e deve ser preservado e transmitido a gerações futuras. Neste sentido, o património é uma “representação simbólica de uma dada versão de identidade” (Silva, 2000:219).

Atualmente fala-se em vários tipos de património, histórico, cultural, imaterial, industrial, natural entre outros. Nem tudo aquilo que as culturas vão criando, ao longo da sua existência é considerado património, “...a patrimonialização tende a fixar alguma permanência, quando a cultura, pelo contrário, está em constante mudança” (Pereiro, 2003:3). O património não é o mesmo que cultura, porque “...a cultura, em toda a sua multiplicidade e diversidade, não se pode conservar. A cultura vive-se, não se conserva e, por isso, o património não é o mesmo que cultura” (Peralta, Anico, 2006:1). Tal significa que existe uma evolução, uma dinâmica, que anima o património.

Contudo, os dois conceitos estão intimamente ligados, pois o património consiste num conjunto de bens que fazem parte da cultura de uma comunidade, mas nem sempre, esses bens culturais podem ser considerados património, estão muito para além.

O património cultural pode ser entendido de múltiplas perspetivas: tradicionalista ou folclorista, como um conjunto de bens matérias e imateriais, ligado à cultura popular pré-industrial, como objeto do passado; construtivista, quando o património é visto como um sistema de construção social, uma representação simbólica da identidade; patrimonialista, isto é, “...o património cultural está integrada por elementos culturais que adquirem um novo valor através de um processo de “patrimonialização”, porém não é o mesmo que a noção de cultura” (Pereiro, 2003:4); produtivista, se o património é visto como um recurso para o turismo cultural e outras atividades, ou seja, um produto atrativo para o desenvolvimento em outras áreas; participacionista, quando a salvaguarda do património cultural vai ao encontro das necessidades sociais, ou seja, à participação social com o objetivo de não dar apenas importância aos bens culturais, mas sim aos indivíduos/comunidade.

Atualmente, o património cultural não se resume apenas aos bens materiais, monumentos e sítios, também existe uma outra visão mais antropológica. Ou seja, “...deixou-se de valorizar apenas as criações estéticas extraordinárias e idolatradas pelas elites – “as belas artes” –, para valorizar de igual modo o que é “culto” e “popular”, e assim “...o património cultural deixou de ser unicamente “histórico- artístico” (entendido como herança que merece ser conservada), para passar a ser algo em que o passado é interpretado a partir do presente e de acordo com critérios de seleção e valorização determinantes em cada época” (Pereiro, 2003:2-3).

Fala-se muito no património cultural imaterial, e afinal em que consiste este património? Compreende-se, segundo convenções nacionais e internacionais, por “património cultural imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu património cultural. Esse património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interação com a natureza e da sua história, incluindo-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana” (Cabral, 2011:17)

Outro conceito ligado ao património é a identidade. A identidade pode ser entendida “...como o grau de identificação e solidariedade que um indivíduo tem com o grupo a que

pertence, baseado na percepção partilhada pelos membros de uma comunidade da homogeneidade social do Nós por oposição a Eles (Cerulo, 1997) ”. A identidade por assim dizer “ ...é um processo de identificação historicamente apropriado que conferem sentido ao grupo (Cruz 1993). Ou seja, ela implica um sentimento de pertença a um determinado grupo étnico, cultural, religioso, de acordo com a percepção da diferença e da semelhança entre «ego» e o «alter», entre «nós» e os «outros» (Rodrigues, s.d:3).

De uma forma geral, a identidade surgiu do processo de interação que os indivíduos vão sentindo na sua vida diária, através do contacto e trocas com o seu meio envolvente e a sociedade cria e reproduz a sua identidade, tendo em vista o seu passado mitológico, histórico e simbólico.

O conceito de património e a identidade encontram-se relacionadas, pois “...o património é um elemento fundamental na construção da identidade social/cultural e, simultaneamente, é a própria materialização da identidade de um grupo/sociedade (Choay, 1992; Schiele 2002; Peralta & Anico 2006) ” (Rodrigues, s.d:4). O património é a manifestação simbólica da identidade e das vivências da comunidade. Os símbolos aparecem como um veículo de transmissão cultural, que os indivíduos mantêm entre o passado-presente e que os identificam como iguais e os diferenciam com os outros.

No caso da comunidade da Roça Agostinho Neto, em São Tomé e Príncipe, apesar da existência de mistura de várias culturas e identidades (trabalhadores vindo de Angola, Cabo Verde e moçambique) foi criada uma nova identidade, pois a partir do momento que os indivíduos se fixaram naquele espaço roceiro, surgiu um sentimento de pertença, mesmo que não definido conscientemente. À medida que os antepassados foram desaparecendo, a comunidade atual vê-se como uma só, não existe a diferenciação, ou seja, todos fazem parte do mesmo, pelo menos para os que são mais jovens e quase não conheceram as suas raízes. Contudo, esta pode ser mais uma visão externa do que interna, pode ser uma construção feita hoje, pelos que olham para a população de STP como se tratasse de uma só.

## **2.2 Turismo: a realidade africana**

Ao longo dos anos, o património tem tido um papel muito importante na indústria turística. Após a II Guerra Mundial, sobretudo a partir dos anos sessenta, começou-se a ver

o património como uma forma de atratividade para o turismo de uma forma muito mais intensa, graças à própria organização dos tempos de lazer.

O turismo, seja qual for a sua definição, pressupõe: a procura do outro e, à partida, permite um maior intercâmbio cultural, o que facilita o reconhecimento e a aceitação; a melhoria das condições de vida das comunidades, através da criação de postos de trabalho, contribuindo para a redução da pobreza; a preservação do património cultural, através da manutenção e conservação do mesmo ao serviço do turismo; a melhoria das infraestruturas, entre outros. Esses aspetos positivos dependem de políticas que alimentem o próprio turismo, que o tornem sustentável, isto é, um turismo de qualidade que se preocupe com os diferentes recursos e que os conserve e legue às gerações futuras: o bem-estar da natureza, das pessoas, a preservação do património e a cultura, incentivando a participação e usufruto do turismo por parte da comunidade (Cabral, 2011:165).

Um dos aspetos negativos do turismo é a deterioração do património cultural “...resultado do fluxo excessivo de visitantes e a prossecução de projetos desequilibrados e descontextualizados que ignoram as tradições e as necessidades da população local” (Cabral, 2016:166).

O património cultural imaterial é importante para o turismo, principalmente para aquelas comunidades que não possuem património edificado. As tradições, as memórias e a etnicidade aparecem como recurso turístico. O risco é o das comunidades “criarem” uma realidade autêntica, “fabricada” apenas para o usufruto dos turistas de acordo com o que se pensa ser a sua tradição. O risco é grande, mas, por vezes, é o preço a pagar - pois a criação de uma identidade destinada apenas para o turismo, faz com que seja preservado o seu património quer material como imaterial, que normalmente os poderes locais não conseguem assegurar. O desafio é fazer com que a exploração turística dos bens patrimoniais possibilite um maior desenvolvimento das economias locais face ao chamado turismo de massa.

O turismo é um fenómeno bastante complexo e em constante evolução em termos de definição e compreensão dos movimentos que levam às deslocações com objetivos claros de usufruir do que novos espaços. Exigem o envolvimento de disciplinas como a sociologia, antropologia, economia, história entre outras. Há várias perspetivas para a definição do conceito de turismo. Segundo Burkhart e Medlick (1974), e Heeley (1980) o turismo pode ser definido de acordo com dois grandes grupos: “...definições conceptuais que elucidam a

natureza do turismo como atividade; definições técnicas dentro das quais está a designação do tipo de turistas e do que constitui a atividade turística (Schullard, 1910; Picard, 1971) ” (Henriques, 2003:21).

De acordo com Holloway (1988:22) o termo turismo aparece nos primeiros anos do século XIX, mas a sua prática já era anterior. Um turismo de massas ou de massa, em que as classes trabalhadoras tinham direito as férias e essas eram pagas, abre um novo paradigma. Domingues (1990:279-280) define o turismo de massa como sendo “organizado para grandes fluxos de veraneantes, praticado em zonas muito desenvolvidas e onde existem estruturas adequadas para o efeito” (Marques, 2009:31).

Assim sendo, podemos definir o turismo como “...uma atividade que envolve uma mistura complexa de elementos materiais e psicológicos. Os elementos materiais são o alojamento, o transporte, as atrações e diversões disponíveis. Os fatores psicológicos incluem um largo espectro de atitudes e expetativas...estas atitudes e expetativas vão da simples fuga à concretização de um sonho ou de uma fantasia, ou descanso, recreação, educação e outros interesses sociais” (Forster, 2000:20).

O turismo é um fenómeno que requer uma deslocação em busca de expetativas e emoções, com vista à usufruição e ao lazer, num determinado espaço. Implica as atitudes e o comportamento do visitante e do visitado, num espaço com infraestruturas e meios de acolhimento e instalação. Com o passar do tempo, o turismo foi se transformando e ganhando novas perspetivas. Hoje em dia, a tendência é o desenvolvimento dos serviços, tanto da procura como da oferta, com vista à valorização local.

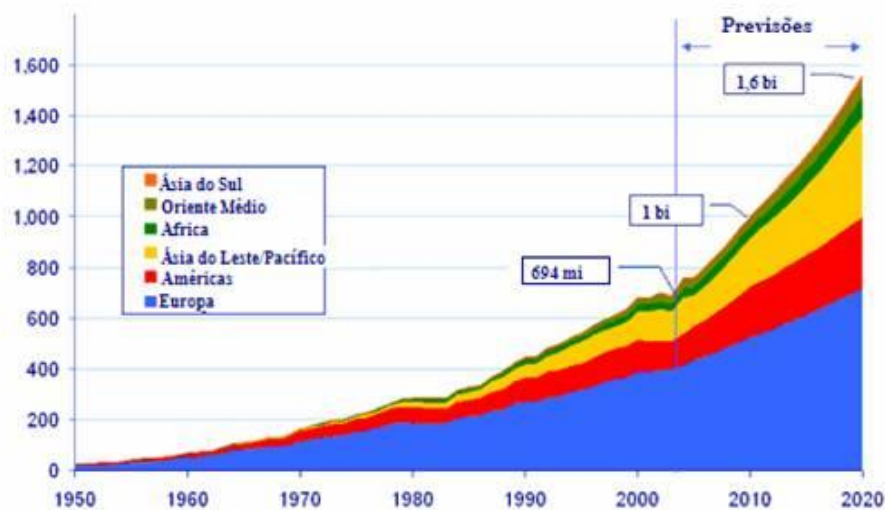
Falar de turismo é falar do conceito do lazer. Existe diferença entre essas duas práticas. O lazer, de acordo com Dimitrios Starvrakis (apud Baptista, 1990:40) “...corresponde a um bem-estar do Homem, em si próprio e nas relações com os outros. É uma qualidade de estar, no sentido de poder expandir-se e realizar-se. É a recriação de ser ou estar durante a vida” (Neto, 2011:31).

O lazer é entendido como um ato de descanso, de repouso, fora das horas de trabalho e que cada indivíduo expressa de diferentes formas: ler um livro, passear, praticar um desporto, entre outros. Os diversos estudos sobre o lazer foram realizados na década de setenta do século XX. O lazer é caracterizado pela “ocupação do tempo”, pela recreação, pelo “repouso físico e psíquico, pelo prazer, pelo conforto ou pela alegria” que valoriza o sentido

de “liberdade” e acesso a um “afastamento efetivo do trabalho” (Martins, 2004:13). O lazer é uma das expressões do turismo, ou seja, a importância do lazer traduz-se na crescente evolução do turismo no mundo, pelo “...alargamento e pela diversificação dos domínios de competência dos organismos nacionais do turismo” (Neto, 2009:39).

O turismo é uma indústria que tem vindo a crescer mundialmente. A globalização e desenvolvimento das tecnologias têm contribuído para o aumento desta atividade. O turismo “...é uma atividade que envolve uma mistura complexa de elementos materiais e psicológicos. O turismo envolve viajantes em atividades” que “...devem ser apresentadas aos potenciais clientes como algo «diferente» e se pretende despertar o interesse” (Foster, 2000:21).

Mundialmente, o turismo internacional tem vindo a crescer nos últimos anos. O gráfico em baixo mostra-nos essa evolução. Esta evolução deve sobretudo devido às melhorias de infraestruturas; uma maior divulgação através dos meios de comunicação, internet entre outros; o surgimento das viagens low-cost, diminuição dos preços dos bilhetes de viagens; mais segurança e conforto nos locais visitados; maior diversidade em termos de escolha dos locais entre outras.



**Gráfico 3.** Evolução do fluxo de turistas estrangeiros no mundo e previsões para 2010 e 2020

**Fonte:** Disponível em <http://www.sindha.org.br/index.php/blog/tendencias/4082-tendencias-artigo-turismo-sustentavel>, consultado a 12-9-2017.

O OMT divulgou que no primeiro semestre do ano 2017 foram registados 598 milhões de turistas internacionais em todo o mundo, ou seja, 6% mais do que o mesmo

período de 2016. Foi o melhor resultado semestral desde 2010. De acordo com a OMT o Médio Oriente foi o que registou o maior número, 36 milhões (9%), a seguir a Europa com 8%, depois África com 8%, seguindo-se a Ásia e o Pacífico com 6% e por último a América com 3%. Tudo isto mostra a evolução do turismo e a importância que está a ganhar em todo mundo e com o passar dos anos a tendência é a de crescer cada vez mais.

O turismo em países em desenvolvimento e em vias de desenvolvimento é uma mais-valia para o crescimento económico dos mesmos. O turismo é um setor em constante crescimento e tem-se tornado uma fonte de rendimentos, ou seja, o principal segmento da atividade económica de muitos países em África.

A partir de 1980 é que o turismo começou a ganhar uma maior potência no continente africano, devido ao crescimento do número de chegadas de natureza internacional. Podemos verificar este aumento do fluxo de chegadas no gráfico 3.

Na década de 80 (1950) os países africanos eram pouco procurados como destino turístico, em comparação com outras regiões, devido ao facto de muitos desses países estarem em fase de independência marcados por conflitos armados, instabilidade social, política e económica e falta de segurança e de infraestruturas para receberem turistas. Após o fim dos conflitos, iniciou-se um período de reconstrução dos países e procura do desenvolvimento económico.

Nos finais da década de 90 o turismo começou a ser visto como fonte de rendimentos. O continente africano possui uma “...vasta e diversificado potencial natural (Lima, 1997:53), vulgarmente conotado com o exotismo das paisagens tropicais com vegetação diferenciada em função das regiões de fauna abundante” (Brito, 2004:111). Para além disso, existe uma grande diversidade e contraste em termos sociais, culturais, tradicionais, étnicos, políticos, geográficos, religiosos, entre outros, dos países africanos.

Em 2011 o continente africano contava com cerca de 20 milhões de turistas “...sendo que atrai menos de 3% do total mundial e capta menos de 2% dos rendimentos mundiais” (Neto, 2011:47). O grande fluxo de turismo em África encontra-se nos países situados no norte da Egipto, Tunísia, Marrocos (embora esteja a ser afetado por atentados terroristas perpetrados mais recentemente, por razões de radicalismo islâmico (Neto, 2011:39)) e também na África do Sul, em que o turismo integra os objetivos de desenvolvimento económico. Devido à proximidade com o continente europeu e também à

sua riqueza cultural, o norte de África foi influenciado pelo turismo como nova atividade económica (Neto, 2011:39).

Já na África Central, o turismo internacional é pouco desenvolvido, devido ao facto do turismo ser utilizado apenas como forma de resolver os problemas sociais e também dada a pouca exploração dos atrativos turísticos. O quadro em baixo mostra a evolução do turismo internacional em alguns países da África Central. São Tomé e Príncipe, de 1990 até 1999, evidencia um decréscimo, relativamente, aos outros países da mesma sub-região. No entanto, a sul da África, tem maior destaque a região da África do Sul, devido ao Mundial de Futebol em 2010, altura em que se verificou o aumento do turismo que trouxe mais benefícios económicos e a divulgação do país.

	CHEGADAS			RECEITAS		
	1990	1995	1999	1990	1995	1999
ÁFRICA CENTRAL	351	357	452	98	91	125
ANGOLA	46	9	45	13	10	13
CAMARÕES	89	100	---	53	36	---
R. C. AFRICANA	6	26	10	3	5	---
TCHAD	9	19	47	8	10	---
CONGO	33	37	5	8	14	12
R. DEM. CONGO	55	35	---	7	5	---
GABÃO	109	125	175	3	7	11
STP	4	6	7	2	2	2

**Tabela 4.** Evolução das chegadas internacionais de turistas a alguns países da África Central em milhares e das receitas em milhões de dólares EUA

**Fonte:** Disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/620>, consultado a 13-9-2017.

À medida que o turismo cresce no continente africano, no sentido de falta de consciência ecológica, torna-se preocupante para a população local e para o meio ambiente, por isso há que adotar medidas e projetos para a preservação da cultura como também do meio ambiente. Atualmente, como forma de proteção da natureza foram criados parques naturais e também tem estado a desenvolver-se e a implementar-se um turismo sustentável, no qual a participação comunitária tem um papel importante.

### 2.3. Novas formas de turismo

Atualmente, o setor do turismo tem estado em expansão e tem tido maior destaque, ocupando um peso económico superior às atividades industriais, a agricultura e a pesca. Muitas das vezes a atividade turística é vista como elitista, apenas usufruída pelas classes



mais altas. No entanto, esta ideia é um conceito do passado, pois com a evolução deste mercado qualquer indivíduo pode fazer uma viagem a preço mínimo e existem diferentes preços, nos alojamentos e nas atrações.

Muitos países têm apostado no turismo como fonte financeira. No entanto, como se disse atrás, data a intensidade que se verifica, tem havido uma crescente preocupação no sentido de diminuir os impactos negativos do turismo de massa.

Em 1980 foi realizada a “Conferência de Manila” promovida pela OMT, com vista à elaboração de documentos oficiais, códigos, relatórios e condutas para regularizar a atividade turística. Foi criada a “Carta do Turismo” e o “Código do Turista” (1985); a “Declaração de Tamanrasset” (1989); a “Declaração de Haia sobre o Turismo” (1989); a “Declaração do Quebec sobre o Ecoturismo” (2002) entre outros (Brito, 2004:117).

Todas essas iniciativas fizeram surgir o chamado NET- Nova Forma de Turismo e também o Turismo Alternativo ou de qualidade. Existem grandes diferenças entre o turismo convencional e o turismo alternativo, porque enquanto no primeiro o crescimento é mais rápido, no segundo existe maior preocupação com os impactos e o crescimento é mais gradual. O NET procura proporcionar ao turista uma sensação de autenticidade, de contacto com o genuíno, do tradicional, do natural, da busca pelo algo que não é comum (exótico) e desconhecido.

De acordo com Brito (2004) “...as formas de turismo alternativo são associadas à noção de autenticidade, identificada com a identidade cultural e com a genuinidade dos comportamentos das comunidades de acolhimento. A autenticidade não é encontrada na totalidade, não passando, na maioria das situações, de uma representação do que se entende que o turista procura, sendo os ambientes recreativos de forma artificial e promovidos com o objetivo de serem admirados pelo turista”.

Para opor-se ao turismo de massas, foram surgindo outros tipos de turismo, tais como: turismo responsável “...surge na tomada de consciência de que o viajante é responsável pelo efeito do turismo sobre a população e o meio ambiente”; turismo sustentável “...é um turismo que tem plenamente em conta os seus impactos económicos, sociais e ambientais, no presente e no futuro”; turismo solidário “...inscreve-se numa perspetiva responsável, justa e sustentável. O turismo solidário agrupa todas formas de turismo alternativo que colocam no centro da viagem o Homem”; ecoturismo “...a principal motivação do turista é observar e

apreciar a natureza, bem como as culturas tradicionais que prevalecem nas zonas naturais”; turismo justo “...tem como base os princípios do comércio justo. Os seus objetivos são a maximização dos benefícios do turismo para os autores locais” e por último o turismo comunitário “...é proposto e gerado pela comunidade, na qual se integram de forma harmoniosa as diversas dinâmicas coletivas do local de acolhimento, ou seja, pode ser definido como “aquele onde as sociedades locais possuem controlo efetivo sobre seu desenvolvimento e gestão” (Neto, 2011:51)

Cada vez refere-se a vantagem da aplicação do turismo de base comunitária. De acordo com Bartholo, Sansola & Bursztyn (2009) o turismo de base comunitário não é muito conhecido, apesar de começar a ganhar adeptos. É um turismo em que os autores principais são a comunidade local, que assume o papel de criadora da oferta dos produtos e serviços turísticos.

Segundo Maldonado, o turismo tem o papel de promoção e do desenvolvimento comunitário “... de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos” (Godinho, 2012:16). Para o mesmo autor, o turismo comunitário assume-se como um incentivo e diálogo entre culturas, através do contacto e a interligação do turismo com o modo de vida e o património da comunidade.

Um bom exemplo de turismo de base comunitária verifica-se na região Alentejana, em que o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA) criou um projeto estruturante para o Alentejo e também para o País, com vista a potencializar diversos setores como: água, energia, turismo, cultura, gastronomia, saúde e bem-estar. A ideia principal é potencializar “...a ligação entre a natureza e serviços culturais que abrangem museus e conservação de monumentos históricos, atividades de animação sociocultural, assim como a promoção do património cultural edificado e imaterial devidamente articulado com os recursos e mais-valias do Litoral Alentejano articulado com a valorização e proteção ambiental da zona costeira e o aproveitamento agrícola, pecuária e florestal ou de recursos geológicos” (Godinho, 2012:15).

## **2.4. Desenvolvimento e desenvolvimento comunitário**

Esta perspetiva está associada a um outro conceito, o de desenvolvimento que tem sido associado, desde do séc. XVIII, com a ideia do progresso e da evolução das mentalidades. Foi durante o período da Revolução Industrial (séc. XVIII e XIX) em que houve mudanças relativamente aos padrões de comportamento da sociedade, tornando-se esta mais racional, o que veio a influenciar a vida económica, social e política, tanto a nível interno como internacional (Brito, 2004:27).

A Revolução Industrial trouxe alguns ideais associadas “ à lógica produtivista, de carater industrial, tendente à acumulação de capital, ao investimento, à inovação técnica e ao enriquecimento, à dinamização do consumo e à criação permanente de novas necessidades na população, o denominado consumismo” (Brito, 2004:28). Para alguns estudiosos, nesta época, o desenvolvimento simbolizava o bem-estar económico, o sucesso, o progresso científico, entre outros.

Desta forma, o desenvolvimento de base industrial resultou “ num princípio produtivista associado à inovação tecnológica, à absorção de matérias-primas em abundâncias e ao aproveitamento de numerosa mão-de-obra assalariada, pouco dispendiosa do ponto de vista salarial e pouco reivindicativa” (Brito, 2004:28). Ou seja, tudo isso resultou em problemas sociais, através da utilização de mão-de-obra infantil e feminina, em más condições de trabalho e baixo custo dos salários e também ao êxodo rural e ao crescimento das zonas urbanas industriais.

Segundo Amaro (2003:36) “...o conceito de desenvolvimento tem sido um dos mais importantes e polémicos nas Ciências Sociais”. Para este estudioso é um conceito “mobilizador de vontades de mudanças e de transformação das sociedades e dos indivíduos” que “tem servido também para avaliara e classificar o seu nível de progresso e bem-estar” (Neto, 2011:15). O mesmo autor refere que “o conceito de desenvolvimento está associado às ideias de progresso, felicidade e à de justiça. O processo de desenvolvimento implica necessariamente a realização da justiça na caminhada da humanidade, o que nem sempre tem acontecido nos países ditos desenvolvidos, antes pelo contrário: os processos de desenvolvimento até agora adotados implicaram mesmo uma crescente injustiça estrutural, corporizada nos fenómenos de exclusão social.” (Godinho, 2012:14).

Com o passar dos anos, o conceito de desenvolvimento baseado no crescimento económico e no etnocentrismo não foi bem-sucedido, devido a alguns problemas sociais que foram surgindo. De acordo com Murteira (1993) “ o termo desenvolvimento é muito mais que o crescimento económico, mas menos que um projeto global de transformação social” (Godinho, 2012:13).

Para Ferrinho o desenvolvimento deve “ respeitar a eficácia económica, a eficiência e equidade social, a solidariedade, a qualidade patrimonial e ambiental, a responsabilidade cívica e a participação democrática” (Godinho, 2011:14). O desenvolvimento acima de tudo, tem como pressuposto a melhoria da qualidade de vida das populações, de forma equilibrada, saudável, que consiga perdurar no tempo para as comunidades vindouras.

O termo desenvolvimento, que se reflete atualmente, encontra-se no Relatório Brundtland “ O desenvolvimento que satisfaz as necessidades presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (Godinho. 2011:8). Os novos conceitos de desenvolvimento foram surgindo na década de 70 devido à crise económica, social, ambiental e política. Segundo Amaro (2004) os novos conceitos de desenvolvimento originaram três termos “Fileira Ambiental”, “Fileira das pessoas e das comunidades” e “Fileira dos Direitos Humanos e da dignidade humana”. A Fileira Ambiental está associada ao desenvolvimento, relativamente, as preocupações ambientais, e daí surgem termos como o “Ecodesenvolvimento”, “Desenvolvimento Responsável” “Desenvolvimento Alternativo” e “Desenvolvimento Sustentável”. A Fileiras das pessoas e das comunidades coloca as pessoas e as comunidades como autores principais, ou seja, o desenvolvimento é encarado como o processo de melhoria das condições de vida, através da satisfação das necessidades básicas. Surgem conceitos como “Desenvolvimento Comunitário”, “Village Concept”, “Denvolvimento Endógeno”, “Desenvolvimento Territorial” e “Desenvolvimento Local”. Por ultimo a Fileira dos Direitos Humanos e da dignidade humana, refere-se ao desenvolvimento pelos Direitos Humanos, isto é, “o processo de aumento das escolhas das pessoas, que lhes permitam levar uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento, ter acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno enquanto os preservam para as gerações futuras. Aparecem aqui conceitos como “Desenvolvimento Humano” e “Desenvolvimento Social” (Marques. 2009:19).

O estudo desta dissertação irá focar-se no “Desenvolvimento Comunitário”, com implicações no que se entende por comunidade. De acordo com Ornelas, uma comunidade é “aquela que utiliza, desenvolve e obtém recursos, incluindo a maximização do desenvolvimento dos seus recursos humanos e será esta a comunidade que consegue atingir mastery sobre o seu próprio destino” (Godinho, 2009:16), ou seja, é um conjunto de indivíduos que estão localizados num determinado espaço (com afinidades ou grau de proximidade) que se juntam em prol de uma determinada causa, para a melhoria das condições de vida, isto é, existe uma causa que os faz unirem-se. Conforme Marshal Gordon (1994) existe um conjunto de noções ligadas ao conceito de comunidade, que são as seguintes: “...alto grau de intimidade pessoal; relações sociais afetivamente alicerçadas; compromisso moral; coesão social e continuidade no tempo” (Godinho, 2009:17). Por isso, a ONU definiu o desenvolvimento comunitário como “uma técnica pela qual os habitantes de um país ou região unem os seus esforços aos dos poderes públicos com o fim de melhorarem a situação económica, social e cultural das suas coletividades, de associarem essas coletividades à vida da nação e de lhes permitir que contribuam sem reserva para os progressos do País (Silva, 1964: 498)” (Neto, 2011:21).

No entanto, esta definição da ONU não é muito bem aceite, pois é muito difícil haver uma união voluntária da comunidade para o seu bem-estar, ou seja, para Silva (1964) “o desenvolvimento comunitário é uma técnica que pode ser aplicada em diferentes situações, não se restringindo apenas aos casos de regiões atrasadas, embora se lhes sejam feitas maiores referências. A técnica do desenvolvimento comunitário é entendida como uma síntese de conhecimento pertinente a várias disciplinas (Economia, Psicologia, Sociologia, Antropologia cultural) aplicadas de forma convergente ao progresso humano para suscitá-lo, orientá-lo e controlá-lo” (Neto, 2011:21).

Para haver um desenvolvimento comunitário há que haver participação de todos, de forma saudável, entreadjudada, de forma a alcançar uma melhoria que vai ao encontro dos seus interesses. Neste sentido, o uso dos recursos endógeos é importante, o objetivo é a própria população conseguir se sustentar autonomamente, sem depender de ajudas financeiras, apesar de essa ajuda poder ser uma alavanca para a resolução dos problemas existentes no local.

Na década de 80, surgiram novas abordagens referentes ao desenvolvimento comunitário, através dos conceitos territoriais, supranacional, transnacional e infranacional. Assim, o desenvolvimento “deriva das necessidades sentidas pela população; a população faz parte do seu próprio desenvolvimento é uma obra sua e, por isso, deve ser feita com a sua adesão, seu esforço e os seus recursos locais; proporciona uma colaboração eficaz entre as populações e os serviços; fomenta a cooperação e entreatajuda e procura uma resposta global para os diferentes aspetos da promoção humana” (Neto, 2011:21).

Em 1954, as Nações Unidas definiram o desenvolvimento comunitário como sendo um “...conjunto de processos pelos quais os habitantes de um país unem os seus esforços aos dos poderes públicos com o fim de melhorarem a situação económica, social e cultural das coletividades, associar estas coletividades à vida da nação e permiti-lhes contribuir sem reservas para o progresso do país” (Gómez, Freitas, Callejas, 2007:103).

Todo esse processo requer dois elementos importantes, a comunidade, ou seja, como já foi referido nas linhas anteriores, juntando o esforço coletivo a fim de melhorar as suas condições de vida, e são necessários serviços técnicos, de forma a facilitar as iniciativas.

Em 1956 foi apresentado o documento The Community Development Guidelines of the International Cooperation Administration (Shields 1967) que define o conceito norteamericano do desenvolvimento comunitário “...como um processo social e um método de aumentar a produção e melhorar a qualidade de vida” (Gómez, Freitas, Callejas, 2007:105).

Nas zonas rurais da Itália meridional, tem-se desenvolvido um programa de desenvolvimento comunitário (teve início na década de 50) orientado para o setor rural. Na América Latina, tem estado a desenvolver-se projetos, mais concretamente em Porto Rico, com assistência financeira e técnica dos Estados Unidos (Gómez, Freitas, Callejas, 2007:106).

Outro caso é o Programa de Desenvolvimento Agrário (PDA), na zona de Boane, localizada no sul da província de Maputo, Moçambique, cujo objetivo é o de averiguar estratégias para a promoção do desenvolvimento económico e social comunitário.

Contudo, desde 1997 que a China se tornou num dos principais parceiros de São Tomé e Príncipe. O excerto do jornal “Repórter STP” dá conta da investida fortíssima, que engloba, nos últimos tempos, a recuperação de algumas sanzalas “várias infraestruturas erguidas com fundos de Taiwan, a cidade de São Tomé, viu nascer o edifício da Procuradoria-Geral da República, a Biblioteca Nacional, o Estádio 12 de Julho foi remodelado, o Ministério das

Obras Públicas e Infraestruturas passou a ter um novo edifício. Nos últimos tempos, os fundos de Taiwan estão a dar dignidade aos habitantes de algumas roças. As sanzalas estão a ser reabilitadas, com projetos de saneamento. Perde-se a conta às ações da cooperação Taiwanesa em São Tomé e Príncipe. A alimentação das forças de defesa e segurança é assegurada, em grande parte, com o bolo financeiro taiwanês, através do OGE.

Algumas ações tiveram impacto tão positivo na vida das populações que se tornaram inesquecíveis. O caso da luta contra o paludismo, é um exemplo. O país que até 2004 registava mais de 70 mil casos de paludismo por ano, com grande número de mortes, sobretudo crianças menores de 5 anos, numa população que não ultrapassava 140 mil habitantes, conhece atualmente um alívio total. A doença é residual, graças ao empenho técnico e financeiro de Taiwan, que desde a primeira hora, em 2004, assumiu o combate contra o paludismo como uma causa de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. Ainda na saúde, equipas médicas de Taiwan contribuem para a melhoria dos cuidados de saúde, sem falar da constante oferta de equipamentos médicos.

Outro projeto de grande vulto a nível da saúde tem a ver com a construção do novo banco de urgências do hospital Ayres de Menezes, de 5 milhões de dólares, aplicados na reabilitação e ampliação do edifício e no apetrechamento com equipamentos de ponta. A construção de um hospital de referência é outro projeto que está prestes a ser implementado, devidamente equipado, de carácter privado, para atender o público são-tomense e o mercado da sub-região da África Central. Na agricultura e pecuária, destaca-se a produção de goiabas com valor comercial, apoio às cooperativas de horticultores para garantir a segurança alimentar.

O projeto de suinicultura está em marcha e vai aumentar substancialmente a produção de carne no país. Dezenas de estudantes são-tomenses formaram-se em Taiwan, e outros prosseguem os estudos. A cooperação bilateral não se esqueceu da cultura. O intercâmbio cultural ganhou expressão de várias formas. Grupos taiwaneses se exibiram em São Tomé, e algumas manifestações culturais são-tomenses descobriram a ilha asiática. Para além da importante ajuda pública ao desenvolvimento, com donativos financeiros na ordem de 15 milhões de dólares por ano, São Tomé e Príncipe quer evoluir para a promoção do

investimento privado taiwanês no arquipélago. A produção de energias renováveis é uma das prioridades”<sup>32</sup>.

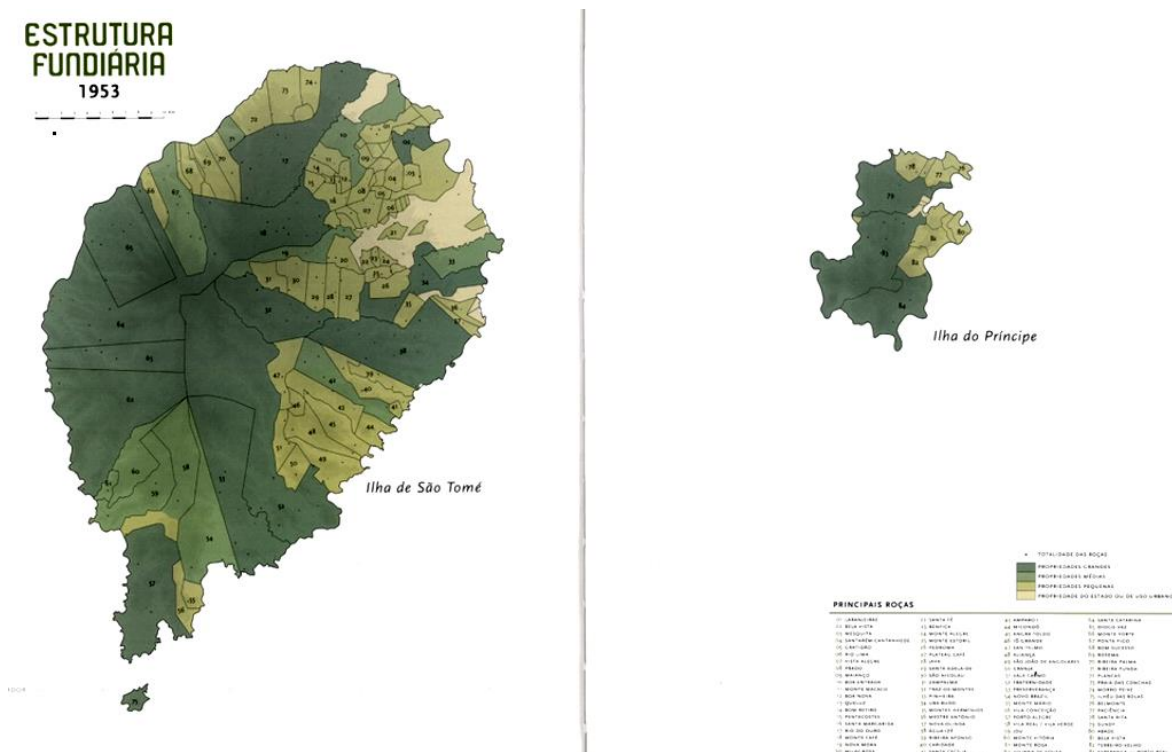
---

<sup>32</sup> Ma Ying –Jeou, visita a São Tomé e Príncipe a convite do seu homólogo Pinto da Costa. <http://www.reporterstp.info/politica/1630/>, consultado a 13 de setembro de 2017.



## Capítulo III – As roças de S. Tomé e Príncipe: uma herança

Neste capítulo iremos fazer uma abordagem, ainda que breve, acerca da história do surgimento das roças e a sua evolução até a atualidade, assim como a forma como as roças se organizavam em termos estruturais e sociais.



**Figura 4.** Mapa de São Tomé e Príncipe com a localização das 84 Roças.  
**Fonte:** Pape e Andrade, 2013: 28 e 29

### 3.1. Contextualização histórica das roças em São Tomé e Príncipe

As roças foram um fenómeno de ocupação territorial de São Tomé e Príncipe, ou seja, foi através da produção do café e do cacau, por volta dos finais do século XIX e início do século XX, que se assistiu ao desenvolvimento económico da ilha e à criação dessas fazendas coloniais (Pape, Andrade, 2013:6).

A cultura do café e do cacau foram introduzidas nas roças em São Tomé e Príncipe, cujas sementes do café terão vindo do Brasil, em 1800, e depois, em 1855, a cultura do cacau, também do Brasil para a ilha do Príncipe. As roças são, portanto, estruturas agrárias onde se

fazia a produção do café e do cacau. A palavra roça significa “ «*desbravar mato*», «*abrir clareiras*» ou terreno onde se roçou o mato » ”. A criação destas estruturas tem algumas semelhanças com os engenhos de açúcar e as fazendas no Brasil, por irem alargando a área de cultivo necessária ao mercado consumidor (Pape, Andrade, 2013:22).

Ao longo da sua evolução, estes espaços agrícolas foram sofrendo várias transformações, relativamente ao seu regime e a sua administração. Com o intuito de ocupar o território e de aumentar a exploração da terra, foi criado um sistema de administração que decorreu entre 1485 e 1522, designado por sesmaria, modelo originário do Portugal continental (“...permitia salvaguardar o direito de posse da Coroa portuguesa sobre a terra...com sucessivas doações reais de terras e com a introdução dos primeiros colonos” (Pape, Andrade, 2013:18). De forma a colocar em prática este sistema administrativo, as roças foram povoadas, inicialmente pelos madeirenses, judeus, ciganos, franceses, genoveses, condenados e marginalizados (Pape, Andrade, 2013:18).

Por volta do século XVII, a Câmara, Igreja e algumas famílias da nobreza começam a obter mais poderes quanto à distribuição das terras. Estas passaram a ser repartidas pelos “... (morgadios, propriedades indivisas e sob duas grandes linhagens (Família d’Alva e Família Ana Chaves) ou por glebas” (Pape, Andrade, 2013:18).

O processo de abolição da escravatura, nas colónias inglesas, veio fomentar a produção de novas plantações como a cultura do café e do cacau noutros lugares que não a produção no continente americano, sendo que a produção do cacau foi introduzida como uma flor decorativa, para rapidamente revolucionar o mercado mundial. Neste período, o cacau era transportado de São Tomé para Lisboa e depois para Bourneville, Londres, Liverpool ou Hamburgo (Pape, Andrade, 2013:19).

A riqueza gerada pela produção do café e do cacau fez com que os seus proprietários criassem grandes impérios, tanto no arquipélago de STP como também em Lisboa. Bons exemplos são a Quinta do Lilazes, da família Mantelo; a Quinta das Pedreira; a Casa do Lavra e o Palácio Valle Flôr.

As primeiras roças começaram a surgir em "...1858, o Manuel José Costa Pedreira lança os fundamentos da roça Monte Café; em 1863, o José Maria de Freitas lança os fundamentos da roça Bela Vista e, posteriormente, Santarém e Ilhéu das Rolas; em 1865, Gabriel de Bustamante lança os fundamentos da roça Rio do Ouro ou Agostinho Neto; o

Francisco de Assis Belard com Manuel Joaquim Teixeira, lançaram os fundamentos das roças Sta Margarida, Monte Macaco e Maianço, etc. (Seibert, 2002, 2ªed, p.49) ” (Sousa, 2009:34).

À medida que a produção aumentava e se concentrava nalguns proprietários, os nativos perdiam as suas terras, assim como se começou a recrutar mão-de-obra vinda de Angola, Gabão, Costa do Ouro, Libéria, Cabo Verde e Moçambique<sup>33</sup>.

Em 1858, o trabalhador era intitulado «*escravo liberto*», com o direito a contrato, renovável de três em três anos (Sousa, 2009:34) e um salário, o que originava um aumento de custos para os proprietários. As roças passaram a dispor de um conjunto de infraestruturas e condições adequadas que possibilitaram ao aumento da produção de cacau, café e outras culturas, fazendo com que as roças passassem a ser a principal fonte de riquezas das ilhas.

Estas propriedades agrícolas eram de grande escala, com cerca de 50 a 100 ou mais trabalhadores. Neste sistema, o proprietário ditava as ordens e também exercia o poder jurídico relativamente a crimes e disputas. Os produtos eram exportados para o mercado europeu e depois eram trazidos, em troca, outras mercadorias, alimentos e géneros (Sousa, 2009:35).

Após a independência das ilhas, em 1979, as roças converteram-se em empresas estatais agropecuárias, devido ao facto de terem sido nacionalizadas e passaram a estar sob tutela do Ministério de Agricultura. A nacionalização das roças fez com que sofressem algumas alterações na estrutura física, social e económica. Em termos sociais, os trabalhadores passaram a ter o estatuto de cidadãos nacionais livres, as roças foram divididas pelos novos cidadãos, criando, assim, comunidades locais. A sociedade passou a ser composta por várias etnias (cabo-verdianos, moçambicanos, angolanos, forros e europeus), dada a sua origem, e com diferentes idiomas (Sousa, 2009:35).

No entanto, a maioria dos indivíduos que lá trabalhava não possuía experiência e não tinha formação em termos de logística e gestão, as roças não tinham autonomia financeira nem administrativa<sup>34</sup> e não possuíam meios físicos para contornar a seca, a corrupção e a crise do mercado internacional. Tudo isso levou a um declínio das empresas, provocando

---

<sup>33</sup> «Assim, entre 1876 e 1879, foi recrutado um total de 10341 trabalhadores contratados, dos quais cerca de metade veio de Angola e outros de Gabão, Costa do Ouro e Libéria. Entre 1881 e 1908 foram recrutados mais de 42825 trabalhadores provenientes exclusivamente de Angola, Cabo Verde e Moçambique» (Seibert, 2002, 2ªed, p.52,53). (Sousa, 2009:36)

<sup>34</sup> As empresas eram dependentes do Ministério de Agricultura e do Ministério de Economia e estas apenas competiam a supervisão administrativa e técnica das roças.

uma diminuição da produção, queda na exportação e as infraestruturas começaram a danificar-se.

De forma a superar a crise nas roças, o governo resolveu “...recorrer ao programa de reabilitação das plantações de cacau e ao processo de privatização e distribuição das terras, privilegiando a criação de sociedade constituídas por nacionais e estrangeiros que durante alguns anos tiveram responsabilidade na gestão e organização das roças<sup>35</sup>” (Sousa, 2009:38). Entre 1985 e 1988 o governo distribuiu cerca de 10000 hectares de terras aos pequenos agricultores. No entanto, este método da distribuição de terras não obteve muito sucesso, devido ao facto dos novos proprietários, de forma a superarem a crise, começarem a abater as árvores e a vandalizar as edificações, levando a um cenário triste e degradado das roças. Atualmente existem 122 roças, algumas delas estão a ser reabilitados em prol do turismo rural, comunitário e ecoturismo. Mas muitas das roças estão, a cada dia que passa, a decair levando-as à ruína e ao seu desaparecimento.

O turismo nas roças tem estado a desenvolver-se, maioritariamente, através de investimentos de empresas estrangeiras. Um bom exemplo de ecoturismo de base comunitária é o projeto Jalé Eccolodge, localizado no Distrito de Caué, na parte sul da ilha de São Tome, na roça de Porto Alegre. Este projeto “...consiste num acampamento rústico de três bungalows construídos e coqueiros e madeiras, uma sala de jantar, uma cozinha e armazém, uma sala de banho coletiva e uma guarita” (Loloum, 2009:326). O estabelecimento oferece serviços de alojamento e restauração aos turistas e várias atividades de entretenimento, como passeios pela região, excursões de canoa no rio Malanza e a visita ao Parque Natural Obô. A comunidade local tem um papel importante na participação ativa na criação e na envolvimento das atividades turísticas e económicas. Este projeto tem como parcerias a Direção Geral do Ambiente, a Organização Não Governamental MARAPA (Mar, Ambiente e Pesca Artesanal) e a RAPAC, das comunidades de Porto Alegre e de Malanza.

Um outro exemplo de turismo ecológico encontra-se na Roça S. João dos Angolares, localizada também no Distrito de Caué, tendo como fundador João Carlos Silva. Um dos projetos desta roça consistiu na reabilitação da chamada Casa Grande para um alojamento turístico e também um restaurante, em que todos os produtos confeccionados são do próprio

---

<sup>35</sup> Em 1984 o Estado Santomense assinou um acordo com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial com o objetivo de reabilitar as plantações nas roças (Sousa, 2009:38).

local, onde as artes, como o artesanato a dança e toda a animação turística tem participação da comunidade, tornando-se um projeto inovador e criativo (Brito, 2004:272).

### **3.2. Caraterização das roças e do espaço envolvente**

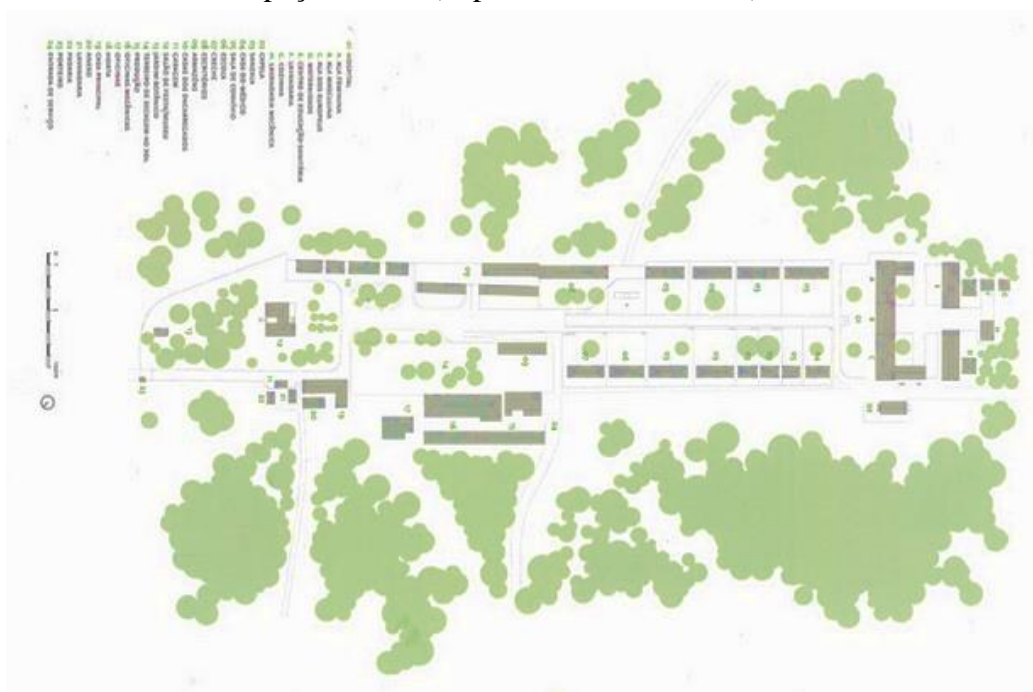
Uma natureza abundante em água, clima tropical e húmido proporcionaram o desenvolvimento da agricultura, da produção do café, da cana do açúcar e do cacau. Estas produções permitiram a criação destes espaços roceiros. Na primeira fase, os espaços eram compostos “por elementos habitacionais (casas dos administradores, trabalhadores europeus e sanzalas), agroindústrias (secadores, armazéns e edifícios de suporte à atividade produtiva) e assistência (áreas de saúde, educação e apoio social). Depois o programa evoluiu, devido a três fatores importantes: «a crescente procura de estratégias para o aumento da produtividade agrícola, a necessidade de autossustentabilidade e a alteração das condições de trabalho, de escrava à serviçal contratada» (Pepe, Andrade, 2013:37).

As roças passaram para um nível mais alargado, diversificado e complexo, com a inclusão de mecanismos de transformação associados à vida nas roças. Estas pequenas empresas passaram a ganhar uma maior autonomia, pois estavam compostas por um grupo da comunidade (cerca de milhares de habitantes), o que permitiu que fossem criados diversos equipamentos como serralharia, carpintaria, fabricas, padarias, pocilgas, galinheiro, currais, entre outros. O objetivo era o de proporcionar aos trabalhadores apoios ao nível de saúde, educação, alimentação e vestuário.

Após a abolição da escravatura, em 1875, surgiram outras preocupações em termos de higiene e saneamento básico, causadas pela elevada taxa de mortalidade e o clima equatorial. Então foram construídas novas sanzalas de acordo com princípios de construção sustentável, integrando cozinhas, lavandarias comunitárias, matérias, enfermaria, maternidade, postos de saúde, farmácia, creche e infantários.

Para além do trabalho agrícola que se praticava nas roças, também havia atividades lúdicas para a aculturação dos trabalhadores. Por isso, foram desenvolvidas, em algumas partes da ilha, pombais, praças de touros, coretos de música, museus, entre outros. Tudo isso fez com que as roças se tornassem um espaço de produção altamente eficiente.

As roças funcionavam de acordo com uma ordem e princípios de hierarquia social, cada espaço tinha o seu serviço e a quem se destinava. O núcleo central onde se fazia a divisão dos espaços e a sua hierarquização era denominado por terreiro. O núcleo tem o formato retangular, baseado na cultura mediterrânea, mais precisamente nos formatos dos pátios das *villas* romanas, local onde se misturavam os serviços, os patrões e mercadorias, uma espécie de «pulmão» de todo o espaço roceiro (Pape, Andrade, 2013:39).

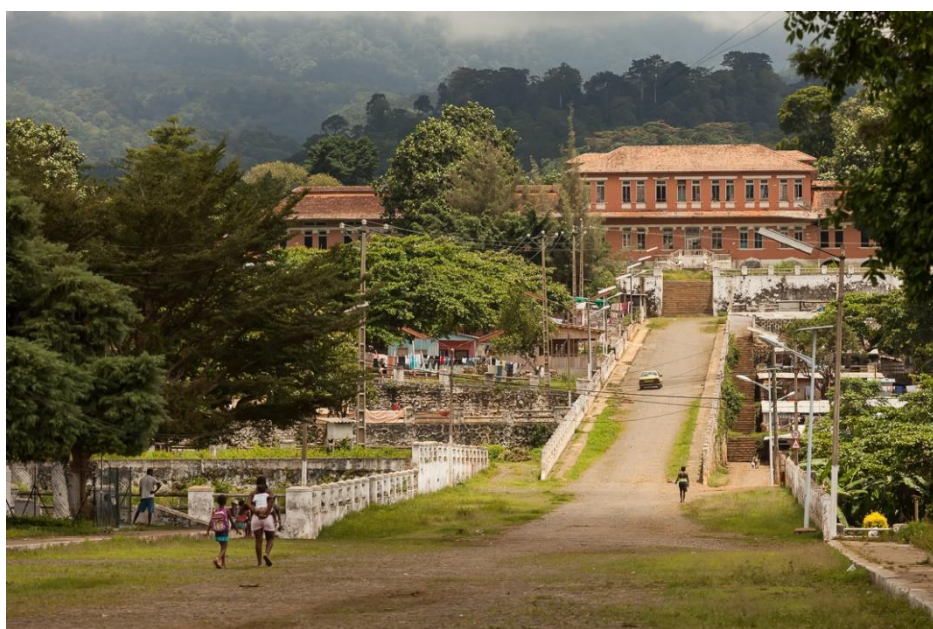


**Figura 5.** Planta da Roça Agostinho Neto  
**Fonte:** Pape, Andrade, 2013:127

As constates modificações, com o objetivo de aperfeiçoar o funcionamento do espaço, resultaram em diferentes modelos ou tipologias de roças, tais como: roça-terreiro, roça-avenida (fig. 5), roça-cidade e roça (s) atípica (s). A roça-terreiro foi o primeiro modelo a surgir devida à facilidade de adaptação ao terreno, ou seja é um modelo mais simplificado. A roça encontra-se à volta de um único centro “...apresentando uma configuração interna fechada, mais propícia a esse tipo de controlo. Temos como exemplo as roças Ferreiro Governo e Valle Flôr, em São Tomé e as roças Paciência e Belmonte na ilha do Príncipe. Eram da mesma tipologia, mas “por vezes, os terrenos de maiores dimensões atingiam uma área aproximada de meio hectare, com uma configuração mais aberta e extensa. Temos como exemplos as roças Boa Entrada, Praia das Conchas ou Canavial em São Tomé e a roça Sundry na ilha do Príncipe (Ver anexo 4).

A Roça-Avenida surge numa fase mais evoluída do projeto roceiro, por isso é mais complexa e de maior dimensão. A sua tipologia é desenhada através de uma “extensa e simétrica “espinha dorsal” que percorre todo o complexo... é evidente uma disposição longitudinal dos edifícios em relação ao seu eixo orientador” (Pepe, Andrade, 2013:44).

A roça Agostinho Neto é um dos seus maiores exemplos (fig.6), a mesma estrutura se encontra na roça Diogo Vaz, Pinheira ou Queluz. Essa tipologia foi adaptada em toda a ilha, tanto no norte como no sul, e, basicamente, resumia-se a uma casa principal que se situava no centro e no topo da senzala à qual se acedia por uma avenida que a dividia simetricamente.



**Figura 6.** Roça Agostinho Neto

**Fonte:** Disponível em <http://www.asrocasdesaotome.com/o-livro/>. Consultado a 12-9-2017

A roça-cidade resulta de uma ampliação dos espaços e dos equipamentos. À medida que as roças foram evoluindo, também houve necessidade de criar espaços de lazer e de bem-estar para os trabalhadores, por isso, foi criada “uma malha de ruas, jardins e praças, cada qual com sua função e importância, em tudo semelhante ao processo de crescimento da urbe” (Pepe, Andrade, 2013:50). As roças eram vistas como um aglomerado urbano e com elevada densidade populacional, não estabelecendo nenhum tipo de hierarquia, que funcionava apenas de acordo com uma cidade, em que havia diferentes equipamentos com vista a melhorar as necessidades de quem lá vivia. Um bom exemplo é a roça Água-Izé e no interior do país a roça Monte Café.

As Roças (s) Atípicas (s) eram completamente diferente das restantes tipologias, não tinham regras estabelecidas, os elementos encontravam-se dispersos, não havia aquela organização dos espaços e das infraestruturas, como nas restantes roças. Podemos ver como exemplo a roça Ribeira Palma-Praia, Uba-Budo, Porto Alegre entre outras.

Uma descrição dos principais espaços que caracterizam o programa das roças pode iniciar-se pelos terreiros, um espaço aberto, normalmente retangular, uma espécie de praça onde se realizam os diversos acontecimentos, inclusive a “...cerimónia e formatura dos trabalhadores” (Sousa, 2009: 45).

Todas as roças em STP tinham a “Casa Grande” ou casa do patrão/administrador. Normalmente encontrava-se situada no centro ou no topo da roça, de forma a evidenciar a sua importância relativamente às restantes construções, ou seja, é a casa do dono da roça. Em termos arquitetónicos, eram edifícios de dois pisos, cobertos com “...telha-marselha ou em chapa industrial, tipo «lusalite», rematada com ornamentos de madeira na sacada” (Pape, Andrade, 2013:56). Essas casas eram revestidas, no seu interior, em madeira com amplas varandas, umas com guardas em madeira e outras encerradas. Essas casas possuíam jardins privados, com canteiros e árvores exóticas e outras vindas da Europa, em que o jardim seria de uma grande imponência em termos paisagísticos.

Para além da casa dos patrões também existiam nas roças as chamadas sanzalas, residência dos trabalhadores/escravos, para indivíduos solteiros e para famílias. Começaram por ser apenas pequenas casas em madeira, tipo cabanas, e mais tarde evoluíram e passaram a ser conjuntos de habitações, constituídas por quatro, oito ou dez unidades agrupadas. Essas casas eram parecidas com os bairros operários portugueses, funcionavam em filas paralelas e longitudinais ou à volta de um terreiro com um só piso. Cobertas por telas de duas águas ou cerâmica, as casas, normalmente tinham uma janela e uma porta, canteiros, mas não possuíam instalações sanitárias, nem água canalizada e também não tinham cozinha<sup>36</sup>.

Quanto ao bem-estar e à saúde, esta era uma das preocupações que os roceiros tinham, devido aos vários tipos de doenças endémicas. A manutenção de uma mão-de-obra saudável exigia que em todas as roças houvesse hospitais ou um posto de saúde. Os hospitais situavam-se dentro do espaço roceiro, mas afastados das sanzalas, de forma a separar os indivíduos

---

<sup>36</sup> Os trabalhadores cozinhavam em cozinhas improvisadas ou ao céu aberto. “Desta forma o espaço que separava os dois edifícios é utilizado como quintal e para erguer pequenas barracas de madeira e coberta com chapas de zinco que funcionam como cozinha ou arrumos” (Sousa, 2011:46).



doentes dos saudáveis. Eram construídos nos locais mais elevados, arejados, e apoiados em arcos de alvenaria de pedra, por causa das condições de higiene e humidade que a madeira não permitia. Os hospitais, normalmente, eram compostos por um corpo central e três alas, uma feminina, uma masculina e, na ala superior, para os trabalhadores europeus. Os hospitais de maiores dimensões eram compostos por “...maternidades, laboratórios, farmácias, bloco operatório, cantinas, consultório e casa do médico” (Pape, Andrade, 2013:76).

Os secadores e os armazéns ocupavam uma grande parte no interior das roças, edificações de grandes dimensões, consoante o sucesso da produção. Esses edifícios serviam para a secagem e produção das culturas, café e cacau. Existem duas técnicas para a secagem desses produtos. A primeira técnica era feita, diretamente, ao sol, através do calor e a outra era artificial, através do calor produzido nos secadores.



**Figura 7.** Local onde se faz a secagem do cacau, Roça Diogo Vaz

**Fonte:** Disponível em <http://viagemstp.blogspot.pt/p/ate-ao-tunel.html> consultado a 12-9-2017

A técnica da secagem ao sol começou a trazer problemas devido às condições climáticas (chuvas) e, por isso, foram criados uns tabuleiros de grande dimensão que funcionavam através de um mecanismo de resguardo, ou seja, eram tabuleiros retrácteis que depois eram recolhidos.



**Figura 8.** Armazém onde se guarda tonelada de cacau e café Roça Diogo Vaz

**Fonte:** Disponível em <http://viagemstp.blogspot.pt/p/ate-ao-tunel.html>, consultado a 12-9- 2017.

No início, os patrões não viam na educação e na formação dos seus trabalhadores uma prioridade, devido ao défice de mão-de-obra existente e também porque os mais novos eram aproveitados como serviçais. De alguma forma, esta característica era fruto de uma autoridade do roceiro, patrão e senhor, à margem da autoridade do Estado: as roças eram, por isso, unidades produtivas “dotadas de um sistema fechado regendo-se por leis próprias, dispondo de autonomia produtiva, de alojamentos, da senzala, da igreja, do hospital e da escola” (Alarção, Brito, Marques, 2009:79).

## **Capítulo IV – A Roça Agostinho Neto (antiga Roça Rio do Ouro): entre a herança e a identidade**

O objetivo deste capítulo é chamar a atenção para a importância desta Roça e das suas potencialidades, não obstante a falência de muitos projetos de recuperação. Por isso, como se escreveu na introdução, esta Roça identifica-se com S. Tomé e Príncipe, “viaja” através das notas (ver anexo 4) que circulam e lembram uma herança que, em certa medida, pretende assinalar uma identidade, sobretudo para os que identificam o país com uma paisagem em transformação.



**Figura 9.** Roça Agostinho Neto

**Fonte:** Disponível em <http://www.asrocasdesaotome.com/rocas/rio-do-ouro/>, consultado a 12-9-2017.

### **4.1. Da criação ao abandono da Roça Agostinho Neto**

A Roça Agostinho Neto, antiga Roça Rio do Ouro, foi fundada em 1865 por Gabriel de Bustamante e mais tarde passou a ser dirigida por José Luís Constantino Dias, Marquês de Valle Flôr (Pepe, Andrade 2013:126). A roça está localizada na parte norte da ilha de São



Tomé, no distrito de Lobata, na zona norte do arquipélago, constituída por uma área de cinco hectares<sup>37</sup>.

No início da sua criação, a roça era denominada pelo rio que a atravessava, «Rio do Ouro», somente em 1980 passou a ser chamada de Empresa Estatal Agropecuária Dr. António Agostinho Neto, em homenagem ao primeiro presidente de Angola (Pepe, Andrade 2013:126).

A roça é considerada uma das maiores, emblemáticas e imponente. Foi exemplo para as restantes roças devido à sua grandeza, como também à sua avançada tecnologia. Ali está localizado o mais desenvolvido sistema ferroviário de toda a ilha “...a partir do qual se estabelece a ligação e o abastecimento entre as suas dependências e o porto, localizado na roça Fernão Dias” (Pepe, Andrade 2013:126).



**Figura 10.** Hospital Agostinho Neto

**Fonte:** Disponível em <http://viagens-por-outras-terras.blogspot.pt/2010/07/sao-tome-e-principe-5-dia.html>, consultado a 11-9-2017.

O símbolo que representa a roça é o grandioso hospital localizado no topo da artéria principal. O hospital foi edificado nos anos 20, de estilo *déco*, com “duas alas, masculina e feminina, separadas pelo corpo central, onde se localizam as enfermarias para empregados e capatazes europeus, no piso superior, é a farmácia e o consultório médico junto à entrada principal” (Pepe, Andrade 2013:126).

---

<sup>37</sup> Informação disponível em <http://www.redeangola.info/a-roca-agostinho-neto-em-sao-tome-em-abandono/>. Consultado a 29-11-2015.

De acordo com a tipologia, a Roça Agostinho Neto é classificada como roça-avenida, ou seja, encontra-se dividida por uma longa avenida no centro, separada por duas alas laterais por conjunto das sanzalas, armazéns e habitações dos feitores, dos trabalhadores e dos encarregados. No lado oposto, está localizado o pavilhão de festas<sup>38</sup> ou museu.

A casa principal encontra-se logo do lado direito, na entrada da roça, em formato de «L». Era uma casa grande, com dois pisos. No primeiro piso estavam situados os escritórios, o refeitório para os empregados europeus, no piso seguinte encontravam-se os quartos, os salões e a casa de banho. A casa foi demolida anos 60 e é atualmente o museu da roça e o espaço onde se recebem convidados importantes. No mesmo local existe um jardim zoológico e um pavilhão de chá (Pepe, Andrade 2013:126).

A roça Agostinho Neto foi uma das maiores e mais importantes produtoras de cacau do arquipélago, chegando a atingir cerca de 12 mil toneladas por ano. Após a independência das ilhas, o partido único socialista MLSTP, comandado pelo presidente Pinto da Costa, adotou medidas para a nacionalização das roças, em 30 de setembro de 1975<sup>39</sup>. Os antigos proprietários das roças abandonaram as plantações, as terras foram distribuídas pelos trabalhadores das roças, em 1990, sob ordens do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial<sup>40</sup>. No entanto, os trabalhadores não conseguiram gerir as propriedades levando ao seu abandono, tal como aconteceu a muitas outras, como foi dito atrás.

Com o passar do tempo, os edifícios começaram a envelhecer, os armazéns deixaram de ser usados e a grande arquitetura da roça, o Hospital Agostinho Neto, começou a desabar. O hospital foi o mais utilizado centro de maternidade, isto é, milhares de santomenses, durante a década de 80, nasceram ali. Na década de 90, o hospital foi um grande centro de referência num projeto financiado por Portugal, projeto este que terminou nos finais da década de 90<sup>41</sup>. Durante um período de tempo o hospital sofreu vandalismos, a população

---

<sup>38</sup> «...Com respetivos edifícios de apoio como a nova casa do proprietário, a cozinha a lavandaria e a casa do guarda» (Pepe, Andrade 2013:126).

<sup>39</sup> «... deu início à reforma agrária, no quadro da política que foi determinada pelo Bloco de Varsóvia, onde o Estado controlava a produção e depois a dividia entre os santomenses» disponível em <http://www.jornal.st/noticias.php?noticia=8491> consultado a 26-9-2015.

<sup>40</sup> Informação disponível em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/o-cacau-ainda-mexe-em-sao-tome-1701729> consultado a 12-11-2015.

<sup>41</sup> Informação disponível em <http://www.telanon.info/sociedade/2014/02/10/15624/mais-um-edificio-de-grande-valor-historico-e-arquitetonico-desmoronou/>. Consultado a 24-1-2016.

tirava as suas estruturas para fazer casas, o que levou a então câmara municipal de Lobata a disponibilizar um guarda para proteger o edifício.

Atualmente, uma parte da população encontra-se a viver no interior do hospital com poucas condições. Segundo o Sr. Bento (responsável pelo Museu da Roça Agostinho Neto) “...quanto ao abandono do hospital, a culpa também é um pouco da população que arrebutaram tudo e invadiram os seus espaços. A polícia vem, mas depois fogem” (ver anexo 2)

Devido ao facto de residirem na roça descendentes de escravos vindos, principalmente, de Angola e de Cabo-Verde, o distrito recebe visitantes ilustres, como Fernando da Piedade Dias dos Santos, Presidente da Assembleia Nacional de Angola de 2008 a 2010<sup>42</sup>. De alguma forma, a Roça Agostinho Neto tornou-se um espaço de construção de uma identidade da diáspora, ou seja, daqueles que, de outros países, também ali viveram e evocam memórias.

#### **4.2. O quadro social: população, educação, emprego, saúde, habitação e infraestruturas**

A Roça Agostinho Neto foi, em tempos, uma das maiores e a mais lucrativa roça do país, mas, com o passar do tempo e com as dificuldades, o seu interior foi decaindo, acabando por se tornar uma roça semiabandonada.

O estudo que se segue fará uma caracterização da roça em questão, dando destaque às características sociais, como a população, educação, emprego, saúde, habitação e as infraestruturas. Tudo isso servirá para perceber em que estado a roça Agostinho Neto se encontra e o que terá que ser feito para melhorar o seu desenvolvimento, de forma a poder criar e acolher um projeto turístico.

---

<sup>42</sup>Informação disponível em [http://www.portalangop.co.ao/angola/pt\\_pt/noticias/sociedade/2014/6/29/Sao-Tome-Principe-Distrito-Lobata-historias-descendentes-escravos,9fca3518-dc9c-415e-abe5-221e3339020c.html](http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2014/6/29/Sao-Tome-Principe-Distrito-Lobata-historias-descendentes-escravos,9fca3518-dc9c-415e-abe5-221e3339020c.html) consultado a 31-1-2016.

#### 4.2.1. O quadro demográfico

A roça Agostinho Neto está situada no distrito de Lobata, no norte do país. A sede principal do distrito localiza-se na região de Guadalupe, ou seja, o distrito é constituído pela comunidade da roça Agostinho Neto e mais trinta e oito aldeias. A maioria da população residente na roça é descendente de escravos, angolanos, moçambicanos, cabo-verdianos e também santomenses. Muitos dos descendentes, após a independência, não tiveram oportunidade de regressar ao país de origem dos seus antepassados, muitos por falta de meios financeiros e também pelo facto de não conhecerem os seus familiares nessas terras de origem.

Quanto ao número de habitantes, existem 11 761 indivíduos, residentes no distrito de Lobata, na zona rural, que inclui não só a roça Agostinho Neto como também São Carlos, Canavial, Conde, Cruz Grande, Micoló, Aguã Casada, Laranjeiras, Santo Amaro, Desejada, Bela Vista, Nova Cintra, Majanco, Boa Entrada, Vale Prazeres, Uba Cabra, Aragão, Mesquita, Santarém Castanhede, Gratidão, Rio Vouga, Vale Flor, Aguã Telha, Vila Braga, Santa Luzia, Praia das Conchas, Caldeiras, Santa Clara, Saltado, Aguã Sampaio, Aguã Coimbra, Monte Carmo, Boa Esperança, Poisco Alto, Morro Vigia, Vila Graciosa, Santa Maria e Guarda<sup>43</sup>.

De acordo com o Censo de 2012, o distrito de Lobata tem cerca de 19 365 mil habitantes ao todo, sendo na zona rural do distrito, como se disse, 11 761 mil habitantes. Destes, 228 residentes são de nacionalidade Cabo Verdiana, 11 são de Gabão, 7 são indivíduos de Angola, 1 é de Guiné-Bissau, 1 é de Moçambique, 1 é de Nigéria, 6 são de Portugal e 3 são de outros países africanos, fazendo, no total, 258 indivíduos estrangeiros residentes. Pode-se verificar que na zona rural do distrito existem muitos habitantes de origem cabo-verdiana que foram trabalhar nas roças.

---

<sup>43</sup> Ver Lista de aldeias de São Tomé e Príncipe disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_aldeias\\_de\\_S%C3%A3o\\_Tom%C3%A9\\_e\\_Pr%C3%ADncipe#Distrito\\_da\\_Lobata](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_aldeias_de_S%C3%A3o_Tom%C3%A9_e_Pr%C3%ADncipe#Distrito_da_Lobata) consultado a 28-9-2017

#### **4.2.2. A educação**

A miscigenação de várias culturas fez com que o povo santomense tivesse uma grande diversidade cultural, que se reflete na língua falada. De acordo com o Censo de 2012, na zona rural do Distrito de Lobata, 11 122 mil falam português, 4 081 falam fôrro, 151 angolar, 55 falam a língua lunguié, 2 753 cabo-verdiano, 334 francês, 192 inglês e 126 falam outras línguas. Estes dados demonstram que a maioria da população tem como português a língua falada, a seguir ao cabo-verdiano e uma minoria fala dialetos.

Relativamente à educação, na ZRDL, dos 3 aos 80 e mais anos, 8 270 mil indivíduos sabe ler e escrever, 16 sabem somente ler e 1 554 não sabem ler nem escrever, de acordo com o Censo de 2012. Continuando no campo da educação, 3 887 indivíduos encontram-se a frequentar a escolaridade, 2 826 já tinham frequentado e 608 nunca frequentaram. Há que destacar que somente 17 indivíduos frequentaram o ensino superior e apenas 10 o concluíram.

#### **4.2.3. O emprego, o trabalho e as empresas familiares**

Os números relativos ao emprego indicam, no total, de 8 116 indivíduos na ZRDL, dos 10 a 75 e mais anos, 3 290 encontram-se empregados, 482 desempregados e 4 344 inativos, ou seja, existe uma grande parte da população que nunca exerceu algum tipo de trabalho. De acordo com o Censo de 2012, dos indivíduos que estão a exercer profissão, somente 15 possuem ensino superior e a maioria, ou seja, 1 283 mil dedicam-se à agricultura e trabalhos qualificados da agricultura, da pesca, e da exploração florestal, a seguir com 596 pessoas dos serviços e vendedores, e depois 589 trabalhadores não qualificados. Entre a população que se encontra empregada, há que destacar que 1 360 são trabalhadores por conta própria, 1300 por conta de outrem sem contrato, 303 são trabalhadores por conta de outrem com contrato e 182 são trabalhadores familiares não renumerados, entre outros. Pode-se constatar que existe uma grande percentagem de empreendedores nestas zonas, ou seja, a falta de trabalho, obriga a população a criar o seu próprio meio de sustento.



#### **4.2.4. Habitação e infraestruturas**

No que diz respeito à habitação, o Distrito de Lobata tem, ao todo, 5 911 alojamentos, estando 4 951 alojamentos ocupados, 7 alojamentos fechados, 807 alojamentos vagos, 89 são de uso ocasional e 57 de alojamento coletivo. Do total de alojamentos, apenas 1 237 são estabelecimentos, 698 edifícios em construção, 183 edifícios em ruínas e os restantes são alojamentos familiares. Na ZRDL foram distribuídos, no total, 3 006 alojamentos, antes de 1975 foram dadas 633 habitações, de 1975 a 1990 126 habitações, de 1991 a 2010 768, depois de 2010 em número de 134. Também existe uma parte, cerca de 1 325 alojamentos, cuja propriedade se desconhece. Na sua maioria, estas habitações são do próprio morador, sendo que 439 foram doadas e apenas 230 são alugadas. Continuando no mesmo censo 2012, na ZRDL cerca de 1 785 alojamentos são feitos com madeira aparelhada própria, para a construção, depois 1 048 são feitos de alvenaria e 168 são de madeira aproveitada.

No que se refere às infraestruturas, 4 917 alojamentos são servidos pela rede pública de água (inclusive chafarizes), a seguir pode-se verificar que cerca de 949 são abastecidas pela água do rio ou ribeiras e 944 possui nascentes nas suas propriedades (quintal). Da mesma forma que 295 das habitações possuem latrina melhorada, 261 têm casa de banho de uso exclusivo (com pia e chuveiro ou banheira), 242 usufruem de latrinas simples e 2 125 não possuem nenhuma instalação sanitária.

Quanto à forma de evacuação do lixo nos alojamentos, 2 664 deitam o lixo em terreno baldio, 153 é recolhido pela câmara, 97 é enterrado ou despejado na própria propriedade, 59 é queimado na propriedade e 13 é deitado no rio ou mar.

Conforme está presente no Censo de 2012, nestas habitações o combustível mais usado para as refeições é a lenha em 2 349 alojamentos, a seguir o petróleo, para 370, depois 89 utilizam carvão e 179 habitações não cozinham na sua habitação. Relativamente à energia elétrica esta é usada, de acordo com as respostas dos habitantes, tanto pelo sexo feminino com masculino, por 1 262 mil indivíduos.

Na ZRDL, 1 274 habitações possuem rádio, 1 231 têm televisão, 142 antena parabólica, 2 048 têm telefone móvel, 41 possuem telefone fixo e apenas 21 têm acesso à *internet*.

#### 4.3. Administração política e económica

A Roça Agostinho Neto, como se disse atrás, está situada no distrito de Lobata, localizado no norte do país, rodeada por várias roças e cuja cidade principal é Guadalupe. De acordo com a divisão política e administrativa do país este encontra-se dividido em 6 distritos Água-Grande, Mé-Zochi, Lobata, Lembá, Caué, Cantagalo e a Ilha do Príncipe. A capital do país esta situada no distrito de Água-Grande e o maior dos distritos é o Caué. Cada distrito é administrado por uma Câmara Municipal. De acordo com o Sr. Bento, a Câmara Municipal de Lobata tem ajudado os moradores da roça cedendo “a energia aliás eles capinaram a nossa rua. Foi a câmara que pagou aos eletricitas para colocarem a luz na rua. Existe uma associação dos moradores da roça que, para mim não ajuda, não vejo a associação a fazer nada. Aqui tem Associação Canabravo, Associação dos Moradores, Associação dos Camponeses, também tem APF onde a câmara mandou montar a internet”.

Em termos económicos, a Roça Agostinho Neto tem a agricultura como a maior atividade económica, uma agricultura de subsistência, em que cada morador possui uma pequena porção de terra, e fazem plantação de alguns produtos para a sua alimentação e também para vender na cidade. Segundo o Sr. Bento “aqui nós vivemos de agricultura, antes trabalhávamos para uma empresa, agora é cada um por si. Quase toda a família vive da agricultura, também vivem da pisagem de milho, para vender na cidade de madrugada, tiram banana também para vender na cidade, criam também seu porco para vender”.



**Figura 11.** Comercio na Roça Agostinho Neto  
**Fonte:** Reginaldo Neves (9-9-2017)

O Projeto de Privatização Agrícola e Desenvolvimento de Pequenas Propriedades (PPADPP) que consistiu na atribuição de pequenas parcelas de terras aos trabalhadores da antiga empresa (homens e mulheres), não obteve muito sucesso, por várias razões: porque as áreas eram abaixo do necessário às famílias, o ataque do míldio e outras doenças e pragas, e o abaixamento do preço da tonelada do cacau no mercado internacional (Almeida, 2012:28). Este projeto foi apoiado pelos vários programas coordenados pelo Ministério da Agricultura e Pescas para o desenvolvimento de copra, a banana, o cacau, a matabala, a mandioca e o milho.

Infelizmente, a maior parte das infraestruturas agrícolas existentes na roça encontra-se degradada. Estas infraestruturas podem ser classificadas da seguinte forma: infraestruturas económicas (a rede ferroviária, os secadores, os armazéns entre outros) e as infraestruturas sociais (as sanzalas, hospital, as escolas, entre outros).

Para além da agricultura dos produtos indicados, também se pratica a atividade pecuária, em que as famílias se dedicam à criação de animais (galinhas, patos, porcos, entre outros) para venderem na capital. O comércio que se pratica na roça Agostinho Neto consiste na venda de produtos alimentares e bebidas, em pequenas barracas de venda local, onde também se pode ter acesso à internet, um comércio informal, em que a maioria dos produtos são provenientes da capital São Tomé, enquanto os produtos (vestuário, alimentos e equipamentos, entre outros) são importados do estrangeiro.

Não existe na roça nenhuma empresa comercial, nem outro tipo de empresas. Por sua vez, os agricultores abastecem o centro, a capital, com produtos agrícolas (banana, mandioca, milho, fruta pão, cacau, óleo de palma entre outros).

#### **4.4. Uma herança que quer ser património**

A Roça Agostinho Neto, com o passar do tempo, transformou-se num espaço sem vida e degradado, no qual o seu património, tanto cultural como arquitetónico, aos poucos, caiu no esquecimento, não por parte da população que viveu toda a vida naquele espaço, como nos conta o Sr. Bento. Ele salienta que “quase todos os patrimónios estão degradados.

A recuperação do património depende do governo, e para recuperar isso vai levar tempo, não vai ser fácil”.

Toda a sua estrutura é monumental, desde a entrada principal até ao grandioso edifício hospital Agostinho Neto. O seu potencial foi mesmo considerado exemplar, como se manifestou o diretor do Museu Nacional de São Tomé e Príncipe, em outubro de 2011 “A Roça Rio do Ouro é um conjunto de coisas dentro de uma só Roça. Abarca certas qualidades em relação às outras. É uma Roça que foi tomada como exemplo para dar o primeiro passo. Mas infelizmente o processo não avançou” (Castaño, 2012:2).

Atualmente encontra-se abandonada, transformando-se no espaço de habitação da população residente na roça. Segundo o Sr. Bento “simplesmente deixaram isso abandonado então a população tomou e usou como quer. Deveria haver um emissário da polícia que impedisse a entrada das pessoas (...) quanto ao abandono do hospital a culpa também é um pouco da população que arreventaram tudo e invadiram os seus espaços” (ver anexo 2).

Para além do hospital, também existe a “Casa Grande”, as casas dos trabalhadores brancos, as senzalas, os armazéns, as garagens e todos os equipamentos de produção, como o moedor de café, os secadores, as estufas, as oficinas, a bomba de combustível, as pequenas fábricas, os hangares e as locomotivas. A maioria destes edifícios estão parados e abandonados e a população vai fazendo uso destes de acordo com as suas necessidades.

A chamada “Casa Grande” tem sido usada como escritório, onde ficam guardados documentos e objetos importantes, relativamente à roça. Tem sido preservada pelo senhor Bento que diz “aqui nos escritórios é que ninguém está a viver porque eu estou a tomar conta”. Na parte de trás da “Casa Grande” existe um jardim botânico e um pequeno museu “...cujo maior parte do espólio foi transferido para o museu nacional” <sup>44</sup>. O jardim é exemplar, e terá sido alvo de alguns projetos, como refere o diretor Museu Nacional de São Tomé e Príncipe: “ Outra iniciativa, que eu penso que deveria ser tida em conta é em relação ao jardim botânico da empresa Agostinho Neto (antiga Rio do Ouro). A ideia era tentar recuperar o jardim, na altura estava entregue ao Presidente Fradique Menezes porque era ele quem geria a empresa na altura, mas depois eu já não sei o que aconteceu com o jardim.

---

<sup>44</sup> Informação disponível em <http://stparquitecturarte.blogspot.pt/2009/11/agostinho-neto-rio-do-ouro.html> consultado a 25-9-2015.

Consta que hoje estaria entregue à Câmara distrital de Lobata mas julgo que eles não têm conhecimentos para, efetivamente, se manter o jardim” (Castaño, 2012:26).

O património imaterial também se revela rico, assente nas festas religiosas que acontecem por todo o país, especificamente na roça Agostinho Neto, na qual existe a tradicional festa da Padroeira Nossa Senhora do Carmo, que acontece anualmente no mês de julho (terceira semana). O festejo é feito na pequena paróquia local e depois é realizada uma procissão.

Na roça existe um grandioso património ambiental. A terra é fértil e isso contribui para uma vegetação abundante, com variadas espécies de plantas tropicais como palmeiras, pau-três, árvores da coca, noz-moscada, árvores borracheiras, entre outras. Também possui maravilhosas praias de areia branca, como a Praia Tamarindos, Praia Governador, Praia de Morro Peixe e a Praia Micoló. A cultura e a história desta roça constituem um grande património para o país, por tudo o que simboliza, entre a herança e o potencial de valorização hoje, em que o turismo poderá ser um dos motores de patrimonialização, ou seja, de acrescentar valor ao já existente.

## **Capítulo V – Proposta de Intervenção para o desenvolvimento do Turismo Comunitário na Roça Agostinho Neto**

A roça Agostinho foi a mais lucrativa e grandiosa roça do país, embora neste momento se encontre num estado de abandono devido a várias razões, como se viu, e aguarda investimentos que devem ter interesse para a economia do país e, sobretudo, para a riqueza das populações locais. O turismo comunitário surge como uma forma de as integrar, de lhes dar dignidade, de se interessarem por aquilo que as rodeia, por respeitarem e entenderem o que resta do passado, tantas vezes de pobreza e de humilhação (escravatura, fome, dependência, abandono). Por isso, este capítulo procura fazer uma avaliação das dificuldades e das oportunidades e de propor um projeto de turismo comunitário, ainda que exigisse uma equipa multidisciplinar que trabalhe no terreno, no meio, e com as pessoas.

### **5.1. A Roça Agostinho Neto – entre dificuldades e oportunidades**

Assim sendo, identificam-se dois tipos de condicionantes à exploração patrimonial e turística da Roça: as de ordem física e as de ordem social económica. As condicionantes físicas englobam a degradação das estruturas física e das edificações coloniais. Por isso, é necessária uma intervenção nas estruturas (linha férrea, armazéns, secadores, estradas, oficinas, hospital entre outros) que deixaram de ser utilizada durante anos.

Já as condicionantes sociais e económicas dizem respeito aos problemas de caráter social que afetam a rotina da população que lá habita. Existe uma grande deficiência quanto ao fornecimento da energia elétrica, do saneamento básico e do tratamento da água potável. Existe energia elétrica e água potável mas está sempre a falhar. As casas, onde habita a maioria da população, não possuem boas condições de habitabilidade (a estrutura e o saneamento), no quadro do que são as condições gerais da região e já referidas anteriormente.

Atualmente existe pouca população a habitar a Roça Agostinho Neto, devido a essas condicionantes. É necessário um projeto de intervenção nesta roça, de forma a torná-la funcional e rentável do ponto de vista económico, social e turístico.

O turismo na roça Agostinho Neto é praticamente inexistente, apesar da roça estar localizada a 12 km<sup>2</sup> e a 15 minutos da capital, São Tomé, tanto mais que não existem infraestruturas capazes de albergarem turistas, nem instituições ligadas ao ramo do turismo. Apesar do espaço roceiro possuir, nas suas proximidades, belas praias (praia Morro Peixe, Tamarindos, Governador e Micólo), o turismo resume-se a alguns “...turistas de vários países, portugueses, americanos, cabo-verdianos, angolanos...normalmente visitam a roça, entram no jardim botânico depois tem um senhor que fornece alguns dados (guia), vão até à cascata, enfim” (ver anexo2).

Em 2014 o governo de São Tomé e Príncipe lançou um concurso internacional com vista à recuperação das casas das antigas roças, ou seja, de modo a conservar a arquitetura dessas casas coloniais e também contribuir para o desenvolvimento do turismo rural. No entanto, o concurso não foi avante, mas algumas roças, através do investimento privado, têm estado a ser recuperadas. À roça Agostinho Neto, infelizmente, isso não aconteceu. De acordo com a Direção Geral do Turismo o esquecimento da roça deve-se à falta de recursos em reabilitar infraestruturas deste género. A Direção Geral do Turismo e Hotelaria (DGTH), “...tem discutido muito sobre o aproveitamento dessas infraestruturas localizadas nas roças de forma a potenciar o turismo de STP, a título de exemplo a DGTH recuperou uma das casas das roças de Monte Café transformou-a no Museu de Café e a DGTH perspectiva criar numa outra roça o Museu de Cacau” (ver anexo1).

Procurámos sintetizar esta abordagem através de uma análise SWOT que nos permite verificar as potencialidades que o país tem como fator de atração turístico e também as da roça Agostinho Neto que poderá ser usada para o desenvolvimento do turismo comunitário e sustentável, com vista ao desenvolvimento e à melhoria do seu meio envolvente. Também podemos ver algumas fraquezas e ameaças que poderão dificultar o desenvolvimento do turismo, tanto no país como na roça.

Análise SWOT <sup>45</sup>			
São Tomé e Príncipe		Roça Agostinho Neto	
Forças	Fraquezas	Forças	Fraquezas
Localização geográfica (as duas ilhas estão situadas no Golfo da Guiné, junto à linha do Equador)	Escassez de recursos humanos relativamente ao sector do turismo.	Localização: a roça esta situada no distrito de Lobata, a poucos km do centro da cidade o que facilita a passagem dos turistas.	Não possui meios de transporte públicos, as estradas estão muito destruídas.
O clima tropical (favorecendo o turismo de sol e praia). O exótico e o intocável.	Falta de recursos financeiros.	Foi uma das maiores ou a maior empresa do país, ou seja, a sua história é muito importante não só para os santomenses como também para o povo angolano, cabo-verdiano e de Moçambique, pois muitos descendentes desses povos foram para a roça durante o período da escravatura.	O desabamento do Hospital Agostinho Neto e de outros patrimónios importantes para a história e para a cultura local.
Grande diversidade e abundância na flora e da fauna (favorece o turismo ecológico, pedestre etc.).	O desgaste e a falta de algumas infraestruturas (algumas estradas necessitam obras, existe pouco transporte publico, falhas ao nível da eletricidade).	Possui belas praias desertas e paradisíacas. Perto da Cascata S. Nicolau.	Falta de habitação para os moradores, estes passando a morar no interior do hospital.
A história, o tradicional e o genuíno.		Possui um grande património histórico e arquitetónico o hospital Agostinho Neto. A sua arquitetura é inspirada na arte <i>decó</i> .	Falta de infraestruturas turísticas.
Favorável para a realização de atividades de mergulho, bodyboard e pesca em mar.		A roça possui algumas infraestruturas tais como: eletricidade, rede de internet e telefone fixo.	A falta de trabalho faz com que a população permaneça maioritariamente nos centros urbanos.
Revitalização de algumas roças como atração do turismo sustentável (turismo rural e comunitário).			
O aumento dos voos internacionais por semana e a isenção de visto de entrada para alguns países.			
Segurança e a uma boa receção pela população nativa.			

<sup>45</sup> Informação disponível em <http://stpdigital.net/opiniao/755-ambiente-natural-de-sao-tome-e-principe.html> consultado a 22-11-2015,



Oportunidades	Ameaças	Oportunidades	Ameaças
Em 2014 o país foi considerado como um dos dez destinos de sonho a nível mundial, pela equipa da CNN Travel <sup>46</sup>	Falta de enquadramento político social.	Desenvolvimento de algumas roças para turismo rural. Exemplo, a Roça São João dos Angolares.	Desflorestação
A ilha do Príncipe foi classificado pela UNESCO como Reserva da Biosfera (com uma área de 85 do total de 140 quilómetro quadrado)	O desenvolvimento do turismo em Cabo Verde (pode ser considerado uma ameaça ou uma oportunidade).	Investimento no Turismo Rural com vista a preservar o património cultural das roças.	Poluição de alguns rios e perda de alguns ecossistemas.
O hotel OMALI Lodge Boutique Hotel na ilha é o segundo hotel do continente africano a obter a certificação “Biosphere Responsible Tourism” <sup>47</sup>			
O sector turístico é considerado um dos grandes potenciais para o desenvolvimento económico.			

## 5.2. Da pertinência de um projeto de turismo comunitário

Tomando como ponto de partida todas as informações que foram mencionadas ao longo do trabalho, acerca do estado em que a roça Agostinho Neto se encontra, apresenta-se, então, um conjunto de objetivos, medidas e ações, tendo em vista o desenvolvimento do turismo comunitário, no sentido de uma melhoria das condições para a fixação da comunidade e da conservação e preservação do património natural, histórico, cultural e arquitetónico.

Atualmente o mundo rural tornou-se “...reserva de herança de memórias sociais, culturais e ambientais” (CCE, 1988, Figueiredo, 2003). Ao longo dos anos, a maioria das

<sup>46</sup> Informação disponível em <http://www.stp-press.st/08.htm> consultado a 27-12-2015

<sup>47</sup> “Atribuída pelo Instituto de turismo Responsável, entidade internacional independente, membro do Concelho Global para o Turismo Sustentável e da Organização Mundial de Turismo”. Disponível em <http://www.telanon.info/destaques/2014/12/29/18323/hotel-omali-lodge-conquista-certificado-internacional-de-turismo-responsavel/>. Consultado a 20-10- 2015.

roças em São Tomé e Príncipe continuam a viver do passado colonial, e com a instabilidade política passada, ano após ano, nada foi produzido e alterado, fazendo com que as infraestruturas começassem a cair em desuso, sem utilidade. A roça Agostinho Neto foi, em tempos, uma das grandes produtoras e contribuiu imenso para o desenvolvimento da economia do país. Hoje o cenário da roça é triste e lamentável.

É neste contexto de abandono e degradação que se vai procurar criar um projeto de forma a viabilizar a roça e dar vida ao espaço e gerar condições, relativamente à educação, emprego e saúde para população local e criar um movimento de renaturalização (conservação, proteção da natureza) e procurar a sua autenticidade (valorização de memórias e identidades materialização do património, historia e cultura).

Para que a roça se torne um espaço sustentável, há que dotá-la de condições e estruturas e promover a qualidade de vida, através do uso dos recursos endógenos, no aproveitamento das estruturas arquitetónicas, quer dos edifícios de habitação como dos edifícios roceiros e também no incentivo do turismo, da educação e da formação.

No entanto, há que preservar a identidade local, como a sua história, a sua arquitetura e a sua natureza, sem que haja uma exagerada exploração dos recursos naturais. Para tal, será necessário cumprir os seguintes objetivos gerais:

- ✓ Requalificação e ordenamento da zona edificada, com vista ao melhoramento do espaço e também ao planeamento e aproveitamento das potencialidades da zona;
- ✓ Criação de edifícios de habitação para a população que habita no hospital e também em espaços sem infraestruturas adequadas para o bem-estar;
- ✓ Melhoramento das infraestruturas, como o saneamento básico, estradas, água potável entre outros;
- ✓ Incentivo ao desenvolvimento da agricultura como meio de subsistência e também como recurso económico;
- ✓ Criação de equipamentos ligados à educação e saúde, com vista à promoção do bem-estar da comunidade;
- ✓ Promover a integração social e cultural da comunidade através da qualificação dos recursos humanos, e do acesso ao emprego;

- ✓ Desenvolvimento do turismo comunitário como meio para o sustento da comunidade e também para a valorização do património cultural.

### **5.3. Requalificação e ordenamento da zona edificada**

Tendo em conta o estado em que se encontra a roça, há que planear e organizar o espaço, de forma a aproveitar as infraestruturas existentes e a assegurar a preservação dos recursos limitados, para que haja melhoramento do espaço a nível urbanístico, ambiental, paisagístico, uma espécie de revitalização.

A roça está inserida num terreno em declive, com mais ou menos 10 metros quadrados “...tendo a cota mais alta no local onde se encontra o hospital, a maternidade, o centro de pesquisas e as capelas (da Nossa Senhora do Carmo e a mortuária). Esta faz ligação a uma cota intermédia, que é marcada por um grande largo onde se encontra Casa Grande, a Casa de passagem, as casas dos trabalhadores brancos e os escritórios, através de uma enorme rampa que é flanqueada dos dois lados por senzalas, implantadas, á medida que se vai descendo, em pequenos pátios em socacos. Existe ainda uma cota mais baixa, destinada aos armazéns, as garagens, o moedor de café, a central elétrica e a serralharia e outros serviços”<sup>48</sup>.

#### **5.3.1. Criação de edifícios de habitação**

Hoje em dia, cerca de um terço da população residente na roça vive no interior do hospital Agostinho Neto. Apesar do estado deteriorado, a maior parte da sua estrutura física contínua intacta. O edifício por duas vezes sofreu desmoronamento, mas em 2014 foi o pior momento porque toda a parte esquerda da construção caiu.

A recuperação do hospital iria fazer com que a população que o usa de forma precária ficasse desalojada. Por isso há que construir novas habitações ou restaurar as antigas para alojar a comunidade. Essa iniciativa melhoraria as condições de habitação e traria o bem-estar à comunidade, o que geraria mais participação ativa desta no desenvolvimento comunitário.

---

<sup>48</sup> Informação disponível em <http://stparquitecturarte.blogspot.pt/2009/11/agostinho-neto-rio-do-ouro.html> consultado a 25-9-2015.

As habitações que necessitariam de intervenção são: o hospital, a Casa Grande, a Casa de passagem, as casas dos trabalhadores brancos e os escritórios e as senzalas. Estes edifícios são reabilitados, mas há que preservar a sua arquitetura, pois ela representa a cultura e a história da roça.

Na construção de novas residenciais há que utilizar a técnica do barro e cimento. Esta técnica é ecológica e de baixo custo. No Brasil, já esta a ser utilizado esta técnica “ a pouca utilização do cimento, reduz custos e o barro é uma matéria-prima bastante acessível”...”as praias de São Tomé e Príncipe, sobretudo da zona norte da ilha, estão descaracterizadas por causa da extração de areias para construção civil. A substituição da areia pelo barro pode contribuir para salvar as praias”<sup>49</sup>.

Relativamente as outras construções, como equipamentos destinados à produção do café e do cacau e também para outros serviços, estes devem ser reabilitados com o objetivo de serem utilizados para o mesmo fim do passado, ou para outros serviços.

A agricultura é uma atividade muito importante para o desenvolvimento da roça. Com uma terra fértil e uma natureza abundante há que aproveitar o que a terra tem de melhor e pode oferecer gratuitamente.

### **5.3.2. Melhoramento das infraestruturas**

Uma outra questão é a do problema de insalubridade, resultante do fraco sistema de saneamento e da carência de infraestruturas. É importante a reabilitação ou a criação dos sistemas de saneamento, pois a sua falta é determinante para o aparecimento de doenças, a falta de higiene e perturbações no bem-estar e na melhoria de vida da comunidade.

Por isso é essencial a reconstrução do abastecimento de água potável, drenagem de águas pluviais e domésticas (Sousa, 2009:115), a recolha e tratamento de esgotos e limpeza local, manuseamento de resíduos sólidos e controlo de espécies que possam destruir a agricultura ou causarem doenças endémicas.

Na roça existe um sistema de saneamento, mas encontra-se demasiado degradado e não se ajusta às verdadeiras necessidades da comunidade. Em 2014, devido ao facto de “a

---

<sup>49</sup> Informação disponível em <http://www.telanon.info/sociedade/2013/09/22/14458/casas-ecologicas-a-base-de-barro-e-cimento-e-aposta-da-cooperacao-entre-sao-tome-e-principe-e-o-brasil/> consultado a 25-7- 2017.

conduta que transporta água canalizada para os chafarizes públicos na roça, ter rebentado e toda a água infiltrar-se na terra que sustenta o hospital e as casas circundantes...”, “...a população não consome água potável, expondo-se a várias doenças de origem híbrida”<sup>50</sup>.



**Figura 12.** Zona de esgoto e escola básica na Roça Agostinho Neto

**Fonte:** Zenilda de Deus (12-9-2016)

De acordo com o Sr. Bento, a Câmara Municipal de Lobata faz a manutenção da jardinagem, no tratamento do capim. No entanto, essas iniciativas não acontecem constantemente, só na época das eleições, por isso muitas das vezes a própria comunidade é que trata de tudo, o que poderá vir a ser uma forma de consciencialização das potencialidades locais.

No que diz respeito ao tratamento do lixo, a população “...junta o lixo por trás do quintal e depois queimam-no”<sup>51</sup>. A maioria da população não possui água potável nas suas habitações, pois, para além das casas não estarem adaptadas para tal, também existem más

---

<sup>50</sup> Informação disponível em <http://www.redeangola.info/a-roca-agostinho-neto-em-sao-tome-em-abandono/>. Consultado a 29-11-2015.

<sup>51</sup> Uma conversa informal com Reginaldo das Neves (amigo que vive na Roça Agostinho Neto) por via internet, no dia 9-9-2017.

condições no sistema de saneamento local. A água consumida pela comunidade provém do rio e dos chafarizes. No entanto, “...o Sr. Bento é o responsável pela chave de uma casa onde tem água limpa, um tanque”<sup>52</sup>.

Quanto ao fornecimento da eletricidade “...existe uma central híbrida, que funciona desde do tempo dos portugueses”<sup>53</sup> que chega ao interior da roça e, por isso, a população não paga a eletricidade. A rede de telecomunicação e informática encontra-se em bom estado, mas nem todos têm acesso a essas redes nas suas habitações, devido às dificuldades económicas e financeiras. No entanto, existem pequenos estabelecimentos que fornecem esse acesso.

Relativamente às estradas e vias de acesso para a roça, essas encontram-se em avançado estado de degradação. Em abril deste ano foi lançada a primeira pedra para a construção do “...troço de estrada entre a roça Agostinho Neto e Caldeiras, no Distrito de Lobata, [que]estará concluída dentro de oito meses”<sup>54</sup>. Esta obra teve como parceria a empresa angolana Couto Alves Vias (MCA) e está a ser fiscalizada pelo Instituto Nacional de Estrada (INE).

No interior da roça também é importante a criação de uma rede viária, ou seja, caminhos e ruas que possam fazer ligação entre os núcleos populacionais e também estradas que liguem as outras comunidades, assim como facilitavam a mobilidade das pessoas e de transporte dos produtos. Quanto aos transportes, o governo deveria criar uma rede de transportes que pudesse fazer trajetos até as roças.

### **5.3.3 A criação de equipamentos**

O desenvolvimento da roça passa não somente pelo melhoramento habitacional como também pelo acesso a um conjunto de equipamento e infraestruturas que garantam que todos tenham acesso aos mesmos.

---

<sup>52</sup> Uma conversa informal com Reginaldo das Neves (amigo que vive na Roça Agostinho Neto) por via internet, no dia 27-7-2017.

<sup>53</sup> Uma conversa informal com Reginaldo das Neves (amigo que vive na Roça Agostinho Neto) por via internet, no dia 27-7-2017.

<sup>54</sup> Informação disponível em <http://www.rnstp.st/index.php/noticias/item/565-o-troco-de-estrada-entre-roca-agostinho-neto-e-caldeiras-estara-concluido-em-oito-meses> consultado 11-8-2017.

Na roça Agostinho Neto existem poucos equipamentos, o que faz com que a população se desloque para a capital ou para a vila de Guadalupe para ter acesso aos mesmos. Para isso é necessário reabilitar alguns edifícios e torná-los úteis, criando escolas, hospital, oficinas, mercearias, mercados, lavandarias coletivas, espaços de lazer, bares entre outros.

Um dos equipamentos que existe na roça é uma creche e uma escola do Ensino Básico, construída em 2013, financiada pela empresa angolana Sonangol. O “...estabelecimento de ensino de três salas de aulas, casas de banho, parque para recreio”<sup>55</sup>. De acordo com Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 2/2003) “...o ensino básico é universal, obrigatório, gratuito e tem duração de seis anos....a gratuidade no ensino abrange propinas, taxas e emolumentos relacionados com a matrícula, frequência e certificação”<sup>56</sup>.

De acordo com o artigo 8.º, o “ensino básico compreende dois ciclos sequenciais, sendo o 1.º de quatro e o segundo de dois anos, organizados nos seguintes termos: no 1º ciclo, que vai da 1.º a 4.º classe e no 2.º ciclo que vai da 5.º a 6.º classe. A cidade de Guadalupe possui uma escola de Ensino Secundário, para que os alunos possam dar continuidade ao ensino, e encontra-se a 2.1 km<sup>2</sup> (7 minutos a pé) da roça Agostinho Neto. Segundo o artigo 10.ª da mesma lei nº 2/2003, “...têm acesso a qualquer curso do ensino secundário os que completarem com aproveitamento o ensino básico”.

Para além de uma escola seria importante a criação de espaços de formação profissional na área da serralharia, carpintaria, agricultura e turismo. A maioria da população não possui formação profissional, por isso essas oficinas iriam funcionar como espaço de aprendizagem e de ajuda à própria comunidade. A participação ativa da população iria ser a força motivadora para essa causa.

Infelizmente não existe um posto de saúde, nem posto comunitário na roça. A população, normalmente, dirige-se ao posto de saúde na cidade de Guadalupe. Existem poucos recursos e materiais nestes centros de saúde e contam com o apoio de várias ONGs. É necessária a criação de um posto de saúde/comunitário na roça Agostinho Neto, “...os postos de saúde constituem o primeiro nível de contato da população com os serviços de

---

<sup>55</sup>Informação disponível em [http://club-k.net/index.php?option=com\\_content&view=article&id=16492:sonangol-financia-construcao-de-escola-em-sao-tome-e-principe&catid=41003&Itemid=151&lang=pt](http://club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=16492:sonangol-financia-construcao-de-escola-em-sao-tome-e-principe&catid=41003&Itemid=151&lang=pt) consultado a 15-5-2016.

<sup>56</sup>Informação disponível em <http://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/SERIAL/95149/111922/F-1289596007/STP95149.pdf> consultado a 3-8-2017.

saúde, cujo objetivo é o diagnóstico e a resolução de situações de doença que não necessitem de cuidados especializados, e visam a prestação de serviços preventivos, curativos, de reabilitação e promoção da saúde” (Sousa, 2009:108).

Para além da criação de equipamentos de apoio escolar e de saúde, há que criar outros tipos de equipamentos que iram servir como forma de dinamização social, cultural e lúdica. A criação de um espaço social, cultural e lúdico é importante para a união comunitária e desenvolvimento criativo dos habitantes da roça. Tal como foi feito na roça São João dos Angolares<sup>57</sup>, a Casa Principal, que atualmente é o centro administrativo da roça, poderia ser reabilitada e transformada num espaço de ação social. Este espaço teria como objetivo: ajudar a comunidade, relativamente à divulgação do artesanato, pintura, dança, teatro, culinária entre outras artes.

A criação de um mercado comunitário seria importante para trazer novas oportunidades de emprego, serviria para divulgar os produtos cultivados na roça e também estimulava a agricultura. Assim a população teria acesso aos bens de primeira necessidade disponível no próprio local. Para além do mercado comunitário, também seria necessário criar bares e pequenos restaurantes rurais, com vista a incentivar a sociabilidade e também o turismo.

A roça Agostinho Neto possui um tanque comum onde os habitantes podem lavar a roupa, um outro equipamento importante, embora de pequena dimensão e não possui boas condições. Por isso, seria importante ampliar e remodelar o espaço, a fim de facilitar as tarefas domésticas.

Quanto ao espaço de religiosidade, existe uma capela em homenagem à padroeira Nossa Senhora do Carmo (ver anexo 4), que por mais incrível que pareça encontra-se em estado razoável de conservação, alimentado pela devoção que atrai pessoas à procura de apoio espiritual e que a mantêm e dela cuidam.

O jardim botânico, com varias espécies de plantas, de que se falou, exige uma atenção especial, em particular como escola de proteção das espécies e, talvez, para alertar contra o

---

<sup>57</sup> “A roça São João dos Angolares situa-se no sul da Ilha de São Tomé. João Carlos Silva, desenvolveu um projeto turístico, cultural e social, reabilitando a casa principal, tornando-o em pousadas rurais e o hospital passou a ser uma casa das artes”. Disponível em <https://www.publico.pt/2013/11/25/culturaipilon/noticia/temos-10-anos-para-salvar-as-rocas-de-sao-tome-e-principe-1613764> Consultado a 3-8-2017.



abate ilegal de árvores para produção de carvão, com graves perturbações na sua função de fazerem sombra e protegerem as plantações de cacau (Almeida, 2012: 30).

Também há que criar equipamentos turísticos, tais como: postos de informação e segurança, pequenas pousadas, pequenos bares e restaurantes, entre outros, que exigem a criação de um ambiente de segurança, não obstante apenas existir um polícia local e a esquadra mais próxima estar na cidade de Guadalupe.

#### **5.4. Ganhar consciência comunitária – um difícil caminho**

A construção de uma identidade em torno das roças e em particular da que nos move é um longo processo. Muito difícil, sobretudo para os que lá vivem, que se veem todos os dias. Todos são santomenses, mas as suas origens são múltiplas, como vimos, como que “uma mistura de várias culturas”. O reconhecimento da diversidade parece ser um primeiro passo da sua riqueza em relação aos outros – e essa é a oferta do património cultural aos outros.

A formação consiste num “elo” fundamental para o desenvolvimento. A população precisa de ganhar consciência e conhecimento acerca da forma de participar num projeto que valorize as suas ações e produtos.

Apesar do turismo ser uma força importante para o desenvolvimento económico da roça, há que procurar outra forma de sustentabilidade, nas épocas baixas, ressuscitando a estrutura produtiva agrícola. A agricultura, do cacau e do café e de outros cultivos, é uma forma de dar continuidade à evolução da roça. Com terreno fértil, uma vegetação abundante e um clima equatorial húmido favorecem o crescimento e o retorno do sistema produtivo do café e do cacau.

Há bem pouco tempo (não se sabe a data certa) foi reativada a central de secagem do cacau e a roça exporta mensalmente dois contentores de cacau seco<sup>58</sup>. Atualmente existe muita procura estrangeira pelo cacau biológico, por isso há que incentivar essa procura através do seu desenvolvimento. Torna-se necessário reorganizar novas áreas de cultivo. A reconstrução do caminho-de-ferro (fazia o transporte dos cultivos até às instalações da roça),

---

<sup>58</sup> Uma conversa informal com Reginaldo das Neves (amigo que vive na Roça Agostinho Neto) por via internet, no dia 9-9-2017.

que antigamente totalizava cerca de 68 km<sup>59</sup>, seria uma grande valia para a agricultura e também para a atividade turística.

Existem já projetos de turismo comunitário que estão a dar os seus primeiros passos, como, por exemplo, o Jale Ecolodge, um projeto piloto de ecoturismo de base comunitária em São Tomé, uma estrutura pública de vocação turística localizada na antiga roça de Porto Alegre, no distrito de Caue, no extremo sul da ilha de São Tomé. Os seus objetivos de gestão do empreendimento de serviços de alojamento e restauração aos turistas, e diversos serviços de passeio guiado na região até praias mais distantes (Loloum, 2009:326), são importantes, aos quais se juntam muitos outros que se podem enumerar, no sentido de um desenvolvimento integrado no saber e na paisagem de São Tomé. Tais empreendimentos são, normalmente, fruto de associações locais, do apoio de ONG, de investimento internacional, mas são pequenos grupos, pequenas áreas, ao contrário da Roça Agostinho Neto que assume uma extensão extraordinária.

A nossa proposta tem que começar por um primeiro passo, simples e difícil, em simultâneo, mas essencial: a criação de uma cooperativa em prol do desenvolvimento do turismo e também da agricultura, para a coordenação, comunicação e desenvolvimento das atividades, tanto turísticas como sociais, culturais e económicas.

A cooperativa teria como principais funções:

- Realizar um levantamento dos problemas sociais (emprego, infraestruturas, alimentação, urbanísticas, entre outros) e ambientais (manutenção da flora e da fauna) na roça;
- Definir soluções para esses problemas;
- Definir prioridades;
- Criar propostas com vista a incentivar e motivar a comunidade (palestras, atividades pedagógicas, exposições e formação);
- Procurar parceiros e apoios no sentido de obtenção de meios financeiros para o desenvolvimento da roça, em todos os sentidos.

O envolvimento dos mais jovens e dos mais velhos seria essencial, porque as gerações novíssimas ignoram o que é essa herança, não percebendo, de alguma forma, o que significam as marcas no território da Roça de Agostinho Neto e de S. Tomé e Príncipe.

---

<sup>59</sup> Informação disponível em <http://www.pousadas.st/roca-rio-do-ouro.html> consultado a 25-9-2015.

## Considerações Finais

São Tomé e Príncipe é um país constituído por duas ilhas situadas no Golfo da Guiné, atravessado pela linha do Equador, desabitadas até 1470. Mas tarde, foram descobertas por portugueses, passando a ser de domínio português até a sua independência, em 1975.

Importantes produtores de cacau e café, essas ilhas foram em tempos grandes exportadores desses produtos, tendo desempenhado um papel importante na sua economia e também na economia portuguesa e mundial.

Cheias de encanto, com uma vegetação luxuriante, criando deslumbrantes paisagens naturais, e habitat de diversos seres vivos, São Tomé e Príncipe constitui um manto verde banhado pelo oceano Atlântico. Com o jeito simples e modesto, característica própria da sua população, esse pequeno paraíso esconde, por entre a vegetação, espaços agrícolas, designados por “roças”.

As roças foram um fenómeno que influenciou a ocupação territorial de São Tomé e Príncipe, pois foi através da produção do café e do cacau, por volta dos finais do século XIX e início do século XX, que contribuíram para o desenvolvimento económico da ilha e da criação desses espaços agrícolas. As roças constituem um legado que se quer património, arquitetónico, cultural, histórico, social e natural.

Após a independência, as roças, que no passado eram o elixir da economia do país, passaram a ser meros espaços cobertos pela flora, com a arquitetura esquecida pelo tempo, fazendo lembrar cidades “perdidas”. Atualmente existem 122 roças, algumas delas estão a ser reabilitadas em prol do turismo rural, comunitário e ecoturismo. Mas muitas das roças estão, a cada dia que passa, a decair levando-as à ruína e ao seu desaparecimento.

O turismo em São Tomé e Príncipe tem estado a evoluir ao longo dos anos. Devido ao investimento de empresas privadas como a Island Resources Foundation, o grupo HBD, também muitas das roças estão a ser recuperadas em prol do turismo, como a Roça São João, Roça Bombaim, Roça Chamiço e a Roça Monte Forte. O Concelho Global para o Turismo Sustentável e a Organização Mundial de Turismo atribuíram o certificado de “*Biosphere Responsible Tourism*” ao hotel Bom Bom Island Resort, localizada na ilha do Príncipe a seguir foi o hotel OMALI Lodge Boutique Hotel na ilha de São Tomé. A Ilha do Príncipe foi

classificada como Reserva Mundial da Biosfera pela Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura.

O que procurámos foi demonstrar que as roças são um património importante, uma grande fonte de rendimentos para as comunidades que ainda nelas habitam. Sublinhámos a importância da roça Agostinho Neto, antiga roça Rio de Ouro, que ganhou este nome em homenagem ao primeiro presidente de Angola, após a independência. Uma roça com uma população diversificada em termos culturais, herdeira de vidas de escravos e trabalhadores vindos de Angola (a maioria), Moçambique e Cabo Verde.

Esta foi em tempos a maior roça do país e uma das mais importantes produtoras de cacau e café. Atualmente esta roça encontra-se degradada, não só ao nível arquitetónico, como social e económico. Ainda é habitada, vivendo de uma economia de subsistência, com poucas infraestruturas e saneamento básico. O imponente Hospital Agostinho Neto, antigamente o maior hospital do país, deixou de funcionar, há alguns anos, mas continua a ser o local de habitação de uma parte da população, mesmo em ruínas.

Procurou-se mostrar a importância da requalificação das roças, em particular a roça Agostinho Neto, não é só ao nível arquitetónico como também social, ou seja, torná-la ativa e produtora, de modo a fixar a comunidade que lá vive, a dar-lhe dignidade. O turismo seria uma alavanca para o desenvolvimento económico, pois iria trazer mais postos de trabalho, mas exige a requalificação, a melhoria das infraestruturas. O turismo irá ser uma forma de promoção destes espaços ao nível internacional e isso irá trazer mais desenvolvimento ao país e poderia justificar o crescimento da agricultura e das artes e ofícios. Assim a comunidade terá sempre uma forma de manter-se em termos económicos. A participação da comunidade em torno dessa valorização irá ser a ferramenta mais importante para que o seu desenvolvimento. A criação de uma cooperativa seria benéfica e ajudaria a comunidade em termos sociais, económicos, na criação e na promoção de atividades culturais, formação, na criação de emprego entre outros. Este será, de futuro, um esforço crucial e que deverá vir a merecer um estudo mais aprofundado.

## Sítios eletrónicos

Agostinho Neto/Rio de Ouro. STP ARQUITETARTE. Disponível em <http://stparquitecturarte.blogspot.pt/2009/11/agostinho-neto-rio-do-ouro.html> consultado a 25-9-2015.

AICEP Portugal Global - Mercados. Informação Global. S. Tomé e Príncipe. Ficha de mercado (2010), p. 5. Disponível em <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/LivrariaDigital/SaoTomePrincipeFichaMercado.pdf>, consultado a 25-9-2015.

Angop. Disponível em [http://www.portalangop.co.ao/angola/pt\\_pt/noticias/sociedade/2014/6/29/Sao-Tome-Principe-Distrito-Lobata-historias-descendentes-escravos,9fca3518-dc9c-415e-abe5-221e3339020c.html](http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2014/6/29/Sao-Tome-Principe-Distrito-Lobata-historias-descendentes-escravos,9fca3518-dc9c-415e-abe5-221e3339020c.html) consultado a 31-1-2016.

As roças em São Tomé e Príncipe. Disponível em <http://www.asrocasdesaotome.com/o-livro/>. Consultado no dia 27-9- 2015

Atlas de São Tomé e Príncipe. Disponível em [http://atlas.saotomeprincipe.eu/1\\_atlasstp\\_situacao.htm](http://atlas.saotomeprincipe.eu/1_atlasstp_situacao.htm) consultado em 20-11-2017.

Blog, Viagens São Tomé e Príncipe disponível em <http://viagemstp.blogspot.pt/p/ate-ao-tunel.html> consultado a 27-9-2017.

Bom Bom Island é o 1º hotel em África a obter certificação Biosphere Responsible Tourism disponível em <http://www.stpdigital.net/sociedade/793-bom-bom-island-e-o-1-hotel-em-africa-a-obter-certificacao-biosphere-responsible-tourism.html> consultado a 2-5-2017

Buala, disponível em <http://www.buala.org/pt/a-ler/rei-amador-historia-e-mito-do-lider-da-revolta-de-escravos-em-sao-tome-1595>, consultado a 3-01-2017.

BUALA. Disponível em <http://www.buala.org/pt/vou-la-visitar/as-rocas-de-sao-tome-e-principe-o-fim-de-um-paradigma>. Consultado a 22-9-2015.

Casas ecológicas a base de barro e cimento é aposta da cooperação entre São Tomé e Príncipe e o Brasil. Téla Nón disponível em <http://www.telanon.info/sociedade/2013/09/22/14458/casas-ecologicas-a-base-de-barro-e-cimento-e-aposta-da-cooperacao-entre-sao-tome-e-principe-e-o-brasil/> consultado a 25-7-2017.

CESO CI, SA (2013) Estudo sobre o Mercado do Golfo da Guiné. Disponível em <http://www.ceso.pt/pdfs/GolfoGuine.pdf>, consultado a 23-05-2017

CPAFRICA. Disponível em <http://www.cp-africa.com/2015/12/18/equatorial-guinea-to-extend-fibre-link-to-principe/> consultado a 27-9-2017.

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Portal Turismo. Disponível em <https://www.cplp.org/id-3399.aspx>. Consultado a 19-4-2017.

Explore Cacau, Brasil e muito mais! Disponível em <https://br.pinterest.com/pin/401242648037485388/> foto consultado a 27-9-2017

Expresso. Disponível em <http://expresso.sapo.pt/internacional/casas-das-rocas-de-sao-tome-disputadas-num-concurso-publico-internacional=f887294>. Consultado a 22 de Novembro de 2015.

Fundação António Agostinho Neto. Disponível em [http://agostinhoneto.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=926:maria-eugenia-visita-roca-agostinho-neto-em-sao-tome&catid=37:noticias&Itemid=206](http://agostinhoneto.org/index.php?option=com_content&view=article&id=926:maria-eugenia-visita-roca-agostinho-neto-em-sao-tome&catid=37:noticias&Itemid=206). Consultado a 30-3-2016.

Fundo Monetário Internacional- Republica Democrática de São Tomé e Príncipe. Disponível em <http://www.imf.org/external/lang/portuguese/pubs/ft/scr/2016/cr16175p.pdf>. Consultado a 19-4-2017.

Ilha do Príncipe é Reserva da Biosfera mundial. Disponível em <http://www.dw.com/pt002/ilha-do-pr%C3%ADncipe-%C3%A9-reserva-da-biosfera-mundial/a-16094358>. Consultado a 31-8-2017.

Infopédia, Dicionário Porto Editora. Disponível em <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/pluripartidarismo>. Consultado a 13-6-2016.

Instituto Marquês de Vale Flor. Disponível em <http://www.imvf.org/index.php?pagina=9>. Consultado a 30-10-2016.

Instituto Nacional de Estatística da República Democrática de São Tomé e Príncipe disponível em <http://www.ine.st/pais.html>. Consultado a 27-1-2016.

IV Recenseamento geral da população e da habitação 2012 disponível em [http://www.ine.st/Documentacao/Recenseamentos/2012/DDENRAP/Resultado%20Distrital\\_LOBATA.pdf](http://www.ine.st/Documentacao/Recenseamentos/2012/DDENRAP/Resultado%20Distrital_LOBATA.pdf) consultado 31-1-2016.

Juristep Bulletin: Bilingual Edition. Nº12 Abril, Junho de 2007. Disponível em [http://www.juristep.com/boletim/12\\_Buletin%20juriSTEP\\_Ab.Jun\\_2007.pdf](http://www.juristep.com/boletim/12_Buletin%20juriSTEP_Ab.Jun_2007.pdf). Consultado a 27-12-2015.

Le blog de Federação São-tomense - Atividades de Federação de Ciclismo de São Tomé e Príncipe, disponível em: <http://fesaciclismo.over-blog.com/article-pedalando-a-descoberta-do-distrito-de-lobata-46710405.html>. Consultado a 16 de Novembro de 2016

Lista de aldeias de São Tomé e Príncipe disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_aldeias\\_de\\_S%C3%A3o\\_Tom%C3%A9\\_e\\_Pr%C3%ADncipe#Distrito\\_da\\_Lobata](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_aldeias_de_S%C3%A3o_Tom%C3%A9_e_Pr%C3%ADncipe#Distrito_da_Lobata) consultado a 28-9-2017

Ma Ying –Jeou, visita São Tomé e Príncipe a convite do seu homólogo Pinto da Costa. Disponível em <http://www.reporterstp.info/politica/1630/> consultado a 28-9-2017.

O cacau ainda mexe em São Tomé. Disponível em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/o-cacau-ainda-mexe-em-sao-tome-1701729> Consultado a 12-11-2015.

Os equívocos sobre rei Amador disponível em <http://www.telanon.info/cultura/2017/09/20/25329/a-verdade-da-historia-os-equivocos-sobre-rei-amador1/>, consultado a 3-01-2017

Partido de Patrice Trovada com maioria absoluta nas legislativas de São Tomé e Príncipe. Disponível em <https://www.publico.pt/2014/10/13/mundo/noticia/partido-de-patrice-trovada-reclama-vitoria-nas-legislativas-de-sao-tome-e-principe-1672719>, consultado a 12-05-2017

PINN – Portuguese Independent News Network. Disponível em <http://ptdigital.info/2014/01/22/s-tome-e-principe-cria-ministerio-turismo-comercio-e-industria/>. Consultado a 22-9-2015.

Portal Património Cultural de STP: Disponível em <http://www.patrimonio.portalstp.com/reports/view/36>. Consultado a 9-3-2017.

Pousadas – Plantation INN São Tomé e Príncipe. Disponível em <http://www.pousadas.st/roca-rio-do-ouro.html>. Consultado a 25-9-2015.

Príncipe já pode receber aviões de médio porte. Téla Nón disponível em <Http://www.telanon.info/sociedade/2015/10/27/20340/principe-ja-pode-receber-avioes-de-medio-porte/> consultado a 1-5-2017.

Público. Disponível em <https://www.publico.pt/2013/11/25/culturaipsilon/noticia/temos-10-anos-para-salvar-as-rocas-de-sao-tome-e-principe-1613764> Consultado a 3-8-2017.

Público. Disponível em <https://www.publico.pt/2015/07/12/mundo/reportagem/o-cacau-ainda-mexe-em-sao-tome-1701729>. Consultado a 24-9-2017.



Radio Nacional de São Tomé e Príncipe disponível em <http://www.rnstp.st/index.php/noticias/item/565-o-troco-de-estrada-entre-roca-agostinho-neto-e-caldeiras-estara-concluido-em-oito-meses> consultado 11-8-2017.

Rede Angola. Disponível em <http://www.redeangola.info/a-roca-agostinho-neto-em-sao-tome-em-abandono/>. Consultado a 29-11-2015.

Repórter STP. Disponível em <http://www.reporterstp.info/politica/1630/> Consultado 20-10-2016.

Roça Rio de Ouro. Pousadas plantation INN, disponível em <http://www.pousadas.st/roca-rio-do-ouro.html> consultado a 25-9-2015.

São Tomé e Príncipe – Oportunidades e Potencial de Desenvolvimento. Disponível em <http://www.ppa.pt/wp-content/uploads/2014/06/06-Estudo-Sao-Tome-e-Principe-Elaborado-pela-CGD.pdf>. Consultada a 11-2- 2016.

São Tomé e Príncipe - Síntese País. Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (AICEP). Disponível em [www.portugalglobal.pt](http://www.portugalglobal.pt) consultado em 05/09/2017

São Tomé e Príncipe Diário da República disponível em <http://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/SERIAL/95149/111922/F-1289596007/STP95149.pdf> consultado a 3-8-2017.

São Tomé e Príncipe, Hotéis. Disponível <http://saotomeprincipe.st/pt/hoteis.html>. Consultado a 28-3-2016.

São Tomé e Príncipe: Distrito de Lobata e as histórias de descendentes de escravos. Angop disponível em [ttp://www.portalangop.co.ao/angola/pt\\_pt/noticias/sociedade/2014/6/29/Sao-Tome-Principe-Distrito-Lobata-historias-descendentes-escravos,9fca3518-dc9c-415e-abe5-221e3339020c.html](http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2014/6/29/Sao-Tome-Principe-Distrito-Lobata-historias-descendentes-escravos,9fca3518-dc9c-415e-abe5-221e3339020c.html) consultado a 31-1-2016.

Sindha, Tendências: Artigo- Turismo sustentável. Disponível em <http://www.sindha.org.br/index.php/blog/tendencias/4082-tendencias-artigo-turismo-sustentavel> consultado a 27-9-2017

Sonangol financia construção de escola em São Tomé e Príncipe. Club k, Notícias imparciais de Angola disponível em [http://club-k.net/index.php?option=com\\_content&view=article&id=16492:sonangol-financia-construcao-de-escola-em-sao-tome-e-principe&catid=41003&Itemid=151&lang=pt](http://club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=16492:sonangol-financia-construcao-de-escola-em-sao-tome-e-principe&catid=41003&Itemid=151&lang=pt) consultado a 15-5-2016.

STP Airways. Disponível em <http://www.stpairways.st/antes-de-viajar-2/informacoes-ao-viajante/> consultado em 22-11-2017.

STP Digital. Disponível em <http://stpdigital.net/opiniaio/755-ambiente-natural-de-sao-tome-e-principe.html>. Consultado a 22-11-2015.

STP-PRESS. Agencia Noticiosa de S. Tomé e Príncipe. Disponível em <http://www.stp-press.st/08.htm>. Consultado a 27-12- 2015.

Téla Nón Notícias de São Tomé e Príncipe. Disponível em <http://www.telanon.info/destaques/2014/12/29/18323/hotel-omali-lodge-conquista-certificado-internacional-de-turismo-responsavel/> consultado a 20-10- 2015.

Téla Nón, Notícias de São Tomé e Príncipe. Disponível em <http://www.telanon.info/sociedade/2014/02/10/15624/mais-um-edificio-de-grande-valor-historico-e-arquitectonico-desmoronou/>. Consultado a 24-1-2016.

Téla Nón, Notícias de São Tomé e Príncipe. Disponível em <http://www.telanon.info/suplemento/opiniaio/2012/02/06/9660/analise-sobre-o-turismo-em-sao-tome-principe/>. Consultado a 15-10-2015.

Viagens por outras terras, São Tomé e Príncipe – 5ª dia. Disponível em <http://viagens-por-outras-terras.blogspot.pt/2010/07/sao-tome-e-principe-5-dia.html> consultado 28-9-2017.

## **Bibliografia citada**

Almeida, A. J. F. C. (2012) *Consumo e segurança alimentar em S. Tomé e Príncipe. Estudo de caso no Distrito de Água Grande.*, pp. 28-30. Vol.1, Mestrado em Museologia no Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa. Disponível em <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/5368/1/Ana%20Justina%20Almeida.pdf> Consultado 28-9-2017.

Bastien Loloum (2009) *Jalé Ecolodge: um projeto piloto de ecoturismo de base comunitária em São Tomé.* In *Desenvolvimento Comunitário: das teorias às práticas. Turismo, Ambiente e Práticas Educativas em São Tomé e Príncipe.* Brígida Rocha Brito (Coord.). 1ªed, Pp.326-Lisboa. Disponível em <http://cei.iscte-iul.pt/publicacao/desenvolvimento-comunitario-das-teorias-as-praticas-turismo-ambiente-e-praticas-educativas-em-sao-tome-e-principe/> consultado a 29-11-2015.

Brito, B. J. B. F. R. (2004) *Turismo ecológico: Uma via para o desenvolvimento sustentável em São Tomé e Príncipe*, pp.28-117. Tese de Doutoramento em Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/620> consultado a 29-11-2015.

Brito, B. R. (coord), Alarcão, N., Marques, J. (2009) *Turismo, Culturas Tradicionais e Identidades em São Tomé e Príncipe.* In *Desenvolvimento Comunitário: das teorias às práticas. Turismo, Ambiente e Práticas Educativas em São Tomé e Príncipe.* Brígida Rocha Brito (Coord.); pp.77-82 Lisboa, Disponível em <http://cei.iscte-iul.pt/publicacao/desenvolvimento-comunitario-das-teorias-as-praticas-turismo-ambiente-e-praticas-educativas-em-sao-tome-e-principe/> consultado a 29-11-2015.

Cabral, B. C. (2016) *Património Cultural Imaterial – Convenção da UNESCO e seus contextos.* Pp.17-165. Ed. 70, Lda..

Caixa Geral de Depósitos. (2014). *São Tomé e Príncipe – Oportunidades e Potencial de Desenvolvimento*. Internacionalização das Economias. Pp.4-11. Disponível em <http://www.ppa.pt/wp-content/uploads/2014/06/06-Estudo-Sao-Tome-e-Principe-Elaborado-pela-CGD.pdf>. Consultado a 11-2- 2016.

Callejas, G. V., Freitas, P. M. O., Gómez, C. A. J. (2007) *Educação e Desenvolvimento Comunitário Local – Perspetiva Pedagógica e Social da Sustentabilidade*. Pp.103-106. PROFEDIÇÕES, Lida., / Jornal. Disponível em [https://run.unl.pt/bitstream/10362/9288/1/Trabalho%20projecto\\_Ines%20Castano\\_Vol.%201.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/9288/1/Trabalho%20projecto_Ines%20Castano_Vol.%201.pdf) consultado a 12-7-2016.

Castano, I. F. A. (2012) *São Tomé e Príncipe: Cultura (s)/Património (s)/Museu (s)*. Lisboa: FCSH, volume 1, p.2. Disponível em [https://run.unl.pt/bitstream/10362/9288/1/Trabalho%20projecto\\_Ines%20Castano\\_Vol.%201.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/9288/1/Trabalho%20projecto_Ines%20Castano_Vol.%201.pdf) consultado a 12-7-2016.

Choay, Françoise (2010) *Alegoria do Património*. P.11. Edições 70, LDA.

Duarte, Pape. (2016) *As Roças de São Tomé e Príncipe – um património da Lusofonia. Estudo Prévio*. Pp.1-18. Revista do Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa.

Fernandes, S. A., Sá, F. M., Póvoas, F. R. (2012) *Regeneração das roças de São Tomé e Príncipe: herança e apropriação, desafios e potencial para o desenvolvimento*. Atas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspetiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica. Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Pp157-176

Fernandes. O. L. A. (2014) *Políticas públicas e projetos no setor do turismo: o caso dos investimentos na Ilha do Príncipe*. Dissertação de Mestrado em Políticas e Projetos na Universidade de Évora. Disponível:

<https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/13018/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20O%20sana%20Leal%207%20OUT.pdf> consultado a 1-5-2016.

Foster, Douglas (2000) *Viagens e Turismo – Manual de Gestão*. Pp.20-21. Edições Cetop. Hotelaria e Turismo.

Godinho, M. I.L. F. P. (2009) *Potenciar o desenvolvimento comunitário através do turismo acessível para todos: Um projeto piloto para a cidade de Beja*. Mestrado p.8-17.Dissertação de

Disponível

em

<https://repositorio.ipbeja.pt/bitstream/123456789/3938/8/Maria%20In%C3%AAs%20L%C3%Bacia%20Ferro%20Pato%20Godinho%20-%202012.pdf> consultado a 6-5-2017.

Henriques, Cláudia (2003) *Turismo Cidade e Cultura: Planeamento e Gestão Sustentável*.1º Ed. Silado Lda. p.21.

Lima, M (2011). *O Sector Privado em São Tomé e Príncipe: A qualificação da mão-de-obra e as condições de trabalho no sector do turismo*. Lisboa. Dissertação de Mestrado em Estudos Africano. Universidade Técnica de Lisboa. Pp.31-53. Disponível em <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/3434/1/Tese%2C%20vers%C3%A3o%20final.14.junho.pdf> consultado a 6-5-2017.

Marques, J. (2009) *Para além da filantropia: contributos do turismo solidário para o desenvolvimento comunitário: Uma análise comparada Cabo Verde - São Tomé e Príncipe*. Dissertação de Mestre em Economia Social e Solidária no Instituto Universitário de Lisboa. Disponível em [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3028/1/Tese\\_JMarques.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3028/1/Tese_JMarques.pdf) consultado em 2-2-2017.

Marques, O. M. (2009) *Turismo e Marketing Turístico*. Edições CETOP-Centro de Ensino Técnico e Profissional à Distancia, Lda.

Marques, R. V., Roque, A. C., Seibert, G. (2012) *Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspetiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica*. Livro de Atas.

Disponível em <http://cea.iscte-iul.pt/wp-content/uploads/Actas-STP-Final.pdf>. Consultado a 24-1-2016.

Nascimento, A. (2008) *Atlas da Lusofonia – São Tomé e Príncipe*. Tipografia Lousanense, Lda., pp.17-40.

Neto, D. L. E. S. N. (2011) *Turismo Comunitário como fator de desenvolvimento local em S. Tomé e Príncipe: O caso do projeto “Voador Panhá”*. ISCTE-IUL, pp.21-51. Dissertação de Mestrado. Disponível em [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/9803/1/Desenvolvimento\\_Comunitario.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/9803/1/Desenvolvimento_Comunitario.pdf) consultado a 15-7-2017.

Pape, D. Andrade, R. R., (2013) *As Roças de São Tomé e Príncipe*. Edições Tinta-da-china Lda., pp.6-126.

Pereiro, P. X. (2003) *Patrimonialização e transformação das identidades culturais*. Portela, J. e Castro Caldas, J. (coords.): Portugal Chão. Oeiras: Celta editora, pp.3-4. Disponível em [http://www.galiciaencantada.com/archivos/docs/526\\_pereiro,%20x.patrimonializa%C3%A7%C3%A3o%20e%20transforma%C3%A7%C3%A3o%20das%20identidades%20culturais.pdf](http://www.galiciaencantada.com/archivos/docs/526_pereiro,%20x.patrimonializa%C3%A7%C3%A3o%20e%20transforma%C3%A7%C3%A3o%20das%20identidades%20culturais.pdf) consultado a 12-7-2017.

Pires, M. J. (2001) *Lazer e Turismo Cultural*. Ed. Manole.

Rodrigues, D. (s.d) *Património cultural, memória social e identidade: uma abordagem antropológica*. Universidade da Beira Interior. Lisboa. Pp.3-4. Disponível em <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01-pdf/CS3-rodriques-donizete-patrimonio-cultural-memoria-social-identidade-uma%20abordagem-antropologica.pdf> consultado a 12-7-2017.

Romana, H. A. C. B. (1996). *São Tomé e Príncipe Elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.

Santos, M. M. (2002) *A rentabilidade do cacau de S. Tomé e Príncipe: hipóteses de explicação*. Porto: Universidade do Porto. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/20959> consultado a 12-12-2015.

Silva, E. P. (2000) *Património e Identidade: Os desafios do turismo cultural*. Universidade Técnica de Lisboa. Disponível em <http://revistas.rcaap.pt/antropologicas/article/viewFile/932/734> consultado a 22-7-2017.

Sousa, E. G. C. (2009). *As roças face aos desafios de modernização e desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe – As potencialidades da roça “Água e Izé” Estudo de Caso*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Geografia. Dissertação de Mestrado em Urbanismo, pp. 34-115. Disponível em [http://www.urbanismo-portugal.net/files/upload/Docente\\_Urbanismo/dissertacao\\_final.pdf](http://www.urbanismo-portugal.net/files/upload/Docente_Urbanismo/dissertacao_final.pdf) consultado a 12-8-2017.

Viana, O. F. G. (2011). *Imagem de São Tomé e Príncipe*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, p.23. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação Marketing e Publicidade, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Disponível em <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/2337/Dissertac%C3%A3o%20Final.pdf?sequence=1> consultado a 2-10-2015.

## **Bibliografia citada por outros autores**

Godinho, M. I.L. F. P. (2009) *Potenciar o desenvolvimento comunitário através do turismo acessível para todos: Um projeto piloto para a cidade de Beja*. Dissertação de Mestrado pp.8-17. Cita o autor Marshal Gordon (1994).

Henriques, Cláudia (2003). *Turismo Cidade e Cultura: Planeamento e Gestão Sustentável*. 1ª Ed. Silado Lda. p.21. Cita os autores, Burkhart e Medlick (1974); Heeley (1980); Schullard (1910); Picard (1971).

Marques, O. M. (2009). *Turismo e Marketing Turístico*. Edições CETOP-Centro de Ensino Técnico e Profissional à Distancia, Lda. Cita os autores, Holloway (1988:22); Domingues (1990:279-280).

Neto, D. L. E. S. N. (2011) Turismo Comunitário como fator de desenvolvimento local em S. Tomé e Príncipe: O caso do projeto “Voador Panhá”. ISCTE-IUL, pp.21-51. Dissertação de Mestrado. Cita os autores, Silva (1964:498); Dimitrios Starvrakis (apud Baptista, 1990:40) Rodrigues, D. (s.d). *Património cultural, memória social e identidade: uma abordagem antropológica*. Universidade da Beira Interior. Lisboa. Cita os autores, Cerulo (1997); Cruz (1993); Choay (1992); Schiele (2002); Reralto e Anico (2006).

Sousa. E. G. C. (2009). *As roças face aos desafios de modernização e desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe – As potencialidades da roça “Água e Izé” Estudo de Caso*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Geografia. Dissertação de Mestrado em Urbanismo, pp. 35-45. Cita o autor Seibert (2002, 2ª ed, p.49).



## **Anexos**

### **Anexos 1 – Resposta a Carta da Diretora Geral do Turismo e Hotelaria (2016)**

Exma. Senhora

**Maria Manuela Costa Trindade**

-Portugal – Porto-

**Assunto: Envio das respostas á carta dirigida á Diretora Geral do Turismo e Hotelaria.**

De acordo com a solicitação feita á Sra. Diretora da Direção Geral do Turismo e Hotelaria, baseando nas questões apresentadas, temos a dizer o seguinte:

**1- Qual a sua opinião relativamente ao assunto de revitalização das roças potenciadoras do turismo?**

R: A Roça constitui um património histórico e cultural de grande relevância para o País e deve servir como um atrativo para as pessoas que visitam o nosso arquipélago com a intenção de as conhecer.

É de realçar que certas casas das Roças têm um grande valor arquitetónico.

**2- O Turismo em São Tomé e Príncipe tem estado a evoluir positivamente, na sua opinião isso deve-se a quê? Poderá fornecer alguns indicadores (nº de turistas, origem. Infraestrutura, etc.)?**

R: A evolução positiva de turismo deve-se entre outras; a) Maior ligação do País com exterior; b) Facilidade na obtenção de visto e também a boa política do governo na isenção do visto para Países da União Europeia, E.U.A e Angola, por um período não superior a 15 dias; c) A maior promoção do País além-fronteiras.

**3- Quais são as perspectivas futuras relativamente ao desenvolvimento do turismo?**

R: As perspectivas são boas e baseia-se, sobretudo na adoção de uma política que direcione-se para o desenvolvimento do turismo STP numa perspectiva do turismo sustentável (económico, social e ambiental).

**4- Relativamente à roça Agostinho Neto, sendo uma das roças que, no passado, foi um dos cartões-de-visita de São Tomé e Príncipe, neste momento está um pouco esquecida, na sua opinião a que se deve este “esquecimento”?**

R: O esquecimento deve a falta de recursos em reabilitar infraestruturas de género.

**5- Sendo a Diretora do turismo, o que o sector do turismo tem contribuído para melhoramento das roças?**

R: A Direção Geral do Turismo e Hotelaria (DGTH), tem discutido muito sobre o aproveitamento dessas infraestruturas localizadas nas roças de forma a potenciar o turismo de STP, a título de exemplo a DGTH recuperou uma das casas das roças de Monte Café transformou-a no Museu de Café e a DGTH perfectiva criar numa outra roça o Museu de Cacau.

**Direção Geral de Turismo e Hotelaria, São Tomé e Príncipe, 12 de abril de 2016**

**Anexo 2. Entrevista (áudio) ao responsável do Museu na Roça Agostinho Neto (2016)**

**Mestrado em Turismo, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto**

A entrevista enquadra-se no trabalho da dissertação, cujo tema é “Turismo Rural: As Roças em São Tomé e Príncipe (Estudo de caso Roça Agostinho Neto)”.

Entrevista ao Senhor Bento, responsável pelo Museu na Roça Agostinho Neto

**Perguntas:**

1. Na sua opinião, qual o motivo que levou ao estado de semiabandono na roça Agostinho Neto?

**Resposta:** “O motivo que levou ao estado de semi-abandono na roça Agostinho Neto, uma roça tão bonita, quem não conhece Agostinho Neto, antigamente Rio de Ouro, hoje atualmente é Agostinho Neto, esta foi abandonada, mas não sei porquê. Estamos mesmo triste, todos os dias passam turistas aqui, há pouco tempo passaram sete carros de turistas. Só o governo é que deve saber do estado de abandono”.

2. Quais os aspetos mais problemáticos existentes na roça?

**Resposta:** “O problema da roça Agostinho Neto são: o desemprego, as ruas estão sujas, veja como esta, todo sujo e com capim, os turistas vem. Quem não conhece a roça Agostinho Neto não conhece São Tomé e Príncipe. Vejo muita coisa parada, pessoas desempregadas, capim por todo o lado enfim”.

3. Na roça existem infraestruturas, como por exemplo: saneamento básico, eletricidade, comunicação e transportes?

**Resposta:** “Existem infraestruturas, mas transportes não temos cá, principalmente para socorrer os doentes, nós temos eletricidade. Por acaso o governo forneceu-nos, temos cá eletricidade de EMAI (empresa que fornece energia em STP) antigamente nós tínhamos o nosso gerador. Temos cerca de cinco homens a trabalhar na nossa barragem central, que até agora não recebem salário, um bocado ilegal. Relativamente a comunicação não existe telefones públicos, aqui cada um tem o seu telemóvel, tem algumas pessoas que tem rede fixo em casa. Nós temos casa de banho comum, água potável nós não temos, não sei porquê que ainda não temos a água potável”.

4. Porque continua a viver nesta roça?

**Resposta:** “Aqui cada um tem o seu campo, algumas pessoas têm campo outras não têm, outras pessoas roubam dos outros, outras pessoas tem o seu lote, (pausa) é isso. Tem algumas pessoas empregados, mas é na cidade, onde trabalha média de sete pessoas, quando falo sete não é bem sete, por volta de 30 pessoas”.

5. Atualmente a população vive da agricultura ou existem outras atividades? Quais são? Toda a família vive desse trabalho?

**Resposta:** “Aqui nós vivemos de agricultura, mas trabalhava para uma empresa, agora é cada um por si. Quase toda a família vivi da agricultura, também vivem da paisagem de milho, pisam milho para vender na cidade de madrugada, tiram banana também para vender na cidade, criam também seu porco para vender. As pessoas roubam porco, galinha, pato tipo praga”.

6. O governo tem contribuído com alguma ajuda para a melhoria da roça? Em que aspeto?

**Resposta:** “O governo não faz nada não, se não for a energia que puseram. Para mim, para mim não, para as pessoas ele não ajuda em nada”.

7. Que outras entidades têm investido na recuperação da roça? De que forma?

**Resposta:** “Eu posso falar, sinceramente aqui havia... primeira pessoa que deu uma ajuda foi o Fradique Menezes (antigo primeiro-ministro), mandou limpar todas as estradas,

atrás do hospital estava todo limpo, mas depois ele também chegou uma altura abandonou tudo, isso ficou capim que nem se conseguia passar por aqui, ainda aqui esta mais ou menos. A câmara municipal de Lobato deu um jeito aqui no ano passado e por isso aqui esta um pouco melhor, o capim não esta a dar mais, não sei porquê. Depois do Fradique de Menezes apareceu Delfins Neves, também segurou isso, estava todo limpo de uma ponta a outra, mais depois parou devido poucos recursos, a fundação continuou, mas com uma certa dificuldade. Eu continuo a cuidar desse edifício para não se perder, porque se eu deixar as pessoas invadem logo, roubam todas as coisas. Eu também tenho alguns materiais lá dentro máquina de capinação, cadeiras etc”.

8. Na sua opinião, a câmara distrital de Lobata tem ajudado a recuperar a roça? De que forma?

**Resposta:** “Essa resposta não sei, a câmara nos cedeu a energia aliás eles capinaram a nossa rua. Foi a câmara que pagou os eletricitas e colocaram a luz na rua”.

9. Existe uma associação dos moradores da roça. Esta associação ajuda os moradores em que aspeto?

**Resposta:** “Sim existe. Para mim não ajuda, não vejo a associação a fazer nada. Aqui tem Associação Canabravo, Associação dos Moradores, Associação dos Camponeses, também tem APF onde a câmara mandou montar a internet”.

10. Tem vindo muitas pessoas visitar a roça? De que países são? O que fazem enquanto estão na roça?

**Reposta:** “Muita gente. Turistas de vários países, portugueses, americanos, cabo-verdianos, angolanos...normalmente visitam a roça, entram no jardim botânico depois tem um senhor que fornece alguns dados (guia), vão até a cascata, enfim”.

11. Quanto ao investimento, existe algum estrangeiro a investir na roça? De que forma? O estrangeiro vive na roça?

**Resposta:** “Havia um senhor, Engenheiro Martins (português) que montou este posto. Ele tem a central elétrica, mas ele já não esta cá”.

12. Na roça existem condições para receber turistas? Quem são esses turistas? De onde vêm? Quantos dias permanecem?

**Resposta:** “Não existe alojamentos, normalmente os turistas vêm e vão logo embora.

13. A maioria do património arquitetónico existente na roça (hospital Agostinho Neto entre outros) estão em degradação. Na sua opinião o que poderia ser feito para a melhoria deste património?

**Resposta:** “Quase todos os patrimónios estão degradados. A recuperação do património depende do governo, e para recuperar isso vai levar tempo, não vai ser fácil”.

14. A população interessa-se pelo uso destes edifícios? De que forma?

**Resposta:** “Se interessam? Se estão lá a viver, no hospital, na administração estão lá a viver, aqui nos escritórios é que ninguém está a viver porque eu estou a tomar conta. Simplesmente deixaram isso abandonado então a população tomou e usou como quer. Deveria haver um emissário da polícia que impedisse a entrada das pessoas.

O governo poderia tomar uma medida rigorosamente para poder levantar essa empresa (roça). Ainda por cima uma empresa com o nome do herói, Doutor António Agostinho Neto, que lutou pela independência de Angola. O Pinto da Costa (primeiro presidente depois da independência) é um homem que tem cabeça, ele viu que nós não podemos esquecer este homem então colocou esta empresa o nome Empresa Agostinho Neto, em 11 de novembro de 1979, até tem lá a placa. Por isso é uma das roças que o governo não pode abandonar. Deveria haver pessoas a fazer limpeza, a tirar o capim, casas a cair, são essas medidas que o governo deveria tomar e não deixar a roça cair, mas ainda tenho a esperança e penso que o governo irá fazer isso.

(Entrevistadora) Ainda tem a esperança que o hospital irá ser recuperado? Também penso que sim. As pessoas que nasceram aqui, quando voltam tentam procurar os colegas de infância e quando olham para a empresa começam a chorar e dizem como é que isso está assim? Como vocês conseguem viver assim? Quanto ao abandono do hospital a culpa também é um pouco da população que arrebataram tudo e invadiram os seus espaços. A polícia vem, mas depois fogem.

(Entrevistadora) Quanto à estrada da entrada na roça, já pensaram em recuperar? Já falaram acerca disso, dizem que o governo vai recuperar isso e o primeiro-ministro também disse o mesmo. Iram começar a recuperar de príncipe (ilha do Príncipe) para aqui.

### **Anexos 3. Fotografias tiradas pela Zenilda de Deus e Reginaldo das Neves**

#### **Fotos tiradas pela Zenilda (12-9-2016)**



Entrada da Roça Agostinho Nato





Casas na Roça Agostinho Neto

**Fotos do Reginaldo das Neves (9-9-2017)**



Casas na Roça Agostinho Neto



Casas degradadas na Roça Agostinho Neto





Oficina na Roça Agostinho Neto



Casas em construção na Roça Agostinho Neto

#### Anexos 4. Fotografias das roças em São Tomé e Príncipe



Roça Sundry

Fonte: <http://www.asrocasdesaotome.com/rocas/sundy/>



Roça Água Izé

Fonte: <http://www.asrocasdesaotome.com/rocas/agua-ize/>





Roça Porto Alegre

Fonte: <http://www.asrocasdesaotome.com/rocas/porto-alegre/>



Roça Vista Alegre

Fonte: <http://www.asrocasdesaotome.com/rocas/vista-alegre/>



Roça Soledade

Fonte: <http://www.asrocasdesaotome.com/rocas/soledade/>



Roça Monte Café

Fonte: <http://www.asrocasdesaotome.com/rocas/monte-cafe/>





Roça Bela Vista

Fonte: <http://www.asrocasdesaotome.com/rocas/bela-vista/>



Roça Boa Entrada

Fonte: <http://www.asrocasdesaotome.com/rocas/boa-entrada/>





Roça Paciência

Fonte: <http://www.asrocasdesaotome.com/rocas/paciencia/>



Roça Uba Budo Praia

Fonte: <http://www.asrocasdesaotome.com/rocas/uba-budo-praia/>





Igreja da Nossa Senhora do Carmo

Fonte: [https://www.tripadvisor.co.za/LocationPhotoDirectLink-g294441-d3906280-i68771392-Roca\\_Agostinho\\_Neto-Sao\\_Tome\\_and\\_Principe.html](https://www.tripadvisor.co.za/LocationPhotoDirectLink-g294441-d3906280-i68771392-Roca_Agostinho_Neto-Sao_Tome_and_Principe.html)



Nota de cinco Mil dobras (dinheiro de São Tomé e Príncipe)

Fonte: [http://viagemastomeprincipe.blogspot.pt/2007/05/roas-em-s-tom\\_03.html](http://viagemastomeprincipe.blogspot.pt/2007/05/roas-em-s-tom_03.html)